

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Clara Barbosa Reis

Metodologia Camponês a Camponês: Alternativa de transição agroecológica em assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira.

Juiz de Fora
2026

Maria Clara Barbosa Reis

Metodologia Camponês a Camponês: Alternativa de transição agroecológica em assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a. Monica Aparecida Grossi

Juiz de Fora

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Barbosa Reis , Maria Clara .

Metodologia Camponês a Camponês : Alternativa de transições agroecológica em assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira / Maria Clara Barbosa Reis . -- 2026.

104 p. : il.

Orientadora: Mônica Aparecida Grossi
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Questão Agrária;. 2. Modernização conservadora;. 3. Transição agroecológica;. 4. Método de Organização Popular;. 5. Reforma Agrária Popular.. I. Aparecida Grossi, Mônica, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (x) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (x) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Metodologia Camponês a Camponês: Alternativa de transição agroecológica em assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira.", para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente "Maria Clara Barbosa Reis" (matrícula 202168024), sob orientação da Prof.(ª) Dr(ª) Mônica Aparecida Grossi, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao 3º dia do mês de fevereiro do ano de 2026, às 14h00 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Mônica Aparecida Grossi	Orientadora
Dra	Michelle Neves Capuchinho	Membro da Banca
Dra	José Amilton Almeida	Membro

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

--

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 03 de fevereiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 04/02/2026, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Amilton de Almeida, Professor(a)**, em 04/02/2026, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Usuário Externo**, em 04/02/2026, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Barbosa Reis, Usuário Externo**, em 05/02/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2813780** e o código CRC **BD0B7005**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Maria Clara Barbosa Reis		
Matrícula Discente	202168024		
Título do TCC	Metodologia Camponês a Camponês: Alternativa de transição agroecológica em assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira.		
Natureza do trabalho	TCC		
Curso	Serviço Social		
Orientador(a)	Mônica Aparecida Grossi		
Coorientador (se houver)			
Data da aprovação	3-2-2026		
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra	Mônica Aparecida Grossi	Orientadora
	Dra	Michelle Neves Capuchinho	Membro
	Dra	José Amilton Almeida	Membro

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 06 de janeiro de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 04/02/2026, às 08:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2813781** e o código CRC **C00057BF**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, que me permitiu viver e poder conquistar mais uma etapa de minha formação, que me deu forças para continuar e nunca desistir durante esses 5 anos de todo esse processo, que não foi fácil, mas nada que é bom nessa vida vem fácil.

Agradeço aos meus pais. Meu falecido pai, Nelson José dos Reis, que me ensinou a valorizar cada momento e a trabalhar pelo que eu almejo. A minha mãe, Margarida Barbosa da Silva Reis, que me criou sozinha e possibilitou que eu acessasse o ensino superior, me ensinou a ser persistente e resiliente diante de todos os obstáculos encontrados. Obrigada por todos os sacrifícios, por tudo que abdicou por mim, amo você.

Agradeço à minha professora, orientadora, que considero grande amiga, Mônica Grossi, suas orientações foram fundamentais para a construção deste trabalho. Seus conselhos, sua ajuda, foram essenciais para que eu não desistisse e conseguisse concluir a pesquisa. Obrigada por tudo.

E, por fim, agradeço a mim, por não desistir de concluir a graduação. Morando em outra cidade, foram difíceis os dias saindo às 05:00 da manhã e chegando só à 00:00. O processo foi cansativo, mas me fortaleceu e me ensinou a importância de adquirir conhecimento, já que o saber, ninguém tira.

Nenhuma família sem casa

Nenhum camponês sem terra

Nenhum trabalhador sem direitos

Papa Francisco.

RESUMO

O trabalho aborda as consequências do modelo atual capitalista de produção na agricultura e as alternativas possíveis para possibilitar a transição agroecológica em assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Zona da Mata (ZM) mineira, através da Metodologia Camponês a Camponês (MCaC), que utiliza a agroecologia como base para seu método.

A pesquisa parte de um aprofundamento teórico para compreender as contradições do capitalismo dependente no Brasil, bem como dos impactos da modernização conservadora da agricultura, especialmente com os pacotes da Revolução Verde. Além disso, é investigado o período da Ditadura Empresarial-Militar e sua influência na agricultura brasileira, o processo de redemocratização e o surgimento de movimentos sociais de trabalhadores do campo e a influência das transnacionais na alimentação da população brasileira.

O estudo destaca a Metodologia CaC como alternativa à garantia da soberania e segurança alimentar, utilizando como exemplo seu desenvolvimento em Cuba, além de problematizar a contradição do Brasil enquanto um dos maiores produtores de commodities agrícolas, mas que ainda apresenta altos índices de insegurança alimentar. Ademais, a análise possui como base a experiência do Projeto de Extensão em interface com Pesquisa da Metodologia CaC vinculado ao MST da ZM, promovendo práticas agroecológicas e a autonomia dos sujeitos envolvidos em seu processo de produção. A pesquisa utiliza como método o materialista histórico-dialético, com revisão bibliográfica e observação participante, buscando colocar em destaque experiências camponesas com a agroecologia no tensionamento da hegemonia do agronegócio, com o objetivo de construir a soberania alimentar.

Palavras-chave: Questão Agrária; Modernização Conservadora; Agroecologia; Transição agroecológica; Método de Organização Popular; Reforma Agrária Popular.

ABSTRACT

The work addresses the consequences of the current capitalist model of production in agriculture and the possible alternatives to enable the agroecological transition in settlements and camps of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the Zona da Mata (ZM) of Minas Gerais, through the Peasant to Peasant Methodology (MCaC), which uses agroecology as the basis for its method.

The research is based on a theoretical deepening to understand the contradictions of dependent capitalism in Brazil, as well as the impacts of the conservative modernization of agriculture, especially with the Green Revolution packages. In addition, the period of the Corporate-Military Dictatorship and its influence on Brazilian agriculture, the process of redemocratization and the emergence of social movements of rural workers and the influence of transnational corporations on the diet of the Brazilian population are investigated.

The study highlights the CaC Methodology as an alternative to guarantee food sovereignty and security, using as an example its development in Cuba, in addition to problematizing the contradiction of Brazil as one of the largest producers of agricultural commodities, but which still has high rates of food insecurity. In addition, the analysis is based on the experience of the Extension Project in interface with the CaC Methodology Research linked to the MST of ZM, promoting agroecological practices and the autonomy of the subjects involved in its production process. The research uses the historical-dialectical materialist method as a method, with bibliographic review and participant observation, seeking to highlight peasant experiences with agroecology in the tension of agribusiness hegemony, with the objective of building food sovereignty.

Keywords: Agrarian Question; Conservative Modernization; Agroecology; Agroecological transition; Method of Popular Organization; Popular Agrarian Reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Camponês preenchendo o Questionário de Bannes, em Mucuri-MG (30/09/25)...	86
Figura 2 - Visita aos lotes em Montes Claros-MG, na região Norte (10/11/25).....	86
Figura 3 - DRP (Diagnóstico Rural Participativo), na região Sul-MG.....	87
Figura 4 - Explicações da Metodologia no Vale do Rio Doce-MG.....	87
Figura 5 - Bolsistas realizam o processo de tabulação na região de Mucuri (30/09/25).....	88
Figura 6 - Camponeses reunidos com a equipe do projeto em Felisburgo-Mg, no Vale do Jequitinhonha (02/09/25).....	88
Figura 7 - Encontro de apresentação da Metodologia - Assentamento Olga Benário.....	94
Figura 8 - Roda de conversa sobre as práticas agroecológicas realizadas nos lotes.....	95
Figura 9 - Apresentação dos resultados da coleta de dados.....	95
Figura 10 - Equipe e camponeses reunidos ao final das atividades.....	96
Figura 11 - Realização do DRP no Dênis Gonçalves (21/09/25).....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia.
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio.
ABRA	Associação Brasileira da Reforma Agrária.
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia.
ANAP	Asociación Nacional de Agricultores Pequeños.
APP	Áreas de Preservação Permanente.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia.
CNA	Confederação Nacional da Agricultura.
CONCRAB	Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
COOPERTRAC	Cooperativa dos Trabalhadores(as) da Agricultura Camponesa.
COVID-19	Coronavírus Disease 2019 (Doença do Coronavírus 2019).
CPAs	Cooperativas de Produção Agrícola.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada.
DRP	Diagnóstico Rural Participativo.
ECOSUR	El Colegio de La Frontera Sur.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia.
EUA	Estados Unidos da América.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
FUNAGRI	Fundo Geral para Agricultura e Indústria.
HA	Hectare.
IFSULDEMINAS	Instituto Federal Sul de Minas Gerais-Campus Machado.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPA	Instituto Pensar Agropecuária.
IPI	Imposto sobre produtos industrializados.
IR	Imposto de Renda.
JK	Juscelino Kubitschek.
MACaC	Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês.

MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MCaC	Metodologia de Camponês a Camponês.
MG	Minas Gerais.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MST-MG	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais.
MST/ZM	MST da região da Zona da Mata de Minas Gerais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PIB	Produto Interno Bruto.
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PSB	Partido Socialista Brasileiro.
SAFs	Sistemas Agroflorestais.
SOFI	Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI).
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
TMD	Teoria Marxista da Dependência.
UAC	Universidade Agrícola da China.
UDR	União Democrática Ruralista.
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.
UNB	Universidade de Brasília.
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas.
UNESP	Universidade Estadual Paulista.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto.
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.
UFV	Universidade Federal de Viçosa.
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E LUTAS SOCIAIS.....	18
2.1 O capitalismo dependente no Brasil e a questão agrária.....	21
2.2 A Questão agrária e às Lutas Sociais: da Colonização ao Golpe de 1964.....	25
2.3 A ditadura empresarial militar e a modernização conservadora da agricultura: A Revolução Verde e suas consequências econômicas, ambientais e sociais.....	35
2.4 A Redemocratização e a retomada da luta pela terra: Criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento agroecológico.....	43
2.5 A afirmação do Agronegócio: Seus impactos na produção da agricultura capitalista.....	51
2.6 As tendências do capital na agricultura no século XXI: a hegemonia das transnacionais no agronegócio.....	55
3 REFORMA AGRÁRIA POPULAR, AGROECOLOGIA E A METODOLOGIA CAMPONÊS A CAMPONÊS NA ZONA DA MATA MINEIRA.....	63
3.1 O amadurecimento da concepção de Reforma Agrária Popular do MST.....	63
3.2 A Reforma Agrária Popular e a centralidade da agroecologia e da soberania alimentar...	72
3.3 O fortalecimento da agroecologia no MST através da articulação com Cuba: A Metodologia Camponês a Camponês.....	77
3.4 O desenvolvimento do CAC em Minas Gerais.....	83
3.5 A Metodologia Camponês a Camponês na particularidade da Zona da Mata de MG: processos de transição em curso e desafios.....	89
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa possui, enquanto abordagem metodológica, a qualitativa, que corresponde ao “universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21), para analisar a realidade social, por meio de métodos e técnicas para a coleta de dados, que serão: a revisão bibliográfica, a análise documental, a observação e o diário de campo.

O estudo se ancora nas discussões propostas na disciplina de “Classes e Movimentos Sociais III”, a respeito dos movimentos do campo, os processos de organização e luta no enfrentamento ao latifúndio e pelo direito ao uso e posse da terra, que desde a colonização do Brasil é extremamente concentrada, e, que com a Lei de Terras de 1850, teve o início da propriedade privada da terra no território e conseqüentemente, somente aqueles que possuíam recursos tinham a garantia da posse, fazendo com que a grande maioria da população ficasse sujeita a moradias precárias e insalubres, sem acesso ao espaço que pudesse contribuir para a garantia de sua subsistência através da produção de alimentos.

Ademais, a condição do Brasil enquanto país de capitalismo periférico e suas particularidades de dependência e superexploração, afetam o direcionamento da questão agrária e são responsáveis pelas conseqüências sociais e ambientais (concentração de latifúndios, êxodo rural através da expulsão de trabalhadores rurais do campo, degradação da natureza, indivíduos vivendo em assentamentos irregulares e ilegais, vulnerabilidade alimentar e a fome).

A produção agrícola capitalista acaba tendo um direcionamento para uma modernização conservadora, através da Revolução Verde e financiada pelo Estado burguês, que possuem como único foco o lucro, em detrimento de vidas humanas e do meio ambiente. Sendo intrínseca à lógica do capital e evidenciando seu caráter contraditório e insustentável, já que a superprodução de alimentos, principalmente de commodities agrícolas, tem gerado fome ao invés de segurança alimentar. Por isso a necessidade de investigar métodos que possam possibilitar segurança e soberania alimentar, e que sirvam enquanto resistência ao modelo do agronegócio.

A pesquisa é exploratória e tem como objetivo apresentar a Metodologia Camponês a Camponês, utilizando como base a experiência cubana em seu processo de transição agroecológica, rumo a autonomia e segurança alimentar, e ampliando o método ao Brasil, no estado de Minas Gerais, investigando principalmente a região da Zona da Mata Mineira. As motivações para a pesquisa surgem da experiência enquanto bolsista do projeto de extensão

“Metodologia Camponês a Camponês” (MCaC), observando o método que utiliza a agroecologia enquanto importante técnica na promoção da transição agroecológica em assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) em Minas Gerais, principalmente atuando na Zona da Mata Mineira, através da parceria do movimento social com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), acompanhando as atividades desenvolvidas no assentamento Dênis Gonçalves, em Goianá-MG e no Olga Benário, em Visconde do Rio Branco-MG.

O projeto de extensão em interface com pesquisa tem início em 2023, atualmente está em processo de análise da coleta de dados e caminha para seu encerramento em 2027. A equipe que compõe o projeto são de diferentes instituições de ensino superior e de diversas áreas, como medicina, economia, nutrição, educação, zootecnia, artes, ciências humanas e serviço social, ou seja, é um projeto amplo e que se mostra necessário para a sociedade.

A metodologia empregada se baseia no método materialista histórico-dialético de Marx, através de análises bibliográficas e documentais, como na página oficial do MST e da ONU, com o objetivo de estabelecer uma análise mais profunda a respeito do tema e das questões que o perpassam, como: Qual a relação entre o capitalismo dependente no Brasil e sua produção agrícola? Porque a população brasileira ainda passa fome se o país possui grande extensão continental e terra produtiva? Quais as consequências do agronegócio? A Metodologia Camponês a Camponês influência no processo de transição agroecológica e na garantia de soberania e segurança alimentar? Como essa metodologia está sendo desenvolvida na Zona da Mata Mineira? Por que falar de Reforma Agrária Popular? Essas questões serão explicadas e desenvolvidas ao longo da pesquisa, por meio da análise da formação sócio-histórica do Brasil e suas transformações, com o objetivo de compreender a realidade em sua totalidade.

O trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise teórica a respeito da formação brasileira, a constituição da questão agrária e da agricultura capitalista, compreendendo a importância dos movimentos de trabalhadores rurais, principalmente do MST, como sujeito político contra hegemônico, para compreender como a experiência da Metodologia CaC no MST- ZM tem contribuído no processo de transição agroecológica e valorização de práticas pautadas na agroecologia, propiciando segurança e soberania alimentar para a população, além de fortalecer o processo de luta pelo direito à terra através de uma Reforma Agrária Popular.

O Método de Observação Participante será essencial para dar continuidade no processo de análise, enquanto bolsista do projeto Metodologia Cac, participo e acompanho

todas as atividades, principalmente de 2025 e 2026, período em que escrevo o TCC. A observação será realizada de maneira rigorosa e continuada, para ser possível compreender todos os processos realizados e os resultados obtidos até então.

A pesquisa se divide em dois capítulos. O primeiro aborda a respeito da formação e desenvolvimento da questão agrária e das lutas sociais, desde o processo da formação sócio-histórica brasileira a partir da colonização, até o golpe militar de 1964 que trouxe a modernização conservadora e seus pacotes tecnológicos da Revolução Verde, que modificaram a produção agrícola do país. O período de redemocratização também é abordado, com o objetivo de destacar o surgimento de movimentos sociais a favor da democracia e do direito ao uso e posse da terra, principalmente do MST. Além disso, a discussão a respeito do agronegócio e das indústrias multinacionais e sua influência na alimentação se torna necessário para analisar como esse modelo é controlado pelos interesses capitalistas.

No segundo capítulo, será desenvolvido o processo de amadurecimento da concepção de Reforma Agrária no MST e a necessidade de uma luta popular do campo e da cidade para a resolução da questão agrária brasileira. Além disso, será desenvolvida a discussão a respeito da transição agroecológica em assentamentos e acampamentos do movimento camponês, evidenciando a importância da agroecologia enquanto base para esse processo, na garantia de soberania e segurança alimentar, abordando o surgimento da Metodologia Agroecológica Camponês a Camponês e o seu desenvolvimento na particularidade da ZM.

2 QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E LUTAS SOCIAIS

É necessário evidenciar o que seria “questão agrária” e como ela se desenvolveu no país, com o objetivo de compreender a atual situação brasileira, bem como o surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais que lutam a favor da Reforma Agrária e contra o modelo predatório de produção da agricultura capitalista, que seria o agronegócio.

As lutas pela terra evidenciam a falta de justiça social para a classe trabalhadora, principalmente para os camponeses, e a preocupação a respeito das consequências sociais e ambientais ocasionadas pela implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde. A questão agrária sempre foi uma discussão deixada de lado na história da sociedade brasileira, é essencial colocar o tema em debate para ser possível encontrar soluções que levem à justiça social para a classe trabalhadora precarizada. É evidente que essa questão envolve sobretudo a posse e uso da terra, mas também a luta por saúde, educação, moradia, saneamento básico, segurança e soberania alimentar e principalmente pelo meio ambiente, que reage através das mudanças climáticas e ao agravamento dos desastres naturais.

Estudar o termo “questão agrária” significa pesquisar a respeito dos problemas na sociedade que possuem relação com o uso, a posse e a propriedade da terra. De acordo com João Pedro Stédile (2012), a origem dessa expressão surge entre os estudiosos considerados pensadores clássicos, a partir do século XVIII até o XX, onde analisaram como o modo de produção capitalista se desenvolveu e sua influência no mundo agrário.

[...] Ao investigarem o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, esses pensadores concluíram que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolvia, com sua lógica e leis, a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de menor número de proprietários capitalistas. (Stédile, 2012, p. 641).

Para compreender o desenrolar da questão agrária brasileira, é preciso entender como esse processo pode ser dividido em 4 períodos históricos: de 50.000 a.C. a 1500 d.C., de 1500 a 1850, de 1850 a 1930 e de 1930 a 1964.

De acordo com João Pedro Stédile (2013), o primeiro período (50.000 a.C. a 1500 d.C.), corresponde à ocupação do território por povos originários que não conheciam formas de produção avançadas, sendo caracterizado como “comunismo primitivo”, indivíduos que se organizavam em pequenas comunidades, com poucos habitantes, que se identificavam como da mesma família ou região, em que não existia a ideia de propriedade privada, já que os bens da natureza eram utilizados para a sobrevivência de todos. Esse sistema foi interrompido a partir de 1500, com a invasão do território pelos portugueses, iniciando assim a colonização do Brasil.

A colonização representa o segundo período (1500 a 1850), e é empregada pelos portugueses incentivando a vinda de europeus para o Brasil, com o objetivo de promover a ocupação da terra, garantindo seu domínio, por meio da divisão de 15 extensas faixas territoriais, chamadas Capitânicas Hereditárias, doadas aos donatários de terras, para que desenvolvessem a agricultura no país, o que acabou marcando a concentração de terras, por meio do modelo de plantation, que seria, segundo (Stédile, J. P., 2013, p. 23):

O que caracteriza a plantation? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., e utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos, para diminuir custos com transporte. Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem a força de trabalho da mão de obra escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado. Havia também, nessas unidades, a produção de bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, visando reduzir o seu custo de reprodução, assim como oficinas para a fabricação e reparo de instrumentos de trabalho.

Ou seja, procura-se implantar na colônia uma organização econômica e agrária que fosse de acordo com o capitalismo mercantil, que na época já se desenvolvia na Europa, por meio do estabelecimento da propriedade da terra pela Coroa e a formação de latifúndios, com a prática da monocultura, da exportação e da utilização da mão de obra escrava.

O processo de dominação do capital sobre os bens de natureza e da população brasileira sempre foi consolidado à base da repressão, do massacre, da exploração traduzidos em violência social e física, forma mais eficiente para controlar as populações. Assim, o capitalismo mercantil se impôs banhado em sangue. (MST, 2024, p. 9).

Conforme João Pedro Stédile (2013), o terceiro período (1850 a 1930) corresponde à concessão de terras e ao estabelecimento da propriedade privada a partir da Lei de Terras de 1850 e da crise do latifúndio exportador e monocultor escravista.

O quarto período (1930 a 1964) se inicia a partir da Revolução de 1930, que coloca fim nas oligarquias regionais no poder (São Paulo e Minas Gerais). Se caracteriza por estabelecer um novo governo que passa a incluir a burguesia industrial, focado na urbanização e na industrialização, incorporando o mundo agrário e colocando o camponês enquanto mão de obra barata das indústrias em ascensão, e, conseqüentemente, provocando o êxodo rural, além de manter a estrutura da terra e a concentração fundiária, a fim de que os camponeses pobres ficassem sujeitos à dependência e aos baixos salários, compondo o exército industrial de reserva (Stédile, J. P., 2013).

Com o objetivo de compreender como o capitalismo se expressa no Brasil e como influenciou o modo de produzir agrário, é importante investigar o que é, o surgimento e

desenvolvimento desse sistema econômico, compreendendo sua origem, a partir da passagem do feudalismo para esse novo modelo de produção e as mudanças a respeito da posse e uso da terra, para realizar uma análise do passado sócio-histórico e sua influência na atualidade. De acordo com (Stédile, J. P., 2012, p. 641):

[...] o advento do capitalismo como modo de produção predominante, combinado com o regime político republicano, que havia introduzido o direito à propriedade privada de bens e de mercadorias, trouxe como consequência o fato de a terra, antes vista como um bem da natureza sob controle monopólico das oligarquias ou clãs (no período do feudalismo), tornar-se agora uma mercadoria especial, sujeita à propriedade privada.

A terra tem seu sentido modificado, tornando-se mercadoria e propriedade privada, colocando sua posse no controle daqueles que possuíam riquezas e, conseqüentemente, privando muitos indivíduos do direito à propriedade. Com isso, foi se instalando o latifúndio e se disseminando a pobreza, em que diversos indivíduos foram obrigados a migrar de suas terras e encontrar novos locais para estabelecer moradia em condições precárias de existência.

Em seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, Karl Marx (1988, tomo 3, “Teoria da renda da terra”) chamou a terra de “mercadoria especial”, pois, com base nos conceitos da economia política, não era possível classificá-la como uma mercadoria: a terra não é fruto do trabalho humano, é um bem da natureza; portanto, não tem valor em si. No entanto, ao se introduzir nesse bem da natureza o direito à sua propriedade privada – e, com ele, a cerca, a delimitação de tamanhos etc. –, a terra passou a ser regida pelas mesmas regras do capitalismo. [...] (Marx, 1988, apud Stédile, J. P., 2012, p. 641).

A acumulação capitalista passa a ocorrer na agricultura, especialmente na propriedade da terra, produzindo e concentrando o latifúndio para a obtenção de lucro com a produção em larga escala de commodities agrícolas. Todo esse processo de produção é impulsionado por pacotes tecnológicos vindos da Revolução Verde, que incentivam a utilização de agrotóxicos que agredem o meio ambiente, sementes geneticamente modificadas, maquinário e outras práticas, que acabam gerando diversos malefícios não só para a natureza, mas também para os seres humanos.

As lutas sociais surgem enquanto resistência para enfrentar o latifúndio e a agropecuária, com o objetivo de encontrar alternativas sustentáveis e agroecológicas que possam contribuir para uma relação saudável entre os seres humanos e o ecossistema. De acordo com Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 246): “Assim, a existência do latifúndio cumpre um papel determinante no processo de estratificação social no Brasil, na reprodução das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais desiguais e que incidirão sobre o agravamento da pobreza, tanto no meio urbano quanto no rural.”.

Estudando o passado, a origem e a formação sócio-histórica do Brasil, desde a colonização até os dias atuais, é possível compreender como tudo foi construído em torno da luta pela posse e uso da terra (CPT, 2004)¹. Para isso, é necessário voltar ao surgimento dessa luta, aos desafios e avanços enfrentados e às alternativas e práticas que estão sendo construídas para uma produção sustentável, que preserve o meio ambiente e a vida na terra, sem deixar de produzir alimentos saudáveis por meio de práticas agroecológicas.

2.1 O capitalismo dependente no Brasil e a questão agrária

Para discutir a respeito da consolidação do país enquanto subdesenvolvido e de capitalismo dependente, é necessário voltar-se ao seu passado, que influenciou diretamente a situação em que se encontra o país, relegado a ser “celeiro do mundo”, focado na produção de commodities e na exportação agropecuária, na produção de alimentos em larga escala e na utilização de insumos tóxicos.

Conforme Iamamoto (2008, p. 128): “[...] O "moderno" se constrói por meio do "arcaico", recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira.[...]”. Ou seja, o país não superou o seu passado colonial e continua reproduzindo erros e preservando o poder na mão das classes dominantes, atualmente com a bancada ruralista com grande participação na Câmara dos Deputados da federação brasileira, definindo os rumos da questão agrária e o futuro do país.

Atualmente o capitalismo está em sua fase imperialista, buscando pela “mundialização do capital”, que seria a procura pela disseminação desse modelo econômico por todos os países do globo terrestre, visando a libertação daquilo que acaba prejudicando uma maior acumulação de capital, como é o caso dos direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora, para que seja possível uma maior valorização e um maior lucro (Chesnais, 1996, apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022).

É necessário refletir a respeito do surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista e a sua influência no processo de perpetuação das desigualdades de classe, para compreender as consequências sociais e ambientais ocasionadas por esse modelo de gerir a produção, apoiado na superprodução e degradação do meio ambiente e das vidas

¹ Comissão Pastoral da Terra (CPT) formada em 1975, composta por padres, freiras e agentes pastorais que denunciavam as agressões sofridas pelos camponeses na luta pelo direito à terra (Stédile, M., 2025).

humanas, com o objetivo de entender a importância e a necessidade de lutar contra o latifúndio e a favor da Reforma Agrária Popular.

Segundo Miguel Enrique Stédile (2025, p. 22): “O modo de produção é a maneira como a sociedade se organiza para produzir, revela qual é a mão de obra empregada, o destino da produção e a quem pertencem os instrumentos de produção, como as terras, as ferramentas e outros recursos.” O capitalismo é um sistema econômico que surge a partir do desmonte do feudalismo, em que o processo de passagem desse modelo representou a constituição de uma sociedade marcada pela desigualdade, já que o fim da escravidão e da servidão foi necessário para instaurar as bases de uma sociedade de classes, que modificou a estrutura da sociedade, mas não as relações de dominação.

O feudalismo era um sistema político, econômico e social que tinha como base uma sociedade estamental, dividida entre: nobreza (donos de terras), clero (membros da igreja) e servos (camponeses). A economia era agrária e autossuficiente, pautada na agricultura, em que os camponeses trabalhavam em troca de proteção e produção para subsistência, ou seja, sofriam exploração dos senhores feudais, que ficavam com grande parte de tudo que era produzido. Conforme Dobb (1962, p. 210): “[...] A relação social básica assentava-se sobre a extração do produto excedente desse pequeno modo de produção pela classe dominante feudal - uma relação de exploração alicerçada por vários métodos de "coação extra-econômica" [...].

A crise desse modelo culminou no surgimento do capitalismo, que teve como gênese processos violentos de expropriação, com a transformação do servo camponês em trabalhador livre e assalariado, com a expulsão desses trabalhadores de suas terras, para a criação de ovelhas visando a obtenção de lã através da criação das manufaturas no século XV na Inglaterra (Stédile, M., 2025).

[...] a burguesia em ascensão passou a aplicar seu capital no novo negócio, a produção com o uso de máquinas, que exigiu o rompimento com os obstáculos tributários impostos pelo sistema feudal. Ou seja, com aumento da produção ou da necessidade de viabilizar cada vez mais a circulação de mercadorias, e essa nova realidade implicou diminuir o poder econômico e político dos nobres e libertar os servos dos feudos para que eles pudessem trabalhar nas oficinas e receber salários, o que os transformaria em consumidores. Seguindo essa lógica, trabalhadores assalariados produzem mais e são também consumidores - o próximo passo foi abolir a escravidão [...] (Stédile, M., 2025, p. 23-24).

A transição do feudalismo para o capitalismo teve como origem a acumulação primitiva, com a existência de duas relações antagônicas: entre os proprietários, que detêm os meios de produção e os recursos, e os trabalhadores livres, que possuem apenas sua força de trabalho para venda, dependendo do emprego assalariado nos modos capitalistas para sua

sobrevivência, ficando passível à alienação do trabalho capitalista, que aliena a respeito dos meios de produção, da propriedade e de tudo que será produzido (Marx, 1984).

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção de capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (Marx, 1984, p. 262).

Essa questão é evidenciada por Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 244): “Diferentemente da crença de que a proletarização do campo produziria uma fração da classe trabalhadora com assalariamento clássico, as massas de trabalhadores agrícolas e as populações rurais vivem em situação de pobreza, exploração e expropriação constantes. (...)”, levadas ao êxodo rural através da expulsão do campo e na procura por melhores condições de vida na cidade, a esses trabalhadores rurais foram negados o direito à terra e à subsistência nela.

O modelo econômico capitalista surge na Europa e se expande mundialmente a partir do século XIX, com a Revolução Industrial que cria a primeira forma de divisão social do trabalho, em que, segundo Filgueiras (2018), se baseando na Teoria Marxista da Dependência (TMD), o capitalismo se constituiu enquanto um sistema que incorpora os países de diferentes formas, por isso a necessidade de compreender como o Brasil se coloca nesse processo e a influência disso no modo de produção agrícola.

Por isso, a TMD, tal como as teorias do imperialismo, percebe o sistema capitalista mundial como uma ordem hierárquica, na qual uma pequena minoria de países (pioneiros do desenvolvimento capitalista) condiciona e subordina a grande maioria que, posteriormente, foi sendo incorporada [...] (Filgueiras, 2018, p. 519).

O Brasil se constitui então, enquanto país de capitalismo dependente, de economia agroexportadora focada na produção de commodities, sujeito a importar de outros países tecnologias mais avançadas e a sofrer maiores consequências das crises do capitalismo.

Segundo Netto (2012), crises do modo de produção capitalista afetam a sociedade na totalidade, sendo resultado da dinâmica contraditória desse modo de produção, em que a crise acaba sendo constitutiva a fim de permitir a manutenção desse sistema, desencadeada por diferentes fatores, sempre após um período de expansão do capital. Mészáros (2011) evidencia como o sistema acaba se deparando com seus próprios limites por meio de uma crise estrutural que afeta a todos.

[...] a crise estrutural do sistema do capital como um todo [...] vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças

globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural (Mészáros, 2011, p. 17).

De acordo com Fernandes (1975), essa dependência do Brasil se origina pela incapacidade de que países da América Latina impeçam sua incorporação dependente ao espaço econômico, político e cultural das nações hegemônicas capitalistas, ocasionando sua dominação externa.

Relegado à subordinação, acaba por depender das vontades do capital estrangeiro, que, visando a manutenção da dependência brasileira, incentiva a produção agrícola de commodities para a exportação, ao invés de prezar pela diversificação da indústria, fazendo com que o país dependa da importação de tecnologias mais avançadas de países centrais capitalistas. Em que: “O tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico [...] explorando com intensidade a arcaização do moderno” (Fernandes, 1981, p. 40).

[...] O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional. (Prado Júnior, 2000, p.7)

Weisheimer, Araújo e Leher (2022), discutem como o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é composto, em grande e crescente parte, pelo setor das commodities, evidenciando o capitalismo dependente no país e como o modo de produção capitalista atua na manutenção dessa dependência.

[...] A questão agrária resulta da própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e de sua lei geral de acumulação, em que a produção da riqueza é indissociável da produção social da exploração, das expropriações e da pobreza. Trata-se, portanto, de uma expressão do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado das relações capitalistas na agropecuária em suas cadeias produtivas globais de produção de valor. (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 242).

Então, a realidade da questão agrária brasileira seria intrínseca ao padrão estabelecido de acumulação capitalista dependente, com a concentração de terras por meio de créditos e repasses de fundo público e a permanência da subordinação aos países centrais, dificultando o processo de garantia da soberania e da segurança alimentar para a população brasileira, em que a classe burguesa que foi relevante para a formação econômica e social do país, está subordinadas ao núcleo hegemônico do capital, contribuindo na extração de mais-valia direta, por meio do Estado e da apropriação do fundo público (Fernandes, 1981, apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022).

Grossi (2023), evidencia como a situação de dependência brasileira afeta drasticamente a população brasileira.

Nos países do capitalismo periférico e dependente, como o Brasil, que sofrem de maneira mais aguda as consequências ambientais e sociais deste modelo de desenvolvimento capitalista, o aumento alarmante da fome, nos dados divulgados no ano de 2022, atinge 33,1 milhões de pessoas, sendo que 125,2 milhões encontram-se em situação de insegurança alimentar (Rede Penssan, 2022, apud Grossi, 2023).

Ou seja, a situação no qual o país se encontra, escancara sua dependência e subordinação aos países de capitalismo central, que estabelecem as relações de poder e contribuem para a manutenção do Brasil enquanto país de economia agro-exportadora, que não se preocupa com a produção de alimentos que realmente possam tirar a fome da população. De acordo com (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 255):

Desse modo, a questão agrária não pode deixar de ser investigada como parte das lutas de classes e dos embates entre as frações de classes. Se concebida como persistência de um passado que se faz presente, o risco é pensá-la como um objeto cujo epicentro de força motriz já foi superado pelas novas configurações do capitalismo no campo.

Segundo Prado Júnior (2000), toda formação social necessita passar por um complexo de mediações, que possuem determinado sentido, ou seja, o desenvolvimento de determinada sociedade, como a brasileira, tem em seu presente, o reflexo de seu passado. Por isso, a importância de realizar uma volta ao passado, a fim de compreender como se desenrolaram processos relacionados à questão agrária e os impasses para a realização da Reforma Agrária no Brasil.

2.2 A Questão agrária e às Lutas Sociais: da Colonização ao Golpe de 1964

Almeida e Bezerra (2021) discutem a relação entre questão agrária e questão social na formação social brasileira, no processo de instauração do modo de produção capitalista no país, afirmando a intrínseca relação entre elas “[...] de tal modo que somos levados a supor que a “questão social”, como um problema estrutural da ordem burguesa, torna-se insuprimível sem a supressão da questão agrária.” (Almeida e Bezerra, 2021, p. 34).

De acordo com os autores, a questão agrária é apropriada pelo capitalismo, bem como os recursos naturais, que seriam: “[...] mercantilizados neste modo de produção e alienados dos produtores diretos, os transformando em sem-terras, como proletários, e tornando, assim, os recursos da natureza em nada mais que um meio para o capital explorar o trabalhador. [...]” (Almeida e Bezerra, 2021, p. 34-35). Então, a questão agrária se forma no momento em que a terra se constitui enquanto mercadoria, tornando-se um meio de explorar o trabalhador, não

mais como espaço para que pudesse satisfazer suas próprias necessidades de subsistência (Almeida e Bezerra, 2021).

[...] Assim, a “questão social”, do ponto de vista crítico da história, é revelada como um problema estrutural que remete às relações especificamente capitalistas, resultantes da contradição entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada, de modo que não se pode explicá-la corretamente, sem antes ter explicado o funcionamento do capital. (Almeida e Bezerra, 2021, p. 35).

Em que a questão social no Brasil é marcada pela questão agrária, que evidencia as relações de dependência e subordinação, das origens do processo de exploração, bem como da estrutura de desigualdade social e racial brasileira (Almeida e Bezerra, 2021).

Para iniciar a discussão a respeito da estrutura agrária brasileira, é importante discorrer sobre a formação do país no início de sua colonização, marcada pela ocupação progressiva do território brasileiro, que se constituiu enquanto um empreendimento mercantil, conforme Prado Júnior (2000, p. 48): “[...] para abastecer o comércio europeu de produtos tropicais, bem como de metais preciosos e diamantes que se povoou o território brasileiro, que se estabeleceu e organizou nele uma coletividade humana, e se estruturou a sua vida econômica”.

A formação do Brasil é marcada por processos de expropriação e violência, em que as desigualdades que presidiram o seu desenvolvimento possuem particularidades históricas. Portugal realizava viagens marítimas transoceânicas com o objetivo de conquistar novos territórios e, conseqüentemente, novos mercados e mercadorias, para manter os privilégios da nobreza (Stédile, M., 2025).

Em 1500, tomam posse da Terra de Santa Cruz, depois conhecida como Brasil. Os portugueses, quando adentraram o território, logo buscaram subjugar os povos originários presentes, submetendo-os a trabalhos forçados e desumanos, além de roubar matérias-primas naturais do espaço.

Os povos que aqui viviam desconheciam completamente uma ideia trazida pelos portugueses: a propriedade privada. Essas populações dispunham de uma imensidão de terras e recursos naturais, com muitas florestas, campos e águas. Estima-se que cada aldeia com 150 ou 200 habitantes explorava um território de aproximadamente 45 quilômetros quadrados. Dada essa abundância de recursos, não fazia sentido um povo se declarar dono de qualquer coisa que a natureza oferecia. (Stédile, M., 2025, p. 29).

A população nativa conseguia se alimentar por conta da facilidade de obter alimentos variados no território, por isso não desenvolveram práticas mais complexas de produção, conforme Miguel Stédile (2025, p. 30):

[...] Eles empregavam principalmente a energia humana e o fogo para limpar terrenos, e paus pontiagudos para plantar as sementes; desconheciam o arado a tração animal, e armazenavam grãos em vasilhames de barro; além disso, sabiam

que alguns produtos de origem animal e vegetal serviam para adubar a terra e revitalizar as plantas.

Além dos povos que aqui viviam antes da chegada dos europeus, escravizaram também povos africanos, trazidos ao Brasil através dos navios negreiros, entre os séculos XVI e XIX. Cerca de 4 milhões de pessoas vieram para o território e foram escravizadas, entre elas: homens, mulheres e crianças, que eram camponeses e, quando adentraram a colônia, não possuíam nenhum direito enquanto cativos, mesmo após a Abolição da Escravidão em 13 de maio de 1888 (Stédile, M., 2025).

Como o litoral do Brasil facilita o contato com a África e o tráfico de pessoas escravizadas era um negócio bastante lucrativo para os traficantes e compradores, aqueles que planejaram a economia açucareira decidiram pelo uso de africanos cativos na lavoura canavieira. [...] Os primeiros escravizados negros chegaram ao Brasil no início da década de 1530. (Stédile, M., 2025, p. 32-33).

O sistema colonial da época era baseado no latifúndio, na prática da monocultura para a exportação e no trabalho forçado por meio da escravidão. Iniciava-se, assim, a consolidação da grande propriedade, que era concentrada nas mãos de poucos, mas trabalhada por muitos, gerando uma disputa constante e permanente entre os proprietários e aqueles que possuíam apenas a sua força de trabalho para sobreviver (CPT, 2004).

Medeiros (2012) discorre sobre o termo latifúndio e como ele aparece no Brasil a partir do sistema de colonização, em que a Coroa Portuguesa distribuiu lotes de terras nunca antes cultivadas, através das Capitânicas Hereditárias e da concessão de Sesmarias, para pessoas que possuíam recursos financeiros, com o objetivo de voltar a produção para a exportação de bens no comércio exterior, utilizando a monocultura. Toda essa produção, principalmente da cana-de-açúcar, utilizava como mão de obra escrava primeiro os indígenas e depois os escravos africanos.

De acordo com Miguel Stédile (2025), o rei de Portugal não possui recursos suficientes para que pudesse investir na produção da cana-de-açúcar e em sua comercialização quando transformada em açúcar, por isso ele reproduziu o sistema que utilizava em outras colônias, como a da Ilha da Madeira e Cabo Verde, que consistia em:

[...] dividir as terras grandes em lotes, denominados capitânicas hereditárias, e concedê-los a fidalgos (nobres de menor prestígio), chamados donatários. Eles tinham o direito de explorar as terras e um conjunto de obrigações, como defender a terra, impor a lei, zelar pela justiça e desenvolver a agropecuária. Além disso, cabia aos donatários e colonos o pagamento do “quinto”, o mais tradicional tributo cobrado pelo governo, correspondente a 20% da riqueza produzida. O donatário tinha também o direito de conceder faixas menores, as sesmarias, para que outros explorassem. (Stédile, M., 2025, p. 33).

Caio Prado (2000), ao discutir a formação histórica do Brasil, aborda como a economia colonial foi organizada por meio da exploração de territórios rurais, tendo como

base o latifúndio, o trabalho escravo e a produção de commodities agrícolas para o mercado externo.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. [...] (Prado JR., 2000, p. 20).

É evidente como os reflexos de decisões históricas são notáveis pela situação atual do país, que ficou sujeito em seu passado aos interesses de estrangeiros e continua perpetuando essas mesmas vontades.

A necessidade dos colonizadores de extrair todas as riquezas potenciais encontradas no território através da exportação primeiro do pau-brasil, depois da borracha, da cana-de-açúcar e de outros bens, até a exportação de café, e, atualmente, da soja, demonstra que (Castro, 1984, p. 268): “Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo.”

A partir da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, ocorre a extinção do regime de sesmarias, em que o país passa a não possuir regulação estabelecida em lei para a concessão de terras. Somente a partir de 1850, com a aprovação da lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, é que se estabelece a propriedade privada das terras e acaba por transformar a terra em mercadoria.

Essa legislação consagrou o regime de uso de terra que vinha da colônia: predomínio de grandes unidades, com uso abundante de mão de obra (escrava num primeiro momento, livre no final do século XIX), voltadas para cultivos destinados ao mercado externo – café, então principal produto da pauta de exportações e carro-chefe da economia nacional, cana-de-açúcar, algodão e outros –, ou para a pecuária extensiva, no caso de terras não utilizadas pela agricultura de exportação e mais distantes dos portos. Essas propriedades eram marcadas também pelo poder dos grandes proprietários, poder que se estendia aos que habitavam seus arredores e aos municípios, por meio do controle das Câmaras. (Medeiros, 2012, p. 447-448)

É então, a partir da Lei de Terras, que se consolida a concentração fundiária e também se origina a prática do latifúndio brasileiro da grilagem de terras, sendo a apropriação indevida de terras devolutas mediante documentações falsificadas, com o objetivo de reivindicar a posse ilegal do terreno, prática que, segundo Medeiros (2012), regulamentou e por fim, consolidou, o modelo da grande propriedade rural, formalizando então, a desigualdade social e territorial enfrentada pela classe trabalhadora precarizada brasileira.

A lei de terras de 1850 consagra legalmente a propriedade privada da terra, fator que proporcionou maior liberdade para sua utilização de acordo com a lógica de exploração privada dos recursos naturais para a ampliação da produtividade da terra e, portanto, de lucro. O desenvolvimento da agricultura monocultora, extensiva e itinerante, agora sob o comando de seus proprietários privados, que buscavam retorno dos investimentos feitos, amplia a ganância por lucros, e conseqüentemente, amplia a degradação ambiental que já estava presente nas capitâneas hereditárias, levando à depredação e ao esgotamento do solo. (Grossi, 2014, p. 126).

Conforme Wood (1998, apud Almeida e Bezerra, 2021), ocorre uma relação direta entre a expropriação e a concentração de terras com a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, já que quando a população perde o direito à terra, o capitalismo passa a comandar a produção de alimentos e a subsistência do trabalhador, que é quando: “[...] este peculiar modo de produção consolida-se em sua plenitude e rompe com os obstáculos que ainda se impunham.” (Almeida e Bezerra, 2021, p. 37).

Miguel Stédile (2025) evidencia como a chegada dos portugueses ao território impôs a propriedade da terra a um único dono, no caso, o rei de Portugal, e a Lei de Terras (1850) transformou-a em mercadoria, sendo condicionada a compra, ou seja, excluiu a população mais pobre do acesso à terra, composta por homens livres, negros libertos e milhares de pessoas escravizadas, sendo que, por outro lado, os mais ricos puderam se apossar cada vez mais de extensões de terras, mesmo que não cultivassem nada nelas. “Com isso, os fazendeiros não apenas regularizaram suas terras, como também compraram aquelas ocupadas por caboclos, indígenas e quilombolas, que nelas produziam para a subsistência ao mercado local. [...]” (Stédile, M., 2025, p. 42).

O movimento abolicionista foi o maior movimento cívico de massas da história do Brasil, pois mobilizou pessoas de diferentes estratos sociais, desde modestos trabalhadores urbanos e rurais, donas de casa, soldados, professores, médicos, advogados, empresários e até mesmo alguns dos grandes proprietários de terras do sudeste. Porque preferiam a mão de obra dos imigrantes. [...] (Stédile, M., 2025, p. 45).

De acordo com João Pedro Stédile (2011), a Coroa Brasileira, sofrendo pressões dos ingleses para substituir a mão de obra escrava pelo assalariamento e enxergando a inevitável abolição da escravidão, acaba sendo impulsionada a reformular o sistema produtivo, decide então pela promulgação da Lei de Terras de 1850, enquanto medida para manter a posse das terras pela população mais rica e impedir que ex-escravos possuíssem o direito ao uso e à posse de terrenos e conseguissem, de certa forma, condições melhores de vida, que afetassem a perpetuação daqueles indivíduos enquanto mão de obra farta e barata, aceitando empregos precários e insalubres, relegando-os a trabalhos informais, já que, a partir da industrialização, o emprego em fábricas era destinado a imigrantes europeus.

Almeida e Bezerra (2021) destacam o projeto de embranquecimento da população promovida pela classe dominante:

[...] uma exploração capitalista de classificação racial que permite ao homem e à mulher negra e indígenas serem explorados acima dos níveis de exploração média de um trabalhador branco, restando aos primeiros, geralmente, os ramos menos qualificados de trabalho, a dificuldade no acesso à formação técnico-científica, o trabalho informal e desprotegido, a subcontratação, o trabalho precário, o subassalariamento, o desemprego, o pauperismo, a miséria e a criminalização, preenchendo de terra, sangue e pele negra também o conteúdo sórdido de nossa questão social. (Almeida e Bezerra, 2021, p. 43)

Segundo os autores, durante a segunda metade do século XIX até a primeira guerra mundial, esse projeto foi promovido enquanto uma política imperial, que tinha como objetivo trazer trabalhadores europeus enquanto mão de obra a substituir o trabalho escravo dos negros, ou seja: “[...] mesmo depois de séculos produzindo a riqueza sobre a qual se deleitou o império e as classes aristocráticas no Brasil sobre o trabalho escravo, este era considerado inferior para o estatuto do trabalho livre, então, seria substituído pelo dos trabalhadores brancos.” (Almeida e Bezerra, 2021, p. 45).

Torres (2022) aborda como a Lei n. 601, de 1850, foi responsável por substituir o regime das sesmarias, por meio da possibilidade de garantia da aquisição de terra através da compra e venda.

Com o fim dessas concessões de terras do governo português aos membros ricos, sem uma lei que legislasse a forma de aquisição, ocorre então um processo de ocupações, consideradas ações ilegítimas que tinham como resposta a repressão do Estado, já que atrapalhavam a estrutura capitalista em expansão, porque esse modelo necessitava de mão de obra barata para garantir o lucro dos proprietários das fazendas, ou seja, essas situações acabaram por dificultar a aprovação da Lei de Terras, por conta da necessidade de agir de acordo com os interesses do capital, sem limitar o direito a propriedade, que também fazia parte dos interesses capitalistas (Marés, 2021, apud Torres, 2022).

O que caracteriza a Lei no 601, de 1850? Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (Stédile, J. P., 2011, p. 22- 23)

Conforme Torres (2022, p. 355): “Com a aprovação da lei 601, de 1850, instituiu-se a obrigatoriedade do registro, a conceituação de terras devolutas e a instituição da aquisição mediante contrato de compra e venda”.

A autora explica que a demarcação de terras devolutas seria necessário devido a necessidade de colonização do território e elas poderiam ser adquiridas através da compra, em que o valor conquistado seria para o financiamento da vinda de colonos que não possuíam recursos, já que o preço da terra era estabelecido a partir de um sistema de *sufficient price*, que seria um preço mínimo, o que acabava por impedir o acesso imediato aos trabalhadores mais pobres sobre a terra, sobretudo, futuramente, da população negra saída da escravidão (Varela, 2005 apud Torres, 2022).

Em que “A lei de terras marcou a propriedade moderna no país, considerada fonte de prestígio social e poder econômico de alguns grupos sociais, e atendia às necessidades do liberalismo moderno.” (Torres, 2022, p. 355). A legislação garantiu a permanência da dominação da classe dominante, bem como de seus privilégios, já que a reforma agrária não estava nos planos dos ideais liberais que se desenvolviam entre a velha elite dominante (grandes proprietários rurais) e a nova burguesia urbano-industrial brasileira que surgia (Torres, 2022).

Essa questão é evidenciada no debate de Clóvis Moura apud Miguel Stédile (2025, p. 47):

Para o sociólogo e historiador Clóvis Moura, no Brasil, a transição para o trabalho livre controlada pelas elites dominantes, foi propositalmente gradual para redirecionar os investimentos no tráfico de pessoas para a construção de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das “modernas” relações capitalistas e tornar os escravizados necessariamente um “exército industrial de reserva”, a massa sobrando de pessoas que disputaria os empregos, mantendo os salários baixos pela concorrência. “Fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a abolição conservando latifúndio”, sentenciou Moura.

É a partir da Lei Eusébio de Queiroz (n. 581, de 4 de setembro de 1850), que ocorre o fim do tráfico de escravos no Brasil, por meio de pressões exercidas pela Inglaterra para atingir seus objetivos comerciais, sendo responsável por fortalecer a discussão sobre o fim da escravatura, ocorrendo a abolição formal através da Lei Áurea de 1888, ou seja, o Brasil acaba sendo o último país da América Latina a abolir a escravidão, mas sem possibilitar que a população negra liberta conquistasse a garantia de direitos, como a terra e a moradia, revelando a permanência do racismo estrutural no país (Torres, 2022).

Outras leis foram importantes nesse processo, como a Lei do Ventre Livre de 1871, que libertou os filhos nascidos de mães que estavam sendo escravizadas, e a Lei do Sexagenário de 1885, que tornou livre escravos com mais de 65 anos, até finalmente a abolição em 1888. É importante destacar que essas leis não incluíram o negro na sociedade, foram libertados sem qualquer instrução ou direito a alguma terra, que fosse capaz de ajudá-lo a se integrar no capitalismo que se desenvolvia no país (Stédile, M., 2025).

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o Estado brasileiro passou a ter a posse das terras devolutas, mas acabou não democratizando o acesso à terra, fazendo com que os grandes proprietários realizassem a apropriação de terras de maneira ilegal (Silva, 1997 apud Torres, 2022).

Essas ações trouxeram resistência da classe trabalhadora, que lutou por meio da criação de movimentos populares, promovendo manifestações contra a desterritorialização dos povos ocasionada pela transformação da terra em propriedade, isso pode ser evidenciado por meio dos conflitos e massacres, como a Guerra dos Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), que evidenciaram a insatisfação do povo com o governo que mantinha privilégios da classe dominante e oprimia os mais pobres (Torres, 2022).

Segundo Prado Júnior (2000), o Brasil não teve em seu passado histórico marcas do feudalismo, mas sim o trabalho escravo como modelo para as relações de serviço, devendo-se falar então das relações capitalistas de produção, para ser possível compreender as relações sociais estabelecidas e o desenvolvimento da questão agrária, bem como da dificuldade em realizar uma Reforma Agrária Popular, que possa estabelecer parâmetros para a justiça social no país.

Certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu [...] não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (Prado Júnior, 2000, p.66).

Mesmo que o país tenha passado por mudanças que o desenvolveram através da industrialização e urbanização no século XX, a economia brasileira se mantém na grande exploração agrícola, por meio da exploração do trabalho, da produção para o exterior e da manutenção das grandes propriedades de terra.

Nos anos de 1950 e 1960, Prado Júnior (2000, p. 60) aponta que: “(...) o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que cede ao seu empregador.” A manutenção dessas relações arcaicas na produção do campo fez com que se criasse uma economia agrária que buscava atender às necessidades externas, deixando a população do campo à mercê.

O crescimento urbano-industrial passou a depender permanentemente dos excedentes econômicos da economia agrária, que eram destinados em direção às cidades, na construção de verdadeiros polos metropolitanos, ou seja, a revolução urbana acabou prejudicando a revolução agrícola, que ficou subordinada a funcionar como um polo de produção de

alimentos para os centros urbanos, em que a maior parte de suas riquezas era transferida para outros setores da economia e da sociedade, sem poder usufruir dos meios e condições para alavancar suas próprias potencialidades e se desenvolver economicamente (Fernandes, 2008).

De acordo com Martins (2022), durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), por meio do Plano de Metas cujo objetivo era fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, a industrialização teve grande investimento, com a diversificação dos setores das indústrias de base. Essas mudanças foram financiadas por meio do Plano Marshall², gerando uma aceleração no processo de industrialização, com uma parceria entre o capital internacional e a burguesia industrial nacional.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu a valorização dos produtos agrícolas, levando à expansão da produção por meio do aumento da fronteira agrícola, principalmente de café, com uma maior concentração de terra e capital. Todo esse processo acabou por agravar os conflitos do campo, com a expulsão e exploração de trabalhadores camponeses, por conta da inserção da industrialização na agricultura.

Surgem então grupos organizados de trabalhadores rurais em todo o Brasil com o objetivo de lutar por melhores condições de vida e trabalho, constituindo as Ligas Camponesas, que iniciam em 1945, sob iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e representavam os movimentos populares de luta pelo acesso à terra, sendo as principais responsáveis por dar dimensão nacional à questão da reforma agrária no país, sofrendo forte repressão e ataques dos setores conservadores que buscam atuar através dos poderes políticos e ideológicos contra a classe trabalhadora (Martins, 2022).

Ou seja, nos anos 1950, as lutas camponesas foram extremamente importantes para colocar na agenda política a questão agrária no Brasil, que, de acordo com Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 256):

(...) O problema a ser superado estava na concentração fundiária e nas relações entre o trabalho e o capital, desprovidas de direitos legais para os trabalhadores agrícolas. Isso se refletiu na formação das primeiras organizações sindicais de trabalhadores agrícolas no país. Nesse período, ocorre a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), impulsionada pelos comunistas em 1954 no centro-sul do país. Houve ainda a formação das Ligas Camponesas em 1955, em Pernambuco, expandindo-se para o restante do Nordeste brasileiro, com a liderança de Francisco Julião, eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em Pernambuco. Também houve o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul, criado em 1960 e ligado às lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como o então governador Leonel Brizola. Esse processo converge, mais tarde, para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963, reunindo 29 federações e 475 sindicatos.

² O Plano Marshall foi um programa de apoio econômico (transferência de valor) dos Estados Unidos para os países aliados, visando a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (Martins, 2022).

As intensificações das lutas sociais no campo foram essenciais em conquistas legais, como a promulgação da Lei Federal nº 4.214, de 2 de março de 1963, que dispunha a respeito do Estatuto do Trabalhador Rural, atualmente revogada, que estendia a legislação social ao trabalhador da agricultura, além do reconhecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), fundada em 20 de dezembro de 1963 (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022).

Esse processo de supressão aos movimentos sociais da classe trabalhadora e de não resolução da questão agrária pode ser evidenciado a partir do governo de João Goulart (1961-1964), que assumiu o poder após a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

Foram realizadas diversas ações para limitar o mandato de “Jango”, como ficou conhecido o presidente, já que ele se mostrava a favor das lutas camponesas e da Reforma Agrária, colocando-a como prioridade, dentro das reformas de base de suas propostas de governo. Essas medidas tinham como objetivo reformar diversos setores do país de acordo com o que o capitalismo necessitava para se desenvolver ainda mais na economia brasileira (Martins, 2022).

Um exemplo de política a favor do desenvolvimento do capitalismo no país é o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, lançado pelo governo de João Goulart, que estendeu direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, que:

[...] já indicavam e normatizavam as relações de trabalho tipicamente capitalistas, buscando por um lado constituir juridicamente a empresa rural capitalista e, por outro, proibir as relações de dependência pessoal [...]. Além disso, também buscavam regular o mercado de trabalho em formação [...] constituindo um “exército geral de reserva” comum aos capitalistas, fossem eles industriais ou agrários. (Martins, 2025, p. 105-106).

Conforme Martins (2022), países da América Latina tiveram o apoio dos Estados Unidos para alterarem sua estrutura fundiária, promovendo reformas agrárias, enquanto ação à desmobilização de movimentos revolucionários, temendo que ocorresse outra Revolução como a Cubana de 1959. Para isso, foram estabelecidos diversos projetos: reforma bancária (incentivos de créditos para pequenos produtores); reforma fiscal (buscava a taxação de grandes fortunas); reforma urbana (melhor planejamento territorial urbano, além de buscar garantir moradia para a população); reforma educacional (investimento em uma educação pública de qualidade, de acordo com o método de Paulo Freire) e a reforma agrária (desapropriação de latifúndios e a distribuição de terras para camponeses).

A retaliação a essas medidas foi quase que imediata, em que as elites brasileiras, temendo perder seus privilégios e contrárias aos avanços democráticos, realizaram protestos

conhecidos como a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, além de concretizarem o golpe de Estado em 1º de abril de 1964, iniciando a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, período em que os direitos humanos e a democracia foram negados à classe trabalhadora, além de estabelecer as bases para um modelo predatório e destruidor na agricultura, por meio de uma modernização conservadora, que gerou diversas consequências econômicas, ambientais e sociais.

2.3 A ditadura empresarial militar e a modernização conservadora da agricultura: A Revolução Verde e suas consequências econômicas, ambientais e sociais.

Ao estabelecer a terra como mercadoria e privar seu uso daqueles que não possuíssem recursos, se desenvolveu um processo estrutural de desigualdade social que não pode ser solucionado enquanto não houver uma Reforma Agrária Popular.

O modelo agroexportador atual acaba por prejudicar o meio ambiente e a vida na terra, visando somente o lucro, por isso a importância de encontrar novas alternativas agroecológicas que possam contribuir para uma produção agrícola mais justa. Para isso, é necessário investigar o surgimento da modernização da agricultura, a utilização da Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos para compreender os resultados e consequências econômicas e sociais da política adotada.

Segundo Miguel Stédile (2025, p. 57): “O capitalismo requer que todo o produto seja mercadoria. Por isso, quando a produção supera as necessidades do mercado, se estabelece uma crise.” Foi o que ocorreu na “Crise de 1929”, com o colapso da Bolsa de Valores de Nova York, que repercutiu no mundo todo, inclusive no Brasil, com a queda das exportações de café, gerando problemas econômicos para o país, o que acabou influenciando a tomada de poder pelos militares.

Deparando-se com problemas econômicos, denúncias de corrupção na política, constatação do atraso tecnológico e pressão de banqueiros industriais contrários aos privilégios dos grandes fazendeiros, as oposições articularam um golpe militar desfechado em outubro de 1930. O último presidente eleito com aval dos grandes fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais, Washington Luís, foi deposto pelos “tenentes” e o gaúcho Getúlio Vargas içado à presidência. (Stédile, M., 2025, p. 57)

Segundo Alentejano (2012), a modernização da agricultura acarretou profundas transformações no modo de produzir agrário, com inovações nos padrões tecnológicos e mudanças nas relações de trabalho, além de ser planejada com o intuito de se contrapor às propostas de Reforma Agrária, introduzidas pela esquerda nos anos de 1950 a 1960.

De acordo com os defensores da modernização, seria possível desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição da terra, contrariamente ao que defendiam os partidários da Reforma Agrária, para quem a democratização da terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária brasileira. (Alentejano, 2012, p.480)

Conforme Santos (2019), o Programa Sistema de Extensão Rural, criado em 1948, foi extremamente importante para o desenvolvimento da Revolução Verde no Brasil, pois prestava assistência técnica gratuita aos agricultores brasileiros, medida essa vinda do Congresso Nacional dos Estados Unidos, cujo objetivo era a difusão desses pacotes tecnológicos para outros países. Esse programa foi legitimado e transformado em política agrícola do país por meio do golpe de 1964, além de a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa), criada em 1973, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), fundada em 1974, possibilitar o avanço do processo de modernização da agricultura, conhecido como Revolução Verde, que possuía pacotes tecnológicos.

[...] Esses pacotes eram receitas que deviam ser cumpridas nos tratos agrícolas e animais nas diversas regiões do país tendo em vista o aumento da produtividade. Recebiam o benefício do crédito agrícola altamente subsidiado, somente aqueles agricultores que tivessem aderido ao programa oficial. O mesmo causou de fato a “revolução” na agricultura, destruindo formas sustentáveis de agricultura praticadas por comunidades tradicionais e passou a impor uma lógica destrutiva de agricultura e de modo de vida no campo e na cidade. (Santos, 2019, p. 45).

É necessário compreender o significado do termo “modernização conservadora” para ser possível colocá-lo em discussão, de acordo com Santos (2019, p.45-46):

(...) a modernização proposta ficou conhecida como “modernização conservadora”, porque conservou a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e trouxe consigo problemas e consequências desastrosos devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como, alterações naturais do solo e ambiente.

Importante evidenciar que ações de modernização já se apresentavam desde os anos 1950, mas somente após o golpe de 1964 e a instauração da ditadura, que se iniciou um processo de modernização impulsionado e empreendido pelo Estado brasileiro, a fim de possibilitar a modernização e contribuir para o enriquecimento da elite ruralista (Alentejano, 2012).

[...]Assim, a modernização da agricultura brasileira não pode ser compreendida sem a indução do Estado, pois ele criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão voltado para impulsionar o processo de modernização e as condições financeiras para viabilizar este processo. (Alentejano, 2012, p. 480).

A Revolução Verde aparece no Brasil a partir da década de 1950, enquanto um pacote tecnológico para o aumento da produtividade, já que se acreditava que a fome existia como uma questão de falta de alimentos. Castro (1984) discute como a fome deve ser entendida como um problema geograficamente universal, não pela falta de terra para produzir alimentos, principalmente no Brasil, mas pela produção voltada para a exportação de commodities.

De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe, e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. (Castro, 1984, p. 50).

É necessário compreender o que se entende enquanto Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, a fim de investigar as consequências da utilização desse modelo na agricultura. De acordo com Aguiar (1986, p. 17), são:

[...] um conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Dessa forma, o pacote tecnológico passa a corresponder, na verdade, a uma linha de montagem, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exige o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de uma certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (máquinas) não pode ser rompida, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola.

Ou seja, o camponês acaba ficando refém da utilização desses pacotes, já que para produzir, ele utiliza determinada tecnologia que necessita de outra para se manter, ficando dependente desses insumos para garantir que a produção agrícola aconteça de forma ideal.

Esse pacote tecnológico da Revolução Verde utiliza tecnologia que tem como base a científico-industrial, adaptada a muitas técnicas e venenos que foram utilizadas na Segunda Guerra Mundial, em que essas “inovações” trouxeram apenas desastres ambientais e sociais, visando somente o lucro para a produção em larga escala, sem levar em conta a produção visando a superação da fome da população brasileira, substituindo saberes tradicionais milenares e práticas que respeitam o meio ambiente, por insumos químicos industriais que degradam a terra, a água e os alimentos, além de distanciar o ser humano da natureza, através da separação em diversos setores de produção em monoculturas, rompendo a harmonia do meio ambiente (Martins, 2022).

Após o Golpe de 1964, foram instaurados Atos Institucionais, cujo objetivo era validar juridicamente todos os atos ilegais cometidos durante o regime militar, que era extremamente repressivo com aqueles que eram contrários ao governo, por meio da

suspensão das eleições, cassação de direitos políticos, censura, prisões, violências e tortura. Durante esse período, as Ligas Camponesas foram fortemente reprimidas, em que muitos líderes e apoiadores do movimento sofreram as consequências por não serem coniventes com as violações e o regime antidemocrático, onde muitos tiveram que se exilar pela própria segurança.

O Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), anunciado pelo presidente militar Castelo Branco, estabeleceu os parâmetros para a Reforma Agrária no Brasil, por meio da classificação dos imóveis rurais conforme o tamanho territorial, sua situação geográfica e seu aproveitamento econômico.

Conforme Medeiros (2012), de acordo com essa lei, o objetivo da Reforma Agrária seria a gradual extinção dos minifúndios (pequenas áreas incapazes de prover a subsistência) e latifúndios (grandes extensões territoriais de terra), que seriam então os geradores de conflitos e tensões no campo, propondo como objetivo a “empresa”, que seria um espaço para aproveitamento e exploração do solo de acordo com a região, a partir da desapropriação do solo que seria apenas em casos de tensão social.

A medida instituiu, pela primeira vez, um cadastro de terras e introduziu a função social da terra, ou seja, estabeleceu a desapropriação de latifúndios por interesse social, que seriam indenizados pelo Estado, além de proibir relações de trabalho que reproduzem a dependência entre trabalhadores rurais e fazendeiros. É possível afirmar que o Estatuto, de certa forma, é contraditório, já que foi instituído em um contexto político conservador de ditadura, com perda de direitos políticos e violações de direitos humanos (Medeiros, 2012).

De acordo com Martins (2022), a Ditadura Empresarial-Militar passa por um período de crescimento econômico acelerado, conhecido como “milagre econômico”, em que o capitalismo se estabelece no país, em sua fase monopolista, que serviu como um meio de legitimar o regime e sua repressão, juntamente com o avanço da modernização conservadora da agricultura, que ia na contramão do que era proposto pela Reforma Agrária e formulado pelo Estatuto da Terra.

De acordo com Medeiros (2012), o latifúndio foi esquecido e o governo pós-golpe de 1964 buscou investir em pacotes tecnológicos que possibilitaram maiores produções agrícolas por meio de incentivos, como a concessão de terras públicas para a produção em larga escala de commodities agrícolas, sem a real preocupação com a realização da Reforma Agrária.

[...] No rearranjo de forças políticas que se seguiu ao Golpe de 1964 e com o peso que, nessa articulação política, tiveram os interesses ligados aos grandes proprietários de terra, a opção dos governos militares foi pelo incentivo à

modernização tecnológica das grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato. [...] (Medeiros, 2012, p. 449-450).

Esses incentivos atraíram grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, principalmente atrelados ao interesse pela especulação com a terra, e acabaram por perder a definição antes estabelecida de “empresa”.

As modernizações tecnológicas acabaram por mecanizar em larga escala os processos agrícolas, contribuindo para o aumento da produtividade. A introdução de insumos químicos acabou influenciando na degradação do meio ambiente, e o desrespeito à legislação trabalhista, por meio da precarização das condições de trabalho no meio rural, fez com que o imóvel perdesse sua função social, estabelecida de acordo com o Estatuto da Terra, em ser produtivo e explorar de acordo com os limites da região, fora as diversas violências contra povos originários no avanço na conquista por novos territórios para produção agrícola (Medeiros, 2012).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) foram responsáveis por unir a indústria de maquinário, desenvolvida durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), ao mundo agrário, ocorrendo, através desse processo, o aumento da fronteira agrícola e o agravamento da questão agrária, já que o projeto de modernização da agricultura era contrário ao que era estabelecido na Reforma Agrária, os defensores desse modelo de produzir propunham o desenvolvimento da agricultura sem a distribuição das terras, por meio do capital agroindustrial e da proteção fiscal do Estado (Martins, 2022).

Após o golpe militar de 1964, o caminho escolhido pelos governos ditatoriais foi o da modernização conservadora: em lugar da reforma agrária, modernizaram-se os latifúndios. Tal opção só foi possível porque, na economia brasileira, já se desenvolvia uma indústria voltada à agricultura, capaz de fornecer máquinas, equipamentos e insumos para a modernização das grandes fazendas. Faltava apenas atrair os latifundiários para esse modelo de agricultura. (Martins, 2025, p. 105).

De acordo com Martins (2025), os pacotes tecnológicos da Revolução Verde trouxeram diversas modificações, como a alteração genética de sementes, “melhoradas” para contribuir para uma produção que possibilitasse alto rendimento, mas que só conseguem o desempenho esperado através da utilização exclusiva de insumos químicos que não são naturais, e que possuem um rendimento inferior se comparado a sementes naturais, chamadas de crioulas.

Tornar a agricultura artificial faz com que haja um desequilíbrio de culturas, que acabam contaminando sementes naturais pelas modificadas, influenciando na perda da diversidade natural e, conseqüentemente, ocasionando o desequilíbrio do ecossistema e fazendo com que camponeses fiquem dependentes de produtos químicos produzidos por

empresas capitalistas, através da perda de saberes agroecológicos passados de geração em geração, como a não preservação e conservação de sementes crioulas, já que utilizam sementes industrializadas.

A Modernização Conservadora visa a produção de alimentos enquanto mercadoria, promovendo a monocultura de grãos, ou seja, não busca produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, mas sim a produção em busca de lucro.

Segundo Martins (2022), os desastres sociais ocasionados por essa forma de produzir acabam por agravar a dependência dos trabalhadores rurais, em que muitos não conseguem acessar essas novas tecnologias e produzir de acordo com esse novo padrão de industrialização da agricultura, que preza pela produção em grandes extensões de terra, e acabam sendo expulsos do campo, em que esse pacote de produção despreza saberes tradicionais e a diversidade, se preocupando apenas com o avanço da acumulação do capital.

Conforme Martins (2022), com o capitalismo alterando as relações de trabalho na década de 1970, ocorre a instituição do trabalho assalariado, o que dá continuidade às relações de dependência, com a superexploração dos trabalhadores mediante trabalhos informais e temporários, além de acelerar o processo de migração de trabalhadores rurais para as cidades, já que não conseguiam sobreviver no campo.

O Estado possibilitou o aumento da fronteira agrícola, via isenções de impostos, incentivos fiscais e aumento do crédito rural, possibilitando também a inserção de indústrias e capital, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da modernização conservadora na agricultura.

Nesse sentido, o trabalhador camponês aparece no centro das relações sociais de subordinação em que se encontra a sociedade agrária brasileira, que fica subordinada a fornecer os excedentes para os centros urbanos e para o exterior.

Conforme Ianni (1984), o campo brasileiro após 1964 ficou sujeito a produzir excedentes, seja para as cidades, para a indústria nacional ou para a exportação, ou seja, o trabalhador do campo sustenta essa produção de excedentes e não consegue usufruir de sua produção, “(...) no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco.” (IANNI, 1984, p. 125).

Martins (2025) fala sobre as estratégias de governos militares em promover uma modernização conservadora da agricultura via incentivos fiscais, como o Crédito Rural, e isenções fiscais no Imposto de Renda (IR) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), atraindo diversas empresas capitalistas, como a Volkswagen, e agentes bancários, como a Bradesco, fundindo capitais urbanos com a terra, já que “A partir de então, veríamos no

Brasil algo inédito em nossa história: industriais, banqueiros e comerciantes transformaram-se em latifundiários. (...)” (Martins, 2025, p. 107).

As empresas latifundiárias passaram a buscar recursos nos bancos públicos, principalmente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já que possuíam os títulos e as escrituras das fazendas, que poderiam ser usados como garantia para os empréstimos. “Assim, a Terra no Brasil se converteu em ativo financeiro, exprimindo, portanto, a organização de um mercado de terras em nosso país.” (Martins, 2025, p. 107-108).

Conforme Martins (2025), os governos militares promoveram uma política de modernização do latifúndio e de ampliação da fronteira agrícola mediante programas econômicos como o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), iniciado em 1970, que incentivou a produção agrícola de cana-de-açúcar e de soja, além da modernização da agroindústria processadora, por meio do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (Funagri), que formou a indústria de aves e suínos, como as empresas Sadia e Perdigão.

A intensificação do processo de industrialização da agricultura brasileira no período da ditadura militar provocou profundas transformações, mas essas mudanças não provocaram a homogeneização das relações de produção na agricultura brasileira, de acordo com Ianni (1984, p. 168):

[...] Ao contrário, criam-se e recriam-se as desigualdades e os desequilíbrios. Assim é que persistem e repetem-se diferentes formas de organização social e técnica da produção. São diversas as formas de subordinação do trabalho ao capital. E isso envolve distintas modalidades de organização do processo produtivo.[...]

A agricultura então se torna agroindustrial e se subordina cada vez mais ao capital, transformando também as relações de trabalho. “Estendeu-se a proletarização, no sentido de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, por tarefa, empreitada, dia, semana ou mês.” (IANNI, 1984, p. 162). Os trabalhadores do campo acabaram sendo ainda mais explorados, além de sofrerem com a monopolização das terras devolutas, sendo expulsos dos locais onde tiravam seu sustento, ocorrendo essa separação entre os produtores e a propriedade dos meios de produção.

(...) À medida que a agricultura se subordina ao capital, à medida que a agricultura se transforma em indústria, há uma progressiva subordinação formal e real do trabalho ao capital. No caso das formas camponesas de produção – familiar, parceria, arrendamento, colonato e outras – é evidente a subordinação formal do trabalho ao capital. No caso das formas empresariais de organização da produção, generaliza-se a subordinação real do trabalho ao capital. (IANNI, 1984, p. 166-167).

Machado e Machado Filho (2014), discutem como no período da ditadura civil-militar, a questão agrária foi transformada de tal forma que serviu de base para o agronegócio atual, por meio da incorporação da agricultura a indústria, onde setores

produtivos ficaram sujeitos à dinâmica agroindustrial, fazendo com que a composição orgânica do capital na produção agrícola aumentasse, ou seja, possibilitando que o capital realizasse intervenções políticas, jurídicas e ideológicas sobre a terra, a força de trabalho e os recursos da natureza.

De acordo com Martins (2025), a década de 1980 se inicia com uma agricultura modificada, bem como as relações sociais que a cercam, já que:

[...] Por um lado, ocorreu a fundação do proletariado rural, que já no final da década de 1970 passaram a se organizar e a realizar diversas greves [...]; por outro lado, o capital impõe sua lógica de valorização do valor. Tivemos um forte setor industrial monopolizado, fornecendo insumos e máquinas para os fazendeiros capitalistas, que os adquirem com base num farto e subsidiado crédito rural. Por sua vez, os fazendeiros capitalistas, por meio do trabalho assalariado, promoveram um modelo de agricultura intensa em capital. [...] tivemos um setor agroindustrial e/ou agrocomercial fortemente estruturado, além do desenvolvimento nas regiões de uma ampla rede de serviços, fosse de assistência técnica, fosse de serviços bancários. (Martins, 2025, p. 109)

Então a agricultura passa a ser entendida como parte do capital industrial que atua sob a lógica da reprodução do capital, que, segundo (Santos apud Martins, 2025, p. 110):

Podemos chamar essa lógica de *industrialização da agricultura*, quando a agricultura se torna de fato subordinada ao capital, “transformando[-se] num ramo de aplicação de capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas.

Conforme Martins (2025), com essas alterações na agricultura, ocorre uma espécie de monopolização do território pela economia capitalista, fazendo com que as famílias de trabalhadores rurais ficassem subordinadas ao capital, ocorrendo a territorialização desse modelo econômico, que expropria os camponeses de suas posses e de suas terras, tornando-os assalariados rurais, controlando a ideologia local, já em outras regiões as relações capitalistas acabam recriando o campesinato, com o objetivo de manter a mão de obra barata e o trabalho excedente para aumentar o exército industrial de reserva.

Santos (2019) disserta sobre a crise do projeto de modernização conservadora na década de 1980 e os motivos que levaram a tal processo: “[...] devido à significativa diminuição dos créditos públicos para o setor agropecuário, e à falta de assistência técnica, sendo que o Estado era o principal suporte financeiro da agricultura.” (Santos, 2019, p. 46). Na década de 80, se dá a queda da ditadura militar e se inicia um período de redemocratização, além da crise da concepção conservadora e da prática de manutenção dos latifúndios com a repressão contra os trabalhadores, principalmente daqueles vinculados à luta pela terra da União Democrática Ruralista (UDR). Todo esse processo passou a ser compreendido internacionalmente como a manutenção do retrocesso no país.

A Ditadura Empresarial-Militar representou um período de repressão para a classe trabalhadora, principalmente para os trabalhadores rurais, já que influenciou na lógica de produção atual, por meio da modernização conservadora do campo que une elementos arcaicos e modernos, como a manutenção da concentração fundiária e da monocultura e o uso de alta tecnologia com insumos químicos e maquinário. Esse modelo não é capaz de acabar com a fome, ao contrário, acaba reproduzindo a estrutura de dependência e aprofundando desigualdades sociais (Martins, 2022).

De acordo com Balestro e Sauer (2009), como plano governamental para implementação da Modernização Conservadora foi utilizado o crédito subsidiado com juros baixos, “[...] Possibilitando elevados investimentos em máquinas e insumos, sementes, fertilizantes e inseticidas, etc. [...]” (Balestro e Sauer, 2019, p. 8-9), além de ser amparada pela criação de uma rede pública e pela oferta de assistência técnica e extensão rural, bem como a destinação de recursos do Estado a criação de universidades públicas e escolas técnicas, com o objetivo de financiar pesquisas e disseminar as tecnologias desse modelo de produção.

Esse plano promoveu a monocultura em grandes extensões de terra e fez com que pequenos produtores viessem à falência por não conseguirem se ajustar às novas tendências da agricultura capitalista, que acarretou na maior concentração fundiária, no êxodo rural e em danos ambientais.

Em relação ao êxodo, o campo brasileiro abrigava mais ou menos de 70% da população nas décadas de 1950 e 1960 chegando, na década de 1990, a ter menos de 30% do total da população. Ainda, a concentração fundiária ampliou antigos e gerou novos conflitos no campo, agravando as disputas por terras em algumas regiões, especialmente nas novas Fronteiras agrícolas (Sauer, 2008 apud Balestro e Sauer apud Sauer, 2009, p. 10)

Além disso, em relação aos danos ambientais, é necessário destacar que os sistemas agroindustriais que possuem como modelo a agricultura capitalista tinham baixa ou nenhuma sustentabilidade, já que: “(...) Os resultados ambientais são, entre outros danos, à erosão e contaminação do solo, o desperdício e a contaminação dos recursos hídricos, a destruição das florestas e o empobrecimento da biodiversidade.” (Balestro e Sauer, 2009, p. 10-11).

2.4 A Redemocratização e a retomada da luta pela terra: Criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento agroecológico

A redemocratização ocorreu na década de 1980, a partir do fim do Regime Empresarial-Militar, que teve início em 1964, durante o golpe militar que tirou do poder João

Goulart, e perdurou até 1985, através do governo de presidentes militares, eleitos indiretamente, sem a participação popular.

Com a abertura democrática, muitos são os movimentos sociais que surgem na defesa pela democracia, como o movimento “Diretas Já!”, que se iniciou em 1983 e buscava a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente do Brasil. O processo de redemocratização representa a restauração das instituições democráticas e um momento de luta pela retomada de direitos.

A partir desse momento, diversos movimentos sociais contrários à ditadura que foram reprimidos durante o período antidemocrático ganham ainda mais destaque. Diversas foram as lutas e resistências populares travadas com o objetivo de combater o latifúndio e a exploração, intensificadas, principalmente, durante o período de redemocratização na década de 1980, com uma maior movimentação da sociedade civil na luta por direitos e pela democracia.

Reflexo disso é a fundação do MST em 1984, fruto da resistência camponesa que busca por melhores condições de vida e por transformações na sociedade, através da realização da Reforma Agrária, a favor da democratização do uso e da posse da terra, enquanto meio de possibilitar moradia e meios de subsistência para aqueles que querem sobreviver daquilo que produzem.

De acordo com Miguel Stédile (2025), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) contribuiu para que a população sem-terra conseguisse trocar informações e experiências que possibilitaram a tomada de consciência dessa classe, percebendo que deveriam se reunir e mobilizar pelo direito ao acesso à terra, estabelecendo uma luta conjunta. Na discussão a respeito da questão agrária brasileira, é necessário investigar o principal movimento atual que luta a favor de uma Reforma Agrária Popular.

O MST teve sua origem a partir do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, Paraná, que ocorreu em janeiro de 1984, em que diversos trabalhadores rurais se reuniram e decidiram pela fundação do movimento, possuindo como objetivos principais: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.” (MST, 2025).

Por um lado – assim como todo o povo brasileiro – os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos

e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura. (MST, 2025) fonte:³Acesso em: 20 de dez de 2025.

Os indivíduos que faziam parte desse movimento e que lutavam por melhores condições de vida, pelo uso e posse da terra eram: “(...) posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores ... Trabalhadores rurais Sem Terra, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos.” (MST, 2025). Ou seja, faziam parte da classe trabalhadora mais pobre que sofria diretamente com as expressões da questão social, originadas a partir da contradição (Capital X Trabalho), a partir, principalmente, da não resolução do problema agrário brasileiro, que perpetua até hoje desigualdades sociais.

A luta pela terra foi um dos principais campos de batalha na história do Brasil desde a chegada dos colonizadores. Desde as lutas de resistência dos povos originários contra a conquista europeia até os dias atuais, a disputa pela terra revela uma das principais contradições do nosso país: a concentração de terras.(MST, 2025*)

Esse movimento pode ter sido oficialmente criado em 1984, mas sua história começa na década de 1970, no contexto em que a Ditadura Empresarial-Militar estava se enfraquecendo, em consequência da crise econômica internacional e ao surgimento de novos movimentos populares, que exerciam pressão sobre o governo pela volta da democracia (Stédile, M., 2025).

Se por um lado o MST é resultado das contradições internas do próprio modelo de modernização implementado pela Ditadura, que acentuou o êxodo rural em virtude da mecanização e do uso intensivo de agrotóxicos, além de concentrar o financiamento do crédito rural nas mãos de grandes proprietários, por outro, o movimento também é resultado da mobilização do conjunto da sociedade. (Stédile, M., 2025, p. 118).

O MST se declara enquanto um movimento social autônomo, que busca organizar os trabalhadores rurais e a sociedade, com o objetivo de conquistar a Reforma Agrária e construir um Projeto Popular para o Brasil (MST, 2025).

Todo o processo da ditadura, como discutido anteriormente, foi responsável por estabelecer um sistema agrário com grande concentração de terra, com uma modernização conservadora agrícola que excluiu pequenos agricultores que não possuíam condições de se adequarem ao novo modelo de produção.

O MST foi criado com 3 grandes objetivos: cada camponês participante do movimento deve ter seu pedaço de chão e ser capaz de se sustentar e prover a nação, os alimentos e as matérias-primas de que necessita; a Reforma Agrária, com propósito de democratizar a estrutura agrária do país e eliminar a concentração de terras; e a transformação da sociedade. (Stédile, M., 2025, p. 123)

Miguel Stédile (2019) aponta os princípios do MST, que são: Autonomia (mesmo com o apoio da CPT) para sua criação, ele é um movimento autônomo, independente de qualquer

³ Fonte: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>

organização); Organizado nacionalmente (ganha mais força e é mais difícil de ser reprimido); Direção coletiva (não possui presidente, é formada por um colegiado em todos os espaços, seja em assentamentos ou acampamentos, ou até a direção nacional, além de direções coletivas em proporção de gênero; Disciplina (todas as questões devem ser discutidas e todos têm o direito de se manifestar, mas a partir do momento que se constitui um consenso todos devem adotar essa posição); e a Distribuição de tarefas (responsabilidades devem ser distribuídas, em setores, como produção e educação).

O movimento dos trabalhadores retoma sua luta na década de 1980 através da defesa por uma Reforma Agrária Clássica, já que acreditavam que a questão agrária poderia ser resolvida através do fim dos latifúndios e da distribuição das grandes extensões de terras que não cumpriam sua função social.

De acordo com Torres (2022, p. 362): “As lutas por acesso efetivo à terra e ao território, no entanto, demarcaram o contexto da redemocratização e os debates da Assembleia Nacional Constituinte. [...]”, mas mesmo com o avanço no texto constitucional a respeito do pertencimento das terras aos povos originários, por exemplo, o entendimento a respeito da função social da terra ainda permaneceu no entendimento da propriedade individual e nos desejos políticos do governo (Torres, 2022).

Miguel Stédile (2025) cita a Constituição Federal de 1988 como um meio que poderia ter sido utilizado para resolver a questão agrária brasileira, promovendo justiça social para a população mais pobre, já que foi a partir dessa medida que foram estabelecidas as bases do Estado e da sociedade brasileira, no processo de redemocratização.

Mesmo assim, alguns avanços foram realizados, através da luta dos camponeses, de sindicalistas e de partidos progressistas, que conseguiram incluir na Constituição alguns princípios do Estatuto da Terra, consolidados no Art. 184, que possibilitou a desapropriação de terras que não estivessem cumprindo sua função social.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, Art. 184)

A função social de um imóvel rural é definida e regulamentada através do Art. 186, e corresponde aos critérios que devem ser preenchidos para que o espaço não seja desapropriado.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;

- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
 - III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
 - IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- (BRASIL, 1988, Art. 186)

Compreende-se, então, que a propriedade rural que está de acordo com a lei seria aquela que respeita a natureza, sendo explorada de forma adequada, respeitando os trabalhadores que atuam no espaço e que têm como objetivo o bem-estar da sociedade (Stédile, M., 2025).

Através do Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985, foi aprovado o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), em sua formação, ele se mostrava contra o latifúndio, o que acabou gerando uma forte reação de proprietários de terra interessados em manter seu poder e expandir sua produção agrícola, gerando conflitos a respeito da definição do imóvel “produtivo” (que não seria passível de desapropriação), e, posteriormente, modificando o termo latifúndio na pauta da Reforma Agrária, evidenciado por Medeiros (2012, p. 451):

[...]Na redação final do PNRA (e nos documentos subsequentes), ficou preservado todo imóvel rural que estivesse “em produção”, entendendo-se por produção até mesmo a existência de um projeto de aproveitamento ou, ainda, a exploração de parte do imóvel. Com isso, firmou-se uma tendência a reduzir a função social da propriedade a índices de produtividade, deixando em segundo plano os demais elementos que, segundo o Estatuto da Terra, compunham a sua definição. Enquanto categoria legal, o latifúndio foi sendo ressignificado. [...]

Conforme Medeiros (2012), com essa ressignificação do termo latifúndio, ocorria a manutenção da revalorização das formas de exploração da terra que foram as geradoras dos conflitos no campo no Brasil, ou seja: “Em resultado, os conflitos por terra e por direitos se ampliaram, permanecendo o latifúndio como símbolo de relações de exploração e opressão. [...]” (Medeiros, 2012, p. 450).

Torres (2022) evidencia como o PNRA recebeu uma forte oposição organizada, e cita como principal agente opositor a União Democrática Ruralista (UDR)⁴, que buscava construir um projeto político das elites rurais, pregando a defesa da ordem e da propriedade privada, com o enfrentamento aos trabalhadores rurais e de denúncias da posição defendida pela CPT, além do apoio aos proprietários na judicialização contra as ocupações e garantindo um maior número de representantes no congresso nacional, fazendo com que seus interesses fossem mantidos (Bruno, 1997 apud Torres, 2022).

De acordo com Martins (2022), o debate da reforma agrária foi apresentado pela primeira vez através do Partido Comunista Brasileiro (PCB), num contexto histórico de redemocratização e fim da censura, propunham-na como solução para a concentração

⁴Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1601200004.htm>

fundiária e as relações de trabalho pautadas na exploração, que atrapalhavam o desenvolvimento nacional, já que, com a realização dessa mudança na questão agrária, seria possível uma maior democratização do campo e, conseqüentemente, uma melhoria no campo e na própria industrialização, proposta barrada já que o Estado busca defender os interesses da velha oligarquia e da nova burguesia industrial.

Miguel Stédile (2025) cita a Lei Agrária de 1993, que estabelece quais espaços deveriam ser desapropriados, que seriam apenas aquelas grandes extensões de terra improdutivas, ou seja, pequenas e médias propriedades não seriam desapropriadas, assim como grandes propriedades produtivas. Então, o foco da Reforma Agrária são os latifúndios que destroem a natureza e não respeitam os direitos trabalhistas, que não têm como destino o povo brasileiro e a produção de alimentos.

Dois parágrafos do artigo 184 dizem que se uma fazenda não cumpre sua função social, ela pode ser desapropriada. O fazendeiro perde seu direito à propriedade, mas recebe do governo uma indenização pelo valor da área e pelas benfeitorias existentes na fazenda. É como se o governo comprasse a Terra, mas por meio de uma ação judicial. E aquelas pessoas que viviam na fazenda e ali trabalhavam podem ser assentadas na área. (Stédile, M., 2025, p. 112)

Outra maneira para a aquisição de terras é a expropriação, realizada quando na propriedade foi utilizado trabalho análogo a escravidão ou ocorre o cultivo de psicotrópicos (drogas), o proprietário não recebe nenhum tipo de indenização e as terras devem ser destinadas a Reforma Agrária, estabelecido através do Art. 243 da Constituição Federal de 1988, mas a aplicação é questionada pelo Poder Judiciário, que possuem divergência se o artigo é autoaplicável e deve possuir uma regulação específica, dificultando que a lei possa ser seguida (Stédile, M., 2025).

Os assentamentos correspondem às áreas desapropriadas que antes eram grandes fazendas, e são distribuídas para agricultores que não possuem terras para garantir a sua sobrevivência e da sua família.

Pelo programa de Reforma Agrária, podem ser assentados trabalhadores rurais que não têm terras ou que têm terras insuficientes para garantir a sua sobrevivência e a da sua família. Também podem ser assentados aqueles trabalhadores que não têm a posse legal das terras que ocupam (posseiros); os que trabalham em terras que não são de sua propriedade (assalariados); os que alugam terras para explorar (arrendatários); e os que trabalham em parceria com os proprietários de terras (parceiros). Lavradores que foram libertados de condição de trabalho análogo à escravidão, que precisam deixar suas terras por causa de alguma obra (como hidrelétricas) ou alguma catástrofe ambiental, também podem ser beneficiários da Reforma Agrária. (Stédile, M., 2025, p. 113).

De acordo com Miguel Stédile (2025), outra maneira para assentar famílias seria as terras devolutas de propriedade do Estado, ou seja, as terras públicas.

(...) O Estado tem terras para preservação ambiental, defesa das fronteiras, construções militares e das vias federais de transporte. Todas as terras públicas e que não se enquadram nos critérios acima são consideradas devolutas. Somadas, elas representam 23% das terras do território nacional. (Stédile, M., 2025, p. 115).

A dificuldade para a implementação dessa medida seria a dos estados destinarem essas terras à Reforma Agrária, já que isso é definido pela Constituição de 1988, mas muitos governos estaduais não se responsabilizam em realizar essa medida, já que não a apoiam e sofrem pressões do agronegócio (Stédile, M., 2025).

Portanto, os sem-terra não são invasores, eles ocupam as terras para mostrar para a sociedade onde estão as grandes propriedades e para pressionar os governos a cumprirem sua responsabilidade e realizarem as desapropriações. É um ato político em que se demonstra na prática, que há muita Terra sem produzir ou utilizada de forma inadequada. Por isso, como reafirmação desse método de luta e diante da omissão dos governos, as primeiras palavras de ordem do MST foram “ocupação é a única solução”. (Stédile, M., 2025, p. 126).

Pessoas contrárias à Reforma Agrária apontam que o direito à propriedade é algo inviolável, ou seja, ninguém pode interferir no uso que uma pessoa faz daquilo que a pertence, enxergando as ocupações como invasões, já que o artigo 5º estabelece que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, Art 5º apud Stédile, M., 2025).

Nessa mesma linha, é colocado em discussão como no mesmo artigo 5º está expresso que a propriedade deve cumprir sua função social, em que, segundo Miguel Stédile (2025, p. 144):

Então, o mesmo código de leis formulado por representantes da sociedade, democraticamente eleitos para esse fim, fundamenta que a propriedade se justifica pelo seu significado social. No caso da Terra, o mais importante é que se destinem a produzir aquilo que é indispensável ao conjunto da sociedade, como alimentos e matérias-primas, mas sempre respeitando a natureza e os direitos daqueles que atuam na produção.

Foi apresentada a importância da Reforma Agrária no Brasil e os desafios históricos encontrados para a sua efetivação, bem como a criação do MST e sua importância na luta contra o agronegócio e pela produção de alimentos, para garantir o sustento das famílias camponesas e do povo brasileiro. É necessário discutir como esses trabalhadores rurais produzem em áreas que foram degradadas e as alternativas encontradas por eles.

Segundo Miguel Stédile (2025, p. 133): “Outro dado relevante do Censo Agropecuário sobre os assentamentos de Reforma Agrária é que 70% deles não estão dispostos a usar agrotóxicos. (...)”, ou seja, estão passando por uma transição agroecológica

na produção agrícola para o mercado interno, sem agredir a natureza e recorrer a agrotóxicos, buscando o equilíbrio entre o meio ambiente e o ser humano.

(...) a agroecologia propõe práticas de aproveitamento da energia solar por meio de fotossíntese, manejo do solo como um organismo vivo, manejo de processos ecológicos (como sucessão vegetal, ciclos minerais e relações predador-praga), cultivos múltiplos e sua associação com espécies silvestres, de modo a elevar a biodiversidade do território e a ciclagem (absorção de nutrientes pela planta) da biomassa, incluindo os resíduos urbanos. (Stédile, M., 2025, p. 133-134)

Conforme Miguel Stédile (2025), a agroecologia representa uma ciência que combina pesquisas, ações práticas e conhecimento multidisciplinar, sendo mais rica e complexa em dar respostas do que o agronegócio, que apresenta como única solução os agrotóxicos, que contaminam os solos e acabam prejudicando microorganismos fundamentais para a produtividade e o combate a pragas, ou seja, “(...) Quanto mais veneno agrotóxico despeja, menos produtiva vai se tornando a lavoura e mais resistente se tornam as pragas.” (Stédile, M., 2025, p. 134).

A agroecologia desenvolve tecnologias por conta da necessidade de equipamentos adequados à agricultura familiar, acessíveis economicamente e que não possuem necessidade da utilização de combustíveis fósseis.

De acordo com Miguel Stédile (2025), essas alternativas sustentáveis estão sendo estudadas, como no caso do MST, que buscou uma parceria com a Universidade Agrícola da China (UAC) para a importação de tratores adequados a essa prática, realizando um projeto experimental no Nordeste. Além disso, outra tecnologia desenvolvida pela agroecologia é a produção de bioinsumos que possuem origem natural e funcionam como biofertilizantes nas lavouras e na criação animal para o controle de pragas e doenças.

De acordo com Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 244): “Ademais, contraditoriamente, como o grande agronegócio está voltado para o mercado internacional, é a agricultura familiar que assegura cerca de 70% dos alimentos diversificados que chegam à mesa da população brasileira.”, por isso a necessidade de lutar por políticas públicas que assegurem melhores condições de vida para a população de trabalhadores rurais que sobrevivem através da agricultura familiar e utilizam a agroecologia como método para a produção agrícola de alimentos saudáveis, destinados para a alimentação do povo brasileiro.

De acordo com Valadão e Moreira (2021), o Movimento Agroecológico representa um processo de organização de indivíduos do campo e da cidade que propõe estratégias baseadas na agroecologia, que são contrários à lógica da agricultura industrial capitalista e buscam estabelecer novas formas de produção, comercialização e saúde.

Na constituição desse movimento social, existem três importantes fases, que seriam: 1º- reconstrução de relações novas entre a natureza e a sociedade; 2º- busca pelo reconhecimento social do movimento ecológico; e o 3º- necessidade de fomentar a institucionalização do movimento, para reorganizar as estruturas de beneficiamento e comercialização. (Brandenburg, 2002 apud Valadão e Moreira, 2021).

Em geral, estes movimentos têm em comum a orientação para a ação, buscando demonstrar que a agricultura ecológica é possível. Para tanto, desenvolvem práticas e formas organizativas que buscam acessar mercados locais, compartilhar saberes, sementes e práticas e também construir pautas coletivas a partir de suas demandas de pesquisa, assistência técnica e políticas públicas. (Valadão e Moreira, 2021, p. 508-509).

A criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2004, contribuiu para colocar, em âmbito nacional, o movimento agroecológico, contando com 23 redes estaduais e regionais, além de 15 movimentos sociais, com parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que promove a discussão e a cientificidade a respeito da temática.

Ocorre, por meio dessas organizações e de outras instituições, o Congresso Brasileira de Agroecologia (CBA), promovendo assim, a agroecologia enquanto prática sustentável que preza pelo meio ambiente, envolvendo a sociedade civil, movimentos sociais e instituições de ensino e pesquisa, que participam dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e das Jornadas de Agroecologia, mostrando a articulação do movimento agroecológico a partir da atuação de diversos atores (Valadão e Moreira, 2021).

O movimento agroecológico assume essa forma, se estabelecendo como uma rede composta de movimentos sociais, instituições, pesquisadores, estudantes em diferentes formatos de organizações, na qual cada participante busca manter sua autonomia, apresentar e lutar por suas demandas específicas, formando um espaço de diálogo, de busca de convergências, de pontos de contato e consensos. (Valadão e Moreira, 2021, p. 510-511).

O movimento agroecológico possui grande diversidade e tem se colocado no papel de ser resistência ao agronegócio, se organizando através de redes e movimentos sociais e propondo um outro modelo de agricultura mais sustentável ao meio ambiente, por isso a importância de investigar práticas que realmente possam solucionar as consequências sociais e ambientais ocasionadas pelo avanço do capitalismo na agricultura.

2.5 A afirmação do Agronegócio: Seus impactos na produção da agricultura capitalista

O agronegócio possui uma propaganda massiva, exibida nos meios de comunicação e, principalmente, na música, com o estilo “sertanejo universitário”. Esses incentivos fazem

parte da estratégia do Estado, juntamente com a elite ruralista e grandes empresários, de apresentar o agronegócio como motor da economia e da alimentação do povo brasileiro.

De acordo com Machado e Machado Filho (2014), o projeto de revolução verde é controlado pelo capital financeiro, responsável pelo grupo de multinacionais que possuem a patente de sementes geneticamente modificadas, de fertilizantes e agrotóxicos, ou seja, realizam a reprodução do capital em um novo segmento econômico, que seria o agronegócio ou agricultura industrial.

A década de 1990 representou uma crise na agricultura brasileira, ocorrendo um grande avanço na luta pela Reforma Agrária no Brasil, com o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, criado em 1984⁵.

De acordo com Alentejano e Egger (2021), o governo brasileiro presidido por Fernando Henrique Cardoso (FHC) realizou medidas que buscavam desmobilizar a luta pela terra com repressão aos movimentos, se articulando, principalmente, com latifundiários, grandes empresas agropecuárias e a mídia, com uma campanha massiva de criminalização do MST, construindo uma imagem positiva do agronegócio, que persiste atualmente, com o slogan: “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”.

Grossi (2014), discute a respeito da resposta dada pelo Estado as ocupações de trabalhadores rurais:

Os massacres de trabalhadores rurais sem-terra em Corumbiara, Rondônia, em 1995, e em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, onde foram assassinados 21 sem-terra, são demonstrativos da resposta dada pelo Estado à luta pela terra que se materializava através de algo intolerável para as classes dominantes e, particularmente, para os grandes proprietários de terra, as ocupações. É também importante atentar para o fato de que o MST passa a ser reconhecido ou a se colocar como um sujeito coletivo político legítimo na luta pela terra. Neste sentido, é inegável o impacto político causado pelas ocupações de terra e pela conquista de assentamentos em todo Brasil. (Grossi, 2014, p. 212).

Santos (2019) aborda como o agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, se apresentou como uma nova forma de agricultura brasileira, dominando cada vez mais áreas de monocultivo.

Hegemonizou o consenso na sociedade através de intensas campanhas ideológicas no sentido de legitimar na visão do senso comum, que o agronegócio além de produzir comida, superou o antigo e atrasado latifúndio e opera através de modernas empresas, que tem como foco a sustentabilidade e o compromisso com a responsabilidade social. (Santos, 2019, p. 39).

Se apresentando enquanto modelo que preza pelo “desenvolvimento sustentável”, algo impossível, já que ocorre a defesa de práticas que se orientam pela alta produtividade e

⁵ Fonte: <https://mst.org.br/2004/03/08/vinte-anos-em-movimento/>

buscam o lucro, se escondendo em alternativas fantasiosas como a Revolução Verde e o Capitalismo Verde, além de disseminar o discurso de não haver mais a necessidade de uma Reforma Agrária.

Legitimou também o consenso de que o projeto de reforma agrária que vise mudanças qualitativas em prol da superação das desigualdades sociais, já não é necessário, uma vez que aproveita o discurso oficial do governo de que houve superação da pobreza no meio urbano e rural, aliado a um discurso de nova classe média – consumidora - que em tempos de crescimento econômico, consolidação da democracia, avanço nas áreas de saúde, educação, emprego, distribuição de renda, melhoria de infraestrutura, etc.; tendencialmente temas como a reforma agrária são superados por não existir mais razões que justifiquem sua necessidade. (Santos, 2019, p.39).

Considerando esse pensamento conservador desse modelo de produção agrícola, Santos (2019) aponta que o agronegócio é vendido como a solução para o crescimento da economia, mas que, por outro lado, esconde diversas consequências sociais que perpetuam e provocam as desigualdades sociais, que se expressam através das manifestações da questão social.

[...]Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, da participação no PIB (Produto Interno Bruto), geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico; por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato de o mesmo sustentar-se com base na concentração do latifúndio, na destruição ambiental e consequentemente as alterações climáticas, na super-exploração do trabalho, escravo ou análogo, na ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos), ou ainda pela diminuição das áreas de produção de alimentos, uso de agrotóxicos, transgênicos, mecanização, desemprego, entre outros. (Santos, 2019, p. 39-40).

De acordo com Santos (2019), o agronegócio apenas reproduz a economia agrícola do período colonial, conservando a estrutura agrária e propondo uma modernização conservadora da agricultura através da Revolução Verde.

O “moderno” agronegócio faz parte da continuidade da lógica conservadora da economia agrícola capitalista remontando desde o período colonial (plantation), o qual permaneceu conservando a estrutura agrária brasileira através da modernização conservadora do período da ditadura militar, introduzindo os padrões tecnológicos da Revolução Verde como um modus operandi na agricultura brasileira [...] (Santos, 2019, p.44)

Mesmo que o agronegócio tenha conseguido resolver o problema da produtividade nas grandes extensões de terra que estavam ociosas, foi a partir dele que surgiram as consequências sociais e ambientais relacionadas à questão agrária. De acordo com Miguel Stédile (2025, p. 146):

[...] sua produção é altamente nociva para o meio ambiente, pois gera desmatamento e uso intensivo de agrotóxicos; a renda é concentrada, empobrecendo municípios; e, seguindo a tradição do plantation, é a monocultura para exportação que não alimenta os brasileiros e não desenvolvem o país.

Entre as consequências desse modelo, está a constante concentração da propriedade da terra em controle dos capitalistas, além da prática de apropriação de terras públicas indevidamente, conhecida como grilagem, com a invasão de terras indígenas e quilombolas, o crescimento da aquisição de terras pelo capital estrangeiro transformando-as em ativos financeiros e a crescente destruição e contaminação de solos através dos agrotóxicos (Martins, 2025).

(...) Os estudos alertam para um ponto de início de colapso, que pode chegar na próxima década. As principais vítimas da catástrofe climática são as populações pobres de todo o mundo, sobretudo, o povo negro, expostas a situações de insegurança habitacional, alimentar, ecológica e social. (MST, 2024, p. 22).

Entre as ações que estão ocasionando o aumento das mudanças climáticas está o desmatamento, a superexploração dos bens naturais, como minérios e matérias-primas, que afetam extensos territórios e populações (MST, 2024).

(...) a articulação transnacional dos Estados, através dos organismos internacionais, gerou um falso discurso ambiental, estabelecendo uma inconsistente definição oficial de sustentabilidade que leva a crer que a repetição e o aprofundamento dos processos de difusão de inovações, em sua vertente mais moderna, denominada intensificação verde, podem trazer a solução para os descaminhos do desenvolvimento convencional. (Guzmán, 2001, p. 42)

O Estado nacional ao impor os interesses da classe dominante sobre os da classe trabalhadora, acaba gerando uma “democracia restrita”, com a criminalização e repressão policial a luta de movimentos sociais de trabalhadores rurais interessados em resolver a questão agrária brasileira. Conforme Weisheimer, Araújo e Leher, (2022, p. 260):

(...) Essa apropriação do Estado nacional impõe uma “democracia restrita”, que se caracteriza por políticas agrícolas que beneficiam o grande capital agrário exportador, garantindo elevada rentabilidade aos investimentos planejados e financiados por frações burguesas locais associadas às grandes corporações multinacionais. Com efeito, a expansão do agronegócio acarreta o aumento do preço da terra, sua concentração e monopolização. A consequência dessa expansão é a intensificação do processo de espoliação de agricultores familiares.

De acordo com Grossi (2023), o momento atual de crise estrutural do capital evidencia como está sendo desenvolvido seu processo de acumulação, que enxerga na apropriação dos recursos naturais um caminho para sua valorização, sendo os bens da natureza atacados, bem como os camponeses, que também estão sofrendo um processo de repressão, ou seja: “(...) demonstrando que estamos vivendo um processo mais amplo de crise civilizatória, que se expressa na negação/retirada dos direitos à alimentação, ao trabalho, à terra e à vida.” (Grossi, 2023, p. 02).

Na atual fase do capitalismo financeiro internacional, sob a hegemonia do agronegócio, vêm sendo desenvolvidos mecanismos de controle da agricultura e do comércio de alimentos, agravando a concentração da propriedade das terras, dos meios de produção e de toda a cadeia agroalimentar, trazendo como consequências

o aumento da fome e da insegurança alimentar, e de ameaças à existência dos camponeses e povos da terra, das águas e das florestas. (Grossi, 2023, p. 02).

Então, as corporações transnacionais do agronegócio são responsáveis pelo desenvolvimento de um regime alimentar hegemônico responsável por promover uma alimentação rica em agrotóxicos e em alimentos processados, com alto teor de açúcar e gordura, que, com o consumo prolongado, pode ocasionar o desenvolvimento de doenças, como o câncer, a obesidade e a diabetes. Alinhado a isso, “[...] a fome e a insegurança alimentar se relacionam com questões estruturais, que se expressam, [...] nas condições ambientais cada vez mais adversas em que se desenvolve o atual regime alimentar [...]” (Grossi, 2023, p. 02).

Pois, para o agronegócio, que não possui uma “alma” humana, lhe é indiferente se o hábito da produção e do consumo alimentar ao mesmo tempo envenene ao produtor, ao consumidor e à terra, além das desigualdades inerentes que dele resulta, desde que estes propiciem lucros. De tal modo que não devemos ter ilusões quanto ao fato de lhe ser útil e necessário que os problemas de saúde do trabalhador e do consumidor, assim como as demais consequências advindas desta mesma atividade econômica, tornem-se igualmente áreas potenciais para o mercado. E, assim, entramos num estonteante e cansativo círculo vicioso do qual não parece ser possível sairmos senão do mesmo modo que entramos nele, isto é, por meio de uma revolução social completa contra a ordem. (Almeida e Bezerra, 2021, p. 41).

2.6 As tendências do capital na agricultura no século XXI: a hegemonia das transnacionais no agronegócio

De acordo com Santos (2019), o governo de FHC (1994-2002) foi um momento político que iniciaria o projeto neoliberal, em que a política agrícola seguiria de acordo com os interesses do Banco Mundial, criado, em 1998, o Conselho do Agronegócio, com grande apoio estatal.

[...] No neoliberalismo, este regime alimentar revela o poder destas corporações sobre os direitos dos Estados nacionais e seus povos, fortalecidas pelo livre mercado através de organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio - OMC. Sob o comando do mercado mundial, a produção da agricultura capitalista vem gerando a imposição de uma padronização alimentar e a perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos, de modo que muitos países hoje não conseguem produzir seus próprios alimentos. (Grossi, 2022, p. 03)

As lutas pela terra e a favor da Reforma Agrária foram fortemente reprimidas, utilizando também estratégias para desmobilizar o movimento, como por exemplo, o mercado de terras, conhecido como Banco da Terra, que funcionava como uma venda de terras aos trabalhadores, passando a ser uma política de assentamentos rurais (Santos, 2019).

O desenvolvimento da agricultura brasileira sofre grandes transformações a partir da década de 1990, onde grandes corporações internacionais, associadas ao capital financeiro, dominam todo processo de produção e industrialização de alimentos e avançam sobre a apropriação de terras, água e sementes. Mas o pacote tecnológico de produção da agricultura dominante inclui ainda a produção e comercialização de

agrotóxicos e máquinas, que foram vitais para o desenvolvimento do modelo de produção do agronegócio. O domínio de grandes propriedades monocultoras, com uso intensivo de máquinas e consumo de agrotóxicos em larga escala são responsáveis pela expulsão de trabalhadores rurais e pela devastação ambiental. (Grossi, 2013, p. 06)

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), tem em seu discurso a importância do modelo de produção do agronegócio para o avanço da modernização do país, enquanto elemento fundamental no PIB e no saldo positivo da balança comercial, que resolveria os problemas de desenvolvimento e das desigualdades sociais.

Esses problemas não podem ser solucionados pelo agronegócio, já que é a partir dele que ocorre o agravamento de todas as questões sociais e ambientais, além de conceder um ideal da divisão por ramos agrícolas que expõe a contradição desse modelo de produção.

É sob esse prisma que aparentemente a terra deixa de ser latifúndio atrasado e improdutivo, com as antigas relações oligarcas e coronelistas e passa a configurar empresas agrícolas altamente “produtivas” e modernas, orientadas por monopólios de alguns poucos ramos agrícolas. Essa diversidade de ramos, no entanto, não inclui a comida que a população consome, pois a alimentação consumida no país não é produzida nas grandes monoculturas do Agronegócio e sim nas pequenas propriedades de agricultura familiar [...] (Santos, 2019, p. 50).

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) é a principal responsável por representar os interesses do capital, sendo associada ao Instituto Pensar Agropecuária (IPA), responsável pela organização dos interesses do setor. As instituições e entidades que exercem influência no controle da sociedade, por meio da hegemonia, buscam defender os interesses da classe dominante. (Mendonça, 1997 apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022). Mesmo que se apoiem em governos populares de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), ainda possuem frações da extrema-direita.

A agenda ambiental da ABAG, tem buscado construir uma imagem de agronegócio moderna, que se preocupa com o aquecimento global e o aumento das alterações climáticas, mas é necessário compreender que: “[...] pretendem remeter a questão agrária a um passado já superado e que desperta somente ilegítimo interesse ideológico no presente.” (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 242-243), ou seja, buscam desmobilizar a luta a favor da Reforma Agrária, com uma propaganda de uma agricultura capitalista que se preocupa com o meio ambiente, propondo o capitalismo verde, por meio de propagandas disseminadas nos meios de comunicação, em que: “A lista de programas que buscam apagar os problemas que conformam a questão agrária é longa: “Sou agro”, “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”; “Time Agro Brasil”; “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”; “De olho no material escolar”; “Todos a uma só voz”...” (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 243).

Para tentar mascarar tais contradições, o agronegócio se utiliza de um poderoso arsenal ideológico, dispondo de uma ampla estratégia de propaganda, (comerciais de TV, músicas, projetos artísticos, culturais e educacionais), que age no senso comum das pessoas, impondo narrativas de progresso e desenvolvimento ao país, ao mesmo passo que camufla seus impactos perversos com o objetivo de construir o consenso na sociedade de vocação da agricultura. (MST, 2024, p. 14).

O agronegócio faz uso desses aparelhos ideológicos como estratégia das grandes empresas na construção da hegemonia, já que, segundo Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 245):

(...)Diferentemente do que é apregoado pela publicidade e pelas ações educativas de determinadas frações burguesas, o multifatorial segmento do agronegócio não é cindido entre um setor moderno e um vasto segmento arcaico, pois existe uma imbricação complexa entre arcaico e moderno, entre defensores de uma economia de baixo carbono e negacionistas climáticos, e assim por diante, na manutenção da estrutura fundiária concentrada em poucas mãos e ancorada em circuitos mundiais da economia que acentuam a crise da soberania e da segurança alimentar.

Nos últimos tempos, com o objetivo de limpar a imagem de grandes empresas transnacionais ligadas à produção de alimentos, que acabam poluindo cada vez mais e agravando a crise climática, foi criado um mercado de títulos de crédito de carbono, que, de acordo com o MST (2024, p. 25-26), seria uma estratégia:

[...] para esconder a gravidade da crise e ampliar seus lucros, o capital financeiro e as grandes empresas estão criando uma mercadoria especulativa relacionada com a pretensa intenção de preservação da natureza: transformar o oxigênio produzido pelas florestas em mercadoria. Para tanto, estão construindo títulos de crédito de carbono. Com base no volume de oxigênio gerado, títulos que são vendidos a outras empresas para compensar as agressões que fazem ao meio ambiente, emitindo gases poluentes. Mas isso não altera as práticas agressoras ao meio ambiente, apenas gera mais um negócio.

Essa mercadoria dos mercados de carbono serve apenas como uma forma de propaganda e compensação para que as empresas transnacionais possam permanecer degradando e poluindo o meio ambiente, em que, segundo o MST (2024, p. 15):

[...] o avanço de capitalismo verde, em que alguns fazendeiros, percebendo a insustentabilidade ambiental, econômica e social desse modelo produtivo, já começam a investir em bioinsumos, energias renováveis e reflorestamento, ou gerando títulos para o mercado de carbono, com a intenção de revendê-las aos capitalistas poluidores do Norte Global. [...]

O Estado brasileiro continua sendo o principal financiador e injetor de recursos públicos para a agricultura capitalista, por meio de subsídios e isenção de impostos, enquanto a agricultura familiar-camponesa recebe orçamento mínimo, muitas vezes não acessado por conta da burocracia. É necessário lutar por uma política de créditos que atenda aos pequenos produtores da agricultura familiar, responsáveis pela maior parte dos alimentos consumidos pela sociedade.

O agronegócio é beneficiado por recursos do Estado, cujo objetivo é fazer com que consiga lucrar no mercado internacional, relegando o pagamento da dívida pública aos impostos da classe trabalhadora, segundo Santos (2019, p. 51):

(...) Enquanto isso, a pequena agricultura que é quem realmente produz a comida que a população consome, não desfruta nem de 1/3 desses recursos, ressaltando que há injusta distribuição dos recursos públicos entre quem realmente produz comida limpa e gera empregos versus quem destrói a biodiversidade, só produz para exportação, mantém trabalho escravo, etc. No caso recente do agronegócio também é organicamente complementar baseado nas relações monopolistas do empresariamento da atividade agrícola, de latifúndio concentrado sob a posse de poucos grandes proprietários rurais, que dinamizam a produção do país numa estrutura da dialética da dependência entre países periféricos e centrais do capitalismo, onde continua lucrando burguesia endógena e internacional.

O projeto econômico, político e ideológico do Estado está de acordo com os interesses da burguesia, mesmo que aparente ser neo-desenvolvimentista, está ancorado na perspectiva neoliberal, de acordo com a acumulação do Capital em sua fase monopolista/imperialista, por meio da garantia da continuidade da exploração da classe trabalhadora, com a legitimação do Governo, além da privatização de empresas públicas e a retirada de direitos trabalhistas.

A atuação livre do Capital em particular o financeiro, (mas também representado pelo industrial e agroindustrial em fusão com o capital bancário), com livre consentimento por parte do Estado, e cada vez mais com financiamento público para a „livre atuação“ privada das empresas privadas em todos os ramos da produção (industrial/agrícola e bancário); a precarização das condições de trabalho; a implementação de políticas compensatórias de caráter assistencialista à população (como, por exemplo, a bolsa família, as cotas para pobres nas universidades, etc.). Associado à isso: privatizações, congelamento de salários, hiperinflação, uma carga tributária elevadíssima, incentivo ao consumo através das facilidades do crédito, repressão brutal às lutas populares etc. (Santos, 2019, p.51-52).

Conforme Santos (2019), a agricultura capitalista está em um processo de concorrência acirrada, no qual empresas maiores acabam anexando as menores, por meio da centralização de capital, que envolve a terra, as matérias-primas, os meios de produção e a força de trabalho. Além disso, ocorrem cada vez mais investimentos bancários e em ações que, de acordo com Santos (2019, p. 46-47):

(...) iniciando um processo cada vez mais intenso de investimento em ações, reais ou virtuais, que levou com o passar do tempo, a um processo gigantesco de especulação com juros, gerando nas finanças uma especulação fictícia e também real (com correspondência material), que hoje conhecemos como a financeirização da economia, a qual envolve a associação dos setores, industrial, agrário e bancário. Assim o agronegócio se consolida nesse contexto.

Nesse novo processo de acumulação de capital, através do capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passa a ter como base uma tríade: “[...] a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro[s] e a formação das empresas monopolistas mundiais” (Oliveira, 2015, apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 248).

A valorização do preço das commodities no mercado internacional tem possibilitado que a terra no Brasil passe a ser um objeto de especulação financeira, ainda mais considerando o interesse do exterior nas “terras raras” presentes no território nacional, ricas em minérios. Sendo um elemento que se apresenta como obstáculo à realização da Reforma Agrária.

Ou seja, as empresas da agricultura capitalista acabam por estar ainda mais vinculadas ao capital financeiro e se constituem enquanto empresas monopolistas mundiais, que comandam a produção agropecuária e as florestas ao redor do mundo, por meio da “territorialização dos monopólios” e da “monopolização do território” (Oliveira, 2015 apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022).

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. [...] A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (trading companies) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém controlam, através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo (Oliveira, 2015, apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 248).

Conforme Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 249): “Os impérios alimentares são a expressão das lutas de classes e o resultado da globalização neoliberal na agricultura. Ou seja, são o atual modo capitalista de fazer agricultura. (...)”, é através dessas indústrias transnacionais como a Coca-Cola, a Nestlé e a Unilever, que controlam a alimentação de boa parte da população mundial, que produtos alimentícios ultraprocessados, com grandes níveis de agrotóxicos e transgênicos, são comercializados e chegam à mesa da população brasileira, que acaba sendo contaminada.

Empresas como a Unilever, destacada anteriormente, controlam o monopólio de várias outras redes, de diferentes setores como de cuidado pessoal, de limpeza, da alimentação e bebidas, ou seja, estão por toda parte.

(...) Desse modo, o império estimula a monopolização das redes de produção, sobretudo de insumos, e de consumo alimentares, e dela se beneficia. Essas mudanças contribuem para vincular ainda mais a agricultura brasileira ao domínio do capital monopolista internacional, intensificando a dependência externa como marca da formação econômica do Brasil. (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 249).

Persistir no modelo do agronegócio é acelerar a destruição do meio ambiente e contribuir para o aumento do aquecimento global, fazendo com que o destino das futuras gerações seja sombrio e irreversível. Além disso, esse modelo de produção pautado na monocultura de exportação acaba por afetar o padrão alimentar do povo brasileiro, que fica

sujeito a alimentos mais caros, com pouca qualidade e variedade, que, segundo Miguel Stédile (2025, p. 148-149):

[...] o modelo proposto pelo agronegócio resulta em alimentos caros, fortes impactos ambientais e exclusão social, quando expulsa os trabalhadores do campo e os obriga a ocuparem as periferias carentes das cidades.

Ao mesmo tempo, o modelo de exportação de produtos primários, sem o beneficiamento agroindustrial, desestimula esse setor industrial e obriga o país a importar produtos industrializados. [...] Em síntese, o Agronegócio favorece a desindustrialização e, portanto, bloqueia a geração de empregos nesse setor.

Essas empresas capitalistas estão cada vez mais vinculadas ao capital financeiro e se constituem enquanto empresas monopolistas mundiais, que comandam a produção agropecuária e as florestas ao redor do mundo, por meio da “territorialização dos monopólios” e da “monopolização do território” (Oliveira, 2015, apud Weisheimer, Araújo e Leher, 2022).

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. [...] A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (trading companies) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém controlam, através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022 apud Oliveira, p. 248).

As empresas transnacionais que acabam por dominar o mercado agrícola mundial e o capital financeiro possuem o poder de decidir os rumos da agricultura, existindo 3 modelos de produção agrícola: o agronegócio e o latifúndio, que andam lado a lado, e a agricultura camponesa familiar, que se desenvolve enquanto prática produtiva popular e de resistência (MST, 2024).

De acordo com Grossi (2020), o aumento da fome está diretamente relacionado a maneira como a sociedade está organizada de acordo com o capital, que nega a alimentação para grande parte da população mundial, em que a fome não se relaciona mais com a escassez de alimentos, mas sim com sua superprodução.

O modelo de agricultura capitalista do agronegócio afirma-se, então, como o principal responsável pela crise alimentar mundial pois, ao tratar a terra, as sementes e os alimentos produzidos como mercadorias vem comprometendo a segurança alimentar, que, além de não ter sido alcançada com a revolução verde, tem sido ameaçada. Podemos dizer que uma das maiores contradições da revolução verde foi a criação de uma anti comida, produzida pelo agronegócio, que operou a transformação da agricultura num ramo de negócios, no qual a produção de alimentos se torna uma mera mercadoria a ser negociada para obtenção de lucros. (Grossi, 2020, p. 177).

Grossi (2020) disserta sobre como o modelo hegemônico de agricultura evidencia a destrutividade do capital no meio ambiente e na vida humana, já que: “[...] Esta é a chamada fase da agricultura científica, de precisão ou biotecnológica, que amplia o domínio das indústrias multinacionais, em que os agricultores são excluídos, conformando-se uma agricultura sem agricultores.” (Grossi, 2020, p. 178-179).

O conhecimento do trabalhador rural sempre foi colocado de lado, já que suas técnicas sustentáveis se preocupavam com o agroecossistema familiar, com sua subsistência, com a alimentação de seus animais e com a saúde do solo, que representa sua principal fonte de sobrevivência, diferente do que se preocupa a agricultura capitalista, focada apenas no lucro. Conforme Guzmán (2001, p. 36):

O pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento, definiu como o "progresso" para as zonas rurais a sua homogeneização sociocultural e, com isso, levou à erosão do conhecimento local, que foi desenvolvido e apropriado mediante a interação entre os homens e a natureza, em cada específico ecossistema. [...]

De acordo com Guzmán (2001), as práticas agrícolas tradicionais, baseadas nas culturas locais, que levavam em consideração o contexto social da população rural, acabaram sendo substituídas pelo modo industrial de utilizar os recursos naturais, atuando como um mecanismo homogeneizador, que implementou a modernização na agricultura, de maneira a modificar as relações comunitárias existentes na zona rural, tornando-as mais frágeis. Mas isso não fez com que essas práticas comunitárias se extinguissem, já que as comunidades sempre resistiram e se preocupavam com a manutenção das trocas de saberes e com a preservação dos recursos naturais.

Importante evidenciar o processo de retirada dos camponeses na produção agrícola. Freire (1983) discute a respeito do termo “invasão cultural”, que seria levar um conhecimento, uma visão de mundo considerada “superior” à daqueles que passivamente recebem as informações, em que apenas um atua e dissemina o seu saber sobre aqueles que pensam que atuam, mas apenas escutam o que é prescrito.

O saber camponês deve ser valorizado, já que ocorre uma subestimação do seu conhecimento e da sua busca por aprender novas técnicas, daí a ação de impor determinada prática sem antes buscar a comunicação com os trabalhadores rurais, estabelecendo relações sociais rígidas e verticais, que não possuem lugar para o diálogo, fazendo com que os próprios camponeses desconfiem de si mesmos.

(...) Não estão seguros de sua própria capacidade. Introjetam o mito de sua ignorância absoluta. É natural que prefiram não dialogar. Que digam ao educador, inesperadamente, depois de quinze ou vinte minutos de participação ativa: “Perdão,

senhor, nós, que não sabemos, devíamos estar calados, escutando o senhor, que é quem sabe” (Freire, 1983, p. 24).

O técnico agrônomo, ao auxiliar o camponês no processo produtivo, deve prezar pela troca de conhecimento que propicie um fazer educativo libertador, ao contrário de persuadir a população camponesa a aceitar sua propaganda, muitas vezes contribuindo para a venda de agrotóxicos prejudiciais ao meio ambiente e a vida humana, além de que essa persuasão é entendida como “domesticadora” (Freire, 1983).

No agronegócio, o agricultor é tratado como um simples consumidor de informações, ideias e produtos. Os agrônomos chamam as ofertas dos técnicos e empresas de “pacotes”, porque eles já vêm “fechados”. O agricultor recebe uma receita de agrotóxicos e a ordem de aplicá-los sem conhecer seus riscos nem os efeitos em diversos climas. (Stédile, M., 2025, p. 136)

Educação é a busca permanente de fazer com que camponeses se tornam detentores de seu próprio conhecimento, uns com os outros, numa troca de saberes, que possibilitem a problematização e crítica da realidade concreta que vivenciam, com o objetivo de possibilitar a conquista de sua liberdade.

(...) educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (Freire, 1983, p. 7)

É necessário que camponeses compreendam seu papel enquanto sujeitos de práxis, de ação e reflexão, entendendo seu lugar no processo produtivo, enquanto homens que transformam a natureza e a realidade. (Freire, 1983).

Atualmente é possível observar que foram poucos os avanços na garantia da distribuição de terras de grandes latifúndios. Ocorreram diversas situações que influenciaram, fora as polêmicas na sociedade brasileira em relação à Reforma Agrária, que continua sendo empregada como sinônimo de desapropriação de alguma fazenda, além da ideia de haver ou não a necessidade de reforma, em que forças conservadoras acreditam que o Brasil já resolveu seu problema agrário. De acordo com João Pedro Stédile (2012), o capitalismo, em sua fase de dominação pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, não vê a necessidade de democratizar a terra, porque não vê que isso influencia no desenvolvimento do mercado interno e na produção no campo.

[...] pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária. Por isso, a concentração da propriedade da terra aumenta a cada ano, como resultado da lógica de acumulação do capital. Os índices de Gini relativos a 2006, medidos pelo censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que a concentração é maior agora do que em 1920, quando o país havia acabado de sair da escravidão. (Stédile, J. P., 2012, p. 665)

3 REFORMA AGRÁRIA POPULAR, AGROECOLOGIA E A METODOLOGIA CAMPONÊS A CAMPONÊS NA ZONA DA MATA MINEIRA

3.1 O amadurecimento da concepção de Reforma Agrária Popular do MST

Compreender o processo histórico de luta e amadurecimento do MST se torna relevante para ser possível entender a atual proposta de Reforma Agrária do movimento, já que a clássica não resolveria os problemas da atualidade.

[...] o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), declararem radicalmente sua rejeição em relação à reforma agrária clássica, que seria de caráter democrático-burguês, haja vista o reconhecimento da incompatibilidade desta com o perfil do capitalismo brasileiro, pautado no latifúndio, os levando a coerentemente reivindicarem uma reforma agrária anticapitalista, massiva e popular, vinda de uma coalizão dos “de baixo” contra os de cima, podendo ser caracterizada muito mais como parte de uma revolução social, não dicotômica ou oposta, mas, sem dúvida, muito além de uma reforma simplesmente. (Almeida e Bezerra, 2021, p. 46-47).

O I Congresso Nacional do MST foi realizado em 1985, e é um espaço de materialização e organização das demandas dos trabalhadores rurais, ocorrido em um contexto histórico de redemocratização.

Através deste espaço, foram definidas a necessidade de utilizar a ocupação enquanto forma de resistência coletiva e luta política, contra o latifúndio e a favor do pertencimento da terra aos que nela trabalhavam e tiravam seus meios de subsistência, com a compreensão do papel do Estado enquanto representante dos interesses da classe dominante burguesa, através da não realização da reforma agrária, modernizando o campo tecnicamente mediante incentivos fiscais com fundo público sem a redistribuição de terras (Grossi, 2014).

Já o II Congresso Nacional do MST em 1990, representou a necessidade de continuar resistindo ao modelo do agronegócio capitalista, por meio da ocupação de fazendas, com grandes extensões de terras improdutivas e a produção para a subsistência da população de trabalhadores rurais militantes, com o desafio de melhorar a organização interna do movimento (Grossi, 2014).

Cabe destacar que a defesa da luta pela terra com as ocupações e a resistência na terra dos assentamentos impôs grandes desafios ao movimento, principalmente no que se refere à produção da agricultura camponesa em áreas com diversos problemas ambientais, como a degradação e contaminação dos solos e dos recursos hídricos. Tornou-se necessário fortalecer sua autonomia política e financeira e elaborar uma proposta política e organizativa para o setor de produção. Diante destes desafios o MST adota a estratégia de aproximação do campo com a cidade visando à urbanização da reforma agrária. O lema adotado no I Congresso Nacional (1985) “Sem reforma agrária não há democracia: Ocupação é a única solução” e no II Congresso (1990), “Ocupar, resistir, produzir”, expressam esta conjuntura do movimento. (Grossi, 2017, p. 24).

Conforme Grossi (2017), mesmo que o MST tenha buscado uma organização da produção agrícola por meio da cooperação, isso não impediu os interesses da agricultura capitalista, por conta do crédito e da adoção do pacote tecnológico. Mas a criação das Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) e da Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) possibilitaram o desenvolvimento econômico e social, além de fortalecerem o modelo de cooperação.

O III Congresso, que ocorreu em 1995, tinha como objetivo aproximar a luta estabelecida no campo com a cidade, já que a Reforma Agrária representava uma demanda relevante para toda a classe trabalhadora, na promoção da possibilidade de justiça social. (Grossi, 2014).

O IV Congresso de 2004 e o V Congresso Nacional em 2007 representaram uma inovação nos debates a partir da luta pela soberania popular, com a crítica ao latifúndio, contra as políticas neoliberais do governo FHC e da exploração do capital aos bens naturais e do ser humano e a necessidade de produzir alimentos saudáveis, já que: “Como exemplo dos desdobramentos do IV Congresso, é possível citar a constituição de escolas de formação em agroecologia e o protagonismo do MST na organização da Jornada de Agroecologia a partir de 2002, no estado do Paraná.” (Valadão e Moreira, 2021, p. 510).

[...] a partir do IV Congresso (2000) a agroecologia passa a ser assumida como um processo de construção de outro modelo produtivo em clara oposição ao modelo das classes dominantes que impõem os transgênicos, sob o comando das empresas transnacionais do agronegócio. A luta pela eliminação do latifúndio e da violência no campo se traduz no lema: "Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio" e expressa uma resposta do movimento aos dois grandes massacres de trabalhadores rurais ocorridos em Corumbiara (RO), em 1995, e em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996. (Grossi, 2017, P. 24).

Esse congresso reafirmou a necessidade de debater a respeito da proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, realizando a denúncia a agricultura capitalista e propondo a agroecologia na construção de um novo modelo produtivo sustentável e que preze pelo bem-estar social (Grossi, 2017).

Segundo Grossi (2017), o V Congresso Nacional realizado em 2007, teve como lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”, e defendeu uma nova reforma agrária, diferente da clássica, essa deveria ser defendida por toda a sociedade, já que as consequências ambientais e sociais geradas pelo agronegócio, afetam a sobrevivência da humanidade.

PAUTA - O 5º Congresso do MST, [...] se enquadra dentro de uma nova conjuntura da questão agrária e da sociedade brasileira, que sofreu mudanças na década de 90 com o processo de globalização capitalista. Esse processo implicou desindustrialização nas cidades e o chamado agronegócio no meio rural. Com isso,

o país perdeu soberania popular e deixou de lado mudanças na estrutura da sociedade para garantir justiça social. (MST, 2007, ⁶)

O último Congresso realizado pelo MST foi o VI Congresso de 2014, que teve como principal pauta a luta a favor de uma Reforma Agrária Popular, utilizando a agroecologia enquanto instrumento importante para esse processo.

O VI Congresso Nacional do MST adotou como lema: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”. Dentre os objetivos estabelecidos, destacamos: eliminar a pobreza no campo; combater a desigualdade social, a exploração dos camponeses e a degradação da natureza; garantir a soberania; alimentar de toda população brasileira; preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, responsável por nossos diferentes biomas; garantir melhores condições de vida através de trabalho, renda, educação, moradia e lazer; defesa da participação igualitária das mulheres e de melhores oportunidades e condições para a permanência no campo, principalmente da juventude (MST, 2014 apud GROSSI, 2017, P. 25).

Miguel Stédile (2025) aponta que o sucesso de uma Reforma Agrária é maior quando existe um movimento social camponês forte que consegue pressionar para a realização da questão agrária, juntamente com um governo favorável a transformações, que possibilite a garantia do direito ao acesso e posse da terra. Já que, (Stédile, M., 2025, p. 28): “[...] a Reforma Agrária sempre se caracterizou por ser um mecanismo de democratização do acesso à terra e, por consequência, de combate à pobreza, à fome e à desigualdade social.” Ou seja, a concretização dessa reforma seria essencial para combater as consequências da contradição capital X trabalho, manifestadas através das expressões da questão social que afetam a classe trabalhadora.

No meio rural brasileiro, as expressões mais pujantes estão na concentração fundiária; nos poderosos entraves que obstam a reforma agrária; nos assassinatos de lideranças camponesas; na desigualdade educacional das crianças e juventude do campo em relação às chamadas áreas urbanas, e na persistência de fluxos migratórios de jovens para os centros urbanos, acentuando a queda demográfica relativa. (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 244-245).

A Reforma Agrária é uma medida que possibilitou o crescimento econômico de diversos países, de acordo com Miguel Stédile (2025, p. 109): “Essa é uma política que permite democratizar a própria sociedade, aumentar a produtividade e o emprego agrícola e proteger o país da insegurança alimentar, com menor dependência do comércio mundial.” É essencial compreender esse processo e os motivos que o levaram a não ser concretizado no Brasil.

Miguel Stédile (2025) aponta que o Brasil perdeu três oportunidades históricas de promover a Reforma Agrária, que seriam: “(...) quando aboliu a escravatura e não facilitou o acesso à terra aos ex-cativos; quando decidiu estimular a sua indústria nas décadas de 1940 e

⁶ Fonte: https://www.biodiversidadla.org/Articulos/Brasil_a_trajetoria_dos_congressos_do_MST

1950; e quando o Presidente João Goulart propôs as reformas de base e foi deposto por um golpe civil-militar.”

A permanência da grande concentração de terras foi pensada e promovida para manter o poder e a acumulação e dominação capitalista da classe dominante estabelecida desde os tempos coloniais, ao mesmo tempo em que provocava a subordinação da classe trabalhadora mais pobre e saída da escravidão, aos trabalhos mais precários e informais, afetando sua reprodução social e seu modo de vida, já que não possuíam o direito à terra.

Conforme Miguel Stédile (2025, p.137): “A preocupação ambiental do MST não se resume à forma de produzir e proteger a natureza, mas também inclui como recuperar o ambiente degradado.” Por isso a necessidade de discutir o processo de transição agroecológica sustentável, suas potencialidades e dificuldades.

A transição agroecológica seria um processo que envolve sistemas produtivos sustentáveis, que possuem grande biodiversidade, utilizando a agroecologia enquanto ciência que possibilita ser aplicada observando a realidade de cada região e agrossistema, em que essa transição seria realizada e planejada através da ação humana que transformaria o espaço por meio de práticas sustentáveis (Alves e Gaia, 2021).

A transição agroecológica não se trata de “conversão para a agricultura orgânica”, pois não se limita a fazer apenas a substituição de insumos sintéticos por orgânicos, e sim engloba tanto mudanças nos princípios de manejo, realçando e utilizando processos ecológicos, quanto mudanças de postura dos sujeitos e de concepção do trabalho, da produção e da relação ser humano-natureza. (Alves e Gaia, 2021, p. 772).

Essa transformação do agroecossistema, utilizando a agroecologia, revela a complexidade da natureza e os processos que podem ser desencadeados por meio de práticas sustentáveis, com a utilização do que é produzido para diversos meios, como o milho, que pode servir de alimento para os animais e para o consumo humano, ser vendido como farinha, fubá e conservado enquanto semente crioula para depois ser plantado.

A produção agroecológica se difere daquilo que a agricultura convencional prega, de simplificação da natureza e de utilização de insumos químicos, com a criação de um ecossistema artificial que necessita de constante intervenção humana para contribuir na produtividade, que acaba acarretando na contaminação do meio ambiente, contribuindo para o aumento e intensificação de desastres ambientais que acabam gerando consequências sociais. (Altieri, 2012, apud Alves e Gaia, 2021).

O processo da transição agroecológica é construído de forma gradual com mudanças quantitativas e/ou em saltos com mudanças de qualidade, e tem como princípio a observação e o respeito às peculiaridades dos distintos biomas, dos territórios, das unidades familiares, das atividades produtivas manejadas e dos sujeitos envolvidos. (Alves e Gaia, 2021, p. 772).

As práticas tradicionais sustentáveis se constituem enquanto alternativa para uma produção menos dependente de insumos externos caros, que prejudicam o meio ambiente, por meio da substituição de práticas da agricultura capitalista de utilização de produtos químicos tóxicos, por outros produzidos naturalmente e que impactam menos o meio ambiente. Alves e Gaia (2021) apontam a necessidade de estabelecer um sistema agroflorestral com o objetivo de possibilitar a autorregulação do sistema produtivo, bem como maior diversidade e eficiência energética.

Franco (2021) aborda a respeito dos sistemas agroflorestrais (SAFs) ou agroflorestas, que seriam espaços compostos por uma produção diversificada que combina o cultivo agrícola com o animal, além de espécies florestais nativas na mesma área territorial, em que: “[...] Esses sistemas buscam conciliar o aumento de produtividade e a rentabilidade econômica com a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais. [...]” (Franco, 2021, p. 84). Sendo uma prática interessante para a agricultura familiar camponesa, que pode possibilitar maiores vantagens econômicas e ambientais para essa população.

Estabelecer vínculos entre os trabalhadores do campo que produzem alimentos e os moradores das cidades para além da relação produtor/consumidor, é essencial para promover a conscientização de pertencimento de classe, já que todos fazem parte da classe trabalhadora, com o objetivo de construir um sistema agroalimentar que promova a segurança alimentar da população brasileira, ao mesmo tempo em que promove a soberania no consumo e na produção do próprio alimento, mediante a valorização da agricultura camponesa. (Alves e Gaia, 2021).

O processo de transição agroecológica em espaços que foram degradados seguindo a perspectiva predatória do agronegócio deve permitir que a família camponesa consiga potencializar seu sistema e dinâmica produtiva, ou seja, trabalhadores rurais assentados em espaços que historicamente sofreram com grande exploração precisam realizar essa mudança com alguns princípios. De acordo com Alves e Gaia (2021, p. 774):

[...] i) diversificação da produção, tornando o agroecossistema biodiverso, aumentando o número de subsistemas e, conseqüentemente, aumentando a diversidade de produtos, seja para o consumo ou para a comercialização; ii) produção de mais insumos na própria unidade familiar/lote, diminuindo ou eliminando a dependência do mercado para aquisição de insumos; iii) organização justa do trabalho e das tomadas de decisão, levando em consideração, inclusive e sobretudo, aspectos de gênero e geração; iv) diversificação da renda, de forma a não estar exclusivamente dependente de uma única mercadoria (que pode ser mais ou menos valorizada em uma determinada safra ou ser acometida por intempéries ambientais) e potencialização da renda agrícola não monetária, ou seja, produzir mais itens para a alimentação da família. (Alves e Gaia, 2021, p. 774).

De acordo com Alves e Gaia (2021, p. 775): “(...) Não há um pacote tecnológico da transição agroecológica.”, ou seja, diferente da Revolução Verde que impõe a utilização de insumos químicos para a produção focando na produtividade, que acaba por gerar dependência dos agricultores que ficam sujeitos a compra de sementes transgênicas, agrotóxicos, tudo para garantir o sucesso produtivo, a agroecologia não possui um modelo que tem que ser seguido, são práticas sustentáveis tradicionais que foram testadas e obtiveram resultado, respeitando as particularidades e a biodiversidade de cada região, e, por isso, são repassadas através da troca de saberes entre os próprios camponeses, buscando sempre pela saúde do solo e, conseqüentemente, da vida humana.

Como exemplos de algumas técnicas e práticas que podem contribuir na condução da transição agroecológica para a produção vegetal e animal, citamos: sistemas de policultivos, compostagem, cultivos de cobertura, sistemas agroflorestais, homeopatia, Pastoreio Racional Voisin, rotação de culturas, manejo ecológico de espécies espontâneas, sistemas agrosilvopastoris, biofertilizantes, adubação verde, quebra ventos, entre outras. (Alves e Gaia, 2021, p. 775)

A transição agroecológica necessita que ocorra uma modificação nas relações sociais e produtivas capitalistas, mas isso não ocorre completamente, por conta da sociedade de consumo, só ocorrerá em sua amplitude através da efetivação de novas formas de organizar a economia e a sociedade.

[...] Não basta apenas uma transição por substituição de insumos Referências químicos sintéticos para orgânicos, de técnicas e práticas de manejo convencional dos solos para um manejo ecológico, ou da manutenção de práticas capitalistas de produção (tais como: produtos orgânicos voltados para um nicho de mercado elitizado, empobrecimento dos solos, exploração do trabalho, monocultivos etc.). É necessária uma transição que modifique de fato as relações dos seres humanos com a natureza e entre si, mudanças nas relações sociais, trabalhistas, produtivas, ambientais, culturais, de gênero, de geração, de identidades, de classe. (Alves e Gaia, 2021, p. 776).

Essa transição é necessária para combater as conseqüências impostas pelo capitalismo na agricultura, como, por exemplo, as mudanças climáticas, em que os sistemas agrícolas que utilizam a agroecologia como principal método produtivo, apresentam uma maior resistência aos efeitos destrutivos dos desastres naturais, mantendo sua capacidade enquanto agrossistema de produzir (Sosa, et al, 2013).

É necessário apresentar a relação entre a questão agrária e a crise urbana, já que a não realização da Reforma Agrária acaba por afetar diversas áreas na sociedade, inclusive a questão da moradia e da qualidade de vida da população, que acaba por ser empurrada a viver em assentamentos ilegais. A questão agrária não foi resolvida porque “(...) a classe dominante capitalista brasileira optou por manter o monopólio da propriedade da Terra e forçou o êxodo

rural para as cidades, transformando camponesas e camponeses em mão de obra barata para as fábricas” (MST, 2024, p. 11), ou seja, relegou a essa população precárias condições de vida.

Conforme Menegat (2009), é preciso enxergar o Brasil em sua condição periférica no mundo ocidental, sendo a crise urbana influenciada pelas relações que são construídas socialmente e estão estruturadas pela associação entre o homem e a natureza, as relações entre as classes sociais e daquilo que é público do que é privado, compreendendo como essa crise afeta de diferentes formas aqueles que possuem propriedade e aqueles que não têm onde morar.

[...] A crise urbana impõe, para os pobres urbanos, a experiência terrível de viver como moradores indesejáveis, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação – ou à remoção, para empregar um termo técnico oriundo do campo do planejamento urbano. (Menegat, 2009, p. 98).

Com uma maior participação do capitalismo na agricultura, o MST enxerga que uma reforma agrária clássica, que propusesse somente a distribuição de terras, não seria suficiente para resolver a questão agrária brasileira. Por isso, (Stédile, M., 2019, p. 70) aponta que:

[...] Era necessário uma reforma agrária voltada para a produção de alimentos e alimentos saudáveis, baseado na produção agroecológica e sem o uso intensivo de químicos. Que dada a relação do Estado em defesa e cumplicidade com o agronegócio só poderia ser alcançada pela ação e pressão dos camponeses, por isso, popular. Mas, popular também, porque implicaria em aliança com os trabalhadores urbanos, que devem compreender que são também beneficiários desta reforma agrária. Portanto, popular pois que é feita pelos trabalhadores e para os trabalhadores, urbanos e rurais. [...]

A Reforma Agrária Popular precisava passar pela transição agroecológica para ser possível modificar práticas predatórias da agricultura capitalista, por meio da recuperação do meio ambiente para a produção. Essa transição representa a possibilidade de liberdade “(...) frente às determinações postas como *quase* naturais de um modelo econômico que artificializa a vida e incentiva o desperdício de recursos finitos do planeta. (...)” (Balestro e Sauer, 2009, p. 8).

A agroecologia aponta enquanto alternativa que preza pelo meio ambiente e o futuro da vida humana no planeta, já que essa passagem é a escolha de romper com um modelo de produção completamente insustentável a longo prazo, para outro que não carrega o fardo das tendências destrutivas e possui a possibilidade de construir uma agricultura sustentável que leva em conta os limites do meio ambiente (Balestro e Sauer apud Mészáros, 2009).

São apresentados três aspectos considerados essenciais para um desenvolvimento rural capaz de ser sustentável, conforme Balestro e Sauer (2009, p. 11):

Primeiro, ele consome menos energia e permite um aproveitamento mais racional dos recursos presentes na propriedade. (...) Segundo, (...) a paisagem se constitui em um ativo econômico e cultural, com a existência de grandes incentivos para a sua preservação. O terceiro aspecto tem a ver com a distribuição de renda. As experiências de uma agricultura sustentável revelam elevada eficiência energética, pouca intensidade de capital, custos mais baixos e vantagem econômica associada a uma economia de escopo em oposição a uma agricultura convencional intensiva em capital, com ineficiência energética e dependente de produção em larga escala. (...)

A agricultura que utiliza a agroecologia acaba se tornando menos dependente de insumos externos e contribui para uma economia pós-carbono, além de que “(...) A assim chamada Transição Agroecológica passa por mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos. Ela atinge diretamente a soberania e segurança alimentar. (...)” (Balestro e Sauer, 2009, p. 12)

Conforme Molina (2009, p. 20, tradução própria): “O relativo fracasso deste modelo de agricultura altamente mercantilizada é evidente não só na impossibilidade estrutural de alimentar a humanidade na totalidade, como começa a mostrar sinais óbvios de exaustão (...)”⁷. Ou seja, a agricultura capitalista tem como único fim a destruição do meio ambiente e dos meios de sua sustentação, evidenciando a necessidade de uma transição agroecológica sustentável que preze pela preservação dos recursos naturais e da vida na terra.

A desaceleração do crescimento agrícola é, portanto, resultado de dois grupos de causas: por um lado, devido ao forte ritmo de crescimento da população mundial; por outro, os danos ambientais causados pela própria atividade agrícola. De fato, existe uma correlação evidente e direta entre o modelo de agricultura industrializada e fortemente mercantilizada e os danos ambientais sofridos pelos agroecossistemas que a praticam. (Molina, 2009, p. 22, tradução própria)⁸

A incapacidade desse modelo produtivo agrícola de fornecer alimentos diversificados e saudáveis, capazes de promover uma segurança alimentar à população, demonstra a necessidade de alteração dessas práticas. Conforme Molina (2009, p. 22-23, tradução própria)⁹:

[...] a procura de lucros num mercado, que não tem em conta o meio ambiente e o estado dos recursos, impõe formas de gestão que interferem com os ciclos energéticos e de nutrientes ao ponto de os distorcerem completamente, transformando a agricultura numa fonte de poluição, de esgotamento de recursos e

⁷ “El fracaso relativo de este modelo de agricultura altamente mercantilizada no sólo se evidencia en la imposibilidad estructural de alimentar a la humanidad en su conjunto, sino que comienza a dar evidentes signos de agotamiento (...)” (Molina, 2009, p.20).

⁸ La desaceleración de crecimiento agrario es producto, por tanto, de dos grupos de causas: por un lado, debido al fuerte ritmo que ha seguido el crecimiento de la población mundial; por otro, los daños ambientales que produce la propia actividad agraria. En efecto, existe una correlación evidente y directa entre el modelo de agricultura industrializada y fuertemente mercantilizada y los daños ambientales que sufren los agroecosistemas que la practican (...) (Molina, 2009, p. 22).

⁹ (...) lá búsqueda de beneficios en un mercado, que no tiene en cuenta el medio ambiente y el estado de los recursos, impone formas de manejo que interfieren en los ciclos de energía y de nutrientes hasta distorsionarlos completamente, convirtiendo a la agricultura en fuente de contaminación. de agotamiento de los recursos y de degradación de los suelos y de reducción de la diversidad biológica. (Molina, 2009, p. 22-23).

degradação do solo e redução da biodiversidade. (Molina, 2009, p. 22-23, tradução própria)¹⁰

O Brasil, enquanto país de capitalismo dependente e subordinado a outras economias globais, não possui a Reforma Agrária enquanto objetivo, já que ela poderia proporcionar maior soberania alimentar ao país.

Entendemos que, para a superação do capitalismo dependente, do “subdesenvolvimento”, da pobreza e da fome é indispensável a democratização da propriedade da terra, com uma efetiva reforma agrária no Brasil. Contudo, considerando que a burguesia brasileira está comprometida como sócia menor da exploração imperialista, essa é uma tarefa que só poderá ser concluída pelas classes trabalhadoras, urbanas e rurais (Weisheimer, Araújo e Leher, 2022, p. 261).

Grossi (2023) evidencia como a transição agroecológica acaba por se relacionar com a produção, a circulação e o consumo de alimentos, já que é a partir dessa perspectiva de agroecologia, que se liga diretamente a sustentabilidade, que os processos necessários acabam sendo levados a restauração dos solos e a preservação da natureza, no cultivo de alimentos mais saudáveis para a alimentação da população, buscando pela segurança e soberania alimentar, em que os trabalhadores rurais exercem um papel fundamental nessa transição.

A transição não é apenas a construção de um novo sistema agrário, ela perpassa as dimensões ecológico-produtiva, socioeconômica e cultural e, também, a dimensão política de transformação social, já que é contrária à agricultura convencional capitalista e preza também por mudanças no campo e na sociedade (Gúzman, 2021, apud Grossi, 2023).

O conceito de Soberania Alimentar criado pela Via Campesina, em 1996, e sua evolução, é definido como o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos saudáveis, com produção sustentável em nível local, respeitando a diversidade cultural e produtiva, e como o direito de definir sua política agrícola e de alimentos. (Grossi, 2023, p. 04).

A soberania alimentar destaca a centralidade da alimentação enquanto direito humano coletivo, bem como a necessidade de construir sistemas alimentares locais e ao nível nacional, valorizando a agricultura familiar diversificada, já que boa parte da alimentação da população brasileira vem de pequenos agricultores rurais, por isso a importância de valorizar os conhecimentos camponeses tradicionais e a troca de saberes (Grossi, 2023).

A discussão sobre a soberania alimentar é ampla, assim como são as lutas e os desafios, dentre os quais se destacam: o acesso das e dos agricultores aos recursos naturais para a produção local de alimentos (terra, água e sementes); a livre decisão das e dos produtores sobre o que e como cultivar; o comércio justo de alimentos, que favoreça a melhoria das condições de trabalho e renda de quem produz e o

¹⁰ (...) lá búsqueda de beneficios en un mercado, que no tiene en cuenta el medio ambiente y el estado de los recursos, impone formas de manejo que interfieren en los ciclos de energía y de nutrientes hasta distorsionarlos completamente, convirtiendo a la agricultura en fuente de contaminación. de agotamiento de los recursos y de degradación de los suelos y de reducción de la diversidad biológica. (Molina, 2009, p. 22-23).

acesso à alimentação saudável para consumidores do campo e da cidade. (Grossi, 2023, p. 05).

A agroecologia e a soberania alimentar, em sua dimensão política e cultural, evidenciam a necessidade de uma análise crítica do modelo atual de agricultura, com o objetivo de possibilitar mudanças na organização da questão agrária, servindo como base para a luta dos movimentos populares sociais não só do campo, como também da cidade, enquanto construção de uma resistência à depredação dos recursos naturais e ao atual sistema agroalimentar (Grossi, 2023).

3.2 A Reforma Agrária Popular e a centralidade da agroecologia e da soberania alimentar

Segundo Martins (2025), as famílias camponesas que realizam o processo produtivo por meio da agroecologia se preocupam com a reprodução social de sua família, ou seja, buscam pela garantia do consumo, dos meios de vida e dos meios de produção, sendo diferente da lógica capitalista que tem como centralidade o lucro, a ampliação e valorização do capital na agricultura com o objetivo de produzir mercadoria.

Tendo a reprodução como centralidade, as famílias camponesas que promovem a agroecologia aprofundam essa estratégia, na medida em que utilizam os meios naturais como agentes do processo produtivo. Não olham meio natural como inimigo a ser combatido. Por outro lado, há uma profunda interação entre os processos, e parte da produção obtida poderá ser tanto o produto final a ser vendido como insumo para outros processos produtivos. (Martins, 2025, p. 172)

O trabalhador camponês que utiliza a agroecologia como técnica para a produção de alimentos, possui uma compreensão circular dos processos naturais que ocorrem durante esse período, já que o resíduo do final produtivo pode ser utilizado como insumo básico para outros processos naturais, como, por exemplo, o esterco da produção animal, que pode virar um fertilizante para as hortaliças, já na agricultura capitalista, a produção é voltada para a obtenção de lucro, por meio de um sistema linear que utiliza insumos externos, como máquinas e trabalho assalariado, onde todo produto é vendido, reiniciando o processo de produção com o dinheiro da venda deste produto (Petersen et al., apud Martins, 2025).

Os problemas agrários do século XXI exigem novas formas de enfrentamento, em que o MST acredita que a Reforma Agrária clássica não consegue resolver esses obstáculos. Por isso, apresenta em 2014, o Programa de Reforma Agrária Popular, atualizado em 2024, e construído coletivamente pelos milhares de camponeses agricultores assentados e acampados do movimento.

(...) Para o MST permanece a necessidade de democratizar o acesso à Terra e distribuí-la para os trabalhadores rurais que queiram trabalhar e sobreviver da terra. Porém, dois novos objetivos são acrescentados com muita ênfase: a Reforma

Agrária popular deve produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo brasileiro e proteger a natureza; e a transformação da propriedade da Terra deve gerar novas relações humanas e sociais, combatendo todas as formas de violência, incluindo o racismo, o machismo, a LGBTfobia e outras manifestações de intolerância. (Stédile, M., 2025, p. 146-147).

Esse programa visa produzir alimentos saudáveis para toda a população brasileira, por meio de técnicas sustentáveis que prezam pela preservação da natureza e auxiliem no combate às mudanças climáticas, com algumas propostas para o Estado e a sociedade.

Na visão do Movimento, a reforma agrária ganha uma perspectiva mais ampla ao contemplar as relações entre o ser humano e a natureza, envolvendo diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, em contraposição à apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. (Grossi, 2020, p.182).

Dentre os pilares por uma Reforma Agrária Popular estão: a luta pela terra e pelo território, a defesa da natureza, a produção de alimentos saudáveis, o plantio permanente de árvores, a mecanização da agricultura camponesa e familiar, a cooperação, solidariedade, a defesa de energias renováveis e novas formas de mineração que não agridam o meio ambiente, pela saúde e educação pública de qualidade e a luta pela cultura e a arte (MST, 2025). Através destes princípios, é possível enxergar como a Reforma Agrária engloba diversos temas importantes a serem discutidos, e não apenas o direito ao uso da terra.

Conforme Torres (2022), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), foi reconhecido através da aprovação da emenda n. 64/2010¹¹, reconhecido através da Constituição Federal de 1988, por isso a importância da garantia do acesso a alimentos saudáveis e nutritivos para toda a população, já que se trata de um direito humano fundamental, que deve ser resguardado, daí vem a necessidade de lutar pela Reforma Agrária, já que através dela é possível garantir o acesso à terra como meio para proteger todos aqueles que têm fome e, além disso, possibilitar a efetivação de outros direitos humanos.

(...) Sob o viés do conjunto de direitos humanos vinculados a reprodução da vida, a problemática da reforma agrária para garantia de uma equitativa distribuição de terras apresenta alta complexidade, ligando-se com a necessidade de políticas públicas vinculadas à produção, distribuição e comercialização, mas também do acesso efetivo à moradia, à garantia do trabalho decente, da seguridade social, da educação, da saúde coletiva, da alimentação, dentre outros direitos sociais. (...) (Torres, 2022, p. 352).

De acordo com Torres (2022), é necessário possibilitar a construção de um ambiente ecologicamente equilibrado, enquanto um direito de toda a sociedade.

(...) Esse direito, que articula os diferentes cuidados com a natureza, representasse na realidade das agricultoras e agricultores agroecológicos, quando estes realizam a transição de suas terras em respeito aos ecossistemas locais, quando preservar espécies nativas e fontes de água e quando realizam suas agriculturas em harmonia com as matas e bosques. (Torres, 2022, p. 352).

¹¹Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm

Em que a produção agroecológica pode ser definida a partir do Decreto n. 7794/2012:

A produção agroecológica tem sua definição no Decreto n. 7794/2012, como sendo “aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social.” (Brasil, 2012, [artigo 2º, inciso III] apud Torres, 2022, p.352).

Grossi (2020) aponta que somente no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, que a agroecologia passa a ser inserida aos debates do movimento, principalmente por influência da Via Campesina, por meio da campanha: “Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, realizada em 2003.

A agroecologia se desenvolve enquanto ciência, que estabelece “[...] um conjunto de técnicas e também uma política que se preocupa com dimensões ambientais, culturais, sociais voltadas à reconexão dos seres humanos e não humanos com a terra e a natureza. [...]” (Torres, 2022, p. 352-353). Utilizando esse princípio como um importante instrumento na luta pela reforma agrária, com o objetivo de promover a inclusão social e a equidade ambiental.

Ou seja, a agroecologia “(...) articula o tradicional (com sustentabilidade histórica) com o novo (tecnologias e processos de natureza ambiental)” (Guzmán, 2001, p. 40), em que a prática agroecológica se pretende ativar o potencial endógeno, que seria a busca por novas alternativas e respostas que possam fazer surgir velhas práticas sustentáveis.

A Via Campesina desenvolve processos de formação política e técnica de suas organizações, de seus dirigentes e de sua base. Fortalece a formação em agroecologia e soberania alimentar, como elementos que congregam força social e político-organizativa, para que suas organizações possam fundamentar suas ações direcionadas para mudanças sociais significativas na agricultura e na sociedade, relacionadas com a construção da soberania dos povos e dos territórios. [...] (Grossi, 2023), p. 07).

De acordo com Grossi (2013), o modelo econômico capitalista organiza econômica, social e politicamente a sociedade e, conseqüentemente, a questão ambiental, com projetos que visam a utilização dos recursos ambientais na perspectiva de depredação, entrando em conflito com diferentes atores sociais e políticos que lutam contra esse modelo destrutivo e pela superação do modo de produção capitalista, colocando a questão ambiental no centro desse conflito, já que “[...] Este conflito tem sua origem e sua constituição nas contradições de classes que são visualizadas primordialmente nas relações de trabalho, entendendo que o que media a relação entre sociedade e natureza é o próprio trabalho.” (Grossi, 2013, p. 02).

(...) A chamada crise ambiental, que se apresenta através de problemas como a pilhagem, degradação e destruição ambiental é a expressão visível do que consideramos como questão ambiental, a qual é intrínseca a uma sociedade de classes, estruturalmente desigual, envolvendo sujeitos antagônicos, que condiciona e restringe as possibilidades de apropriação e uso dos bens ambientais. Desta forma,

afirmamos e defendemos que o antagonismo destes sujeitos nesta questão, constitui o seu caráter eminentemente político. (Grossi, 2013, p. 02)

O conceito de metabolismo social é desenvolvido através do pensamento marxista por Grossi (2013, p. 03): “(...) metabolismo social é compreendido como o processo através do qual a humanidade transforma a natureza externa e também a sua natureza interna.”

O metabolismo social se expressa na relação desenvolvida entre o homem e a natureza, mediada pelo trabalho, para a criação de riquezas ou bens adaptados às necessidades humanas, sendo comum e vital a qualquer forma de sociedade. Mas o conceito de fissura metabólica, explica justamente, a ruptura na relação sociedade-natureza, tendo em vista o imperativo do metabolismo social do capital, que submete tanto a natureza como o trabalho ao seu domínio, tornando-os alienados. (Grossi, 2013, p. 03)

A sustentabilidade das futuras gerações está em risco por conta da privatização da natureza em que: “ (...) a moderna propriedade da terra criada pelo capitalista passa a gerar uma renda regulada (mediada) pelo lucro industrial, se distinguindo radicalmente das rendas anteriores reguladas pelo próprio trabalho agrícola”. (Grossi, 2013, p. 04).

O metabolismo social, enquanto conceito marxiano, também se coloca como histórico, já que possui relação com os conflitos de classe que lutam a favor do direito à posse e uso do solo, contra o depredamento dos recursos ambientais, compreendendo a exploração da classe trabalhadora como conjunta a exploração dos recursos naturais. (Grossi, 2013).

Problematizamos as interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental como um lugar de conflito e coexistência, pois congregam territorialidades em tensão e disputa, expressas pelo embate entre a agricultura capitalista hegemônica e a agricultura familiar camponesa. Buscamos evidenciar como a forma de desenvolvimento da agricultura hegemônica brasileira, a partir de sua inserção na economia capitalista mundial, se coloca como um dos elementos centrais para o alargamento da fissura metabólica na relação sociedade e natureza, tornando ilusórias e estereis as proposições sobre sustentabilidade ambiental no interior do capitalismo. (Grossi, 2013, p. 06)

Grossi (2013) discute como as mudanças na produção agrícola, por meio da utilização da agroecologia e da busca por soberania alimentar, modificam as relações produtivas.

As mudanças no atual metabolismo do capital, através da agroecologia e da soberania alimentar, passam por processos de trabalho renovados (cooperativos, autogestionários, não alienados, livres de opressões de gênero, geração, etc) em territórios livres, o que necessariamente impõe a elevação de resistências, confrontos e de ampla organização e luta política no campo e na cidade (e sua articulação) em torno da natureza e do trabalho. (Grossi, 2022, p.04)

O MST deve ser compreendido como um sujeito político, que utiliza seu território como meio para construir uma disputa de hegemonia. Através da construção do Programa da Reforma Agrária Popular, fica claro a necessidade de construir consensos entre o campo e a cidade, com o objetivo de incluir a população brasileira nessa disputa (Hackbardt et al, 2021).

A agroecologia aparece então ultrapassando uma agricultura ecológica, que somente tem como objetivo a produção de alimentos saudáveis, já que esta perspectiva já foi capturada pelo capitalismo como um nicho de mercado. Então, a agroecologia, em seu processo de construção, abrange três dimensões: A dimensão técnico-produtiva (produção ecológica); a sócio-econômica (circulação e consumo); e a dimensão política (caráter organizativo, as relações de poder e os níveis de autonomia na produção) (Sevilla Guzmán e Cuéllar Padilla, 2012 apud Grossi, 2022).

A maneira mais eficaz para promover a sustentabilidade e a agroecologia, segundo Guzmán (2001, p.36) seria:

(...) potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador. Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e "acompanhar" e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa.

Guzmán (2002), busca promover a agricultura participativa enquanto meio para possibilitar o compartilhamento de tecnologias agrícolas, fortalecendo, assim, a capacidade dos camponeses de experimentar e inovar enquanto agricultores, em seus próprios lotes, com os próprios recursos naturais existentes em seu agroecossistema, que: “(...) Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade.” (Guzmán, 2001, p. 37).

A agricultura participativa aparece em contraposição ao modelo tecnológico da agricultura capitalista, que possui métodos que visam o mercado, subestimando o conhecimento camponês.

Essa participação proposta e as experimentações realizadas não tem como pretensão a substituição de pesquisas científicas experimentais, mas servem como meio do trabalhador rural recuperar conhecimentos tradicionais e ser detentor de seu próprio saber (Guzmán, 2001).

Pela vivência, pela experiência prática, os membros das famílias vão compreendendo ciclos naturais que ali se realizam, ampliando seus conhecimentos sobre a natureza, além de realizar diversos “ensaios” técnicos produtivos a partir destas observações. Portanto, é um trabalho profundamente enraizado no conhecimento da realidade local, e um trabalho que, além de gerar novos conhecimentos empíricos, promove não só as mudanças no seu agroecossistema, mas também no seu modo de ser. É um trabalho que ao longo do tempo modifica a natureza, mas também modifica a natureza dos agentes do trabalho. (Martins, 2025, p. 174).

Conforme Calatrava (1995, apud Guzmán, 2001), para o desenvolvimento sustentável na zona rural seria necessário: a integralidade dos diversos setores produtivos; a harmonia e o

equilíbrio entre o crescimento econômico e o meio ambiente; a autonomia de gestão e controle pelos próprios produtores rurais; a minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; a manutenção e potencialização dos mercados locais; a utilização do conhecimento local; e o aproveitamento de todas as potencialidades do território.

Todo esse processo tem como objetivo a garantia da soberania alimentar, que é indissociável a luta por democracia, em que a agroecologia se constitui enquanto um meio de potencializar e reforçar os movimentos sociais em sua luta política, na construção de um novo modelo produtivo e político, que preze pela garantia da soberania alimentar (Grossi, 2020).

A soberania alimentar consiste no direito dos povos de produzir alimentos diversificados, saudáveis, de acordo com as diferentes culturas, a partir de sementes varietais ou crioulas, implicando a luta contra os agrotóxicos e as sementes modificadas e transgênicas. Sua defesa torna-se estratégica para os movimentos sociais do campo, pois enfatiza o acesso dos agricultores não somente à terra, mas também às sementes e à água, visando à construção da autonomia, dos mercados e circuitos locais de produção-consumo, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor. Nesse sentido, a reforma agrária tornou-se o principal mecanismo de acesso dos pequenos produtores à terra, e à agroecologia se constitui numa relevante estratégia produtiva e política. (Grossi, 2020, p. 183-184)

Por isso, a necessidade de adotar uma metodologia que possibilite a promoção da agroecologia, da saúde e da soberania alimentar, que seria a Metodologia Agroecológica Camponês a Camponês.

3.3 O fortalecimento da agroecologia no MST através da articulação com Cuba: A Metodologia Camponês a Camponês

A Metodologia “De Camponês a Camponês” (CaC) propicia a massificação da agroecologia a partir do compartilhamento de experiências e práticas agroecológicas. O método foi desenvolvido originalmente na Ásia, a partir da década de 1920, e, se expande para diferentes países da América Central, sendo difundida para a América Latina a partir de indígenas da Guatemala em 1970, se expandindo então para os demais países, como Honduras, México e Cuba (MST, 2021).

O método em Cuba se apresenta enquanto alternativa agroecológica de resistência para garantir a segurança alimentar da população cubana, aos bloqueios econômicos estadunidenses que afetaram o país a partir de 1962, que se originaram após a Revolução Cubana de 1959.

Na América Latina, destaca-se a experiência de Cuba em direção ao processo de transição agroecológica. Com o fim da União Soviética, o país passou por um período especial, tendo o desafio de aumentar a produção de alimentos sem insumos industriais e petróleo. Foi neste contexto que se formou o Movimento

Agroecológico de Campesino a Campesino (MACaC). Este movimento tem juntado a produção coletiva de conhecimentos com um método inovador para a adoção da transição agroecológica massiva, em âmbito nacional, protagonizado pela Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (Anap). (Valadão e Moreira, 2021, p. 511).

Os bloqueios internacionais dos Estados Unidos (EUA) sofridos por Cuba, acarretaram na impossibilidade do país de importar produtos necessários para a população, já que a principal produção do país era para a exportação de commodities agrícolas.

Por meio dessa metodologia, foi possível que os camponeses cubanos conseguissem passar por esse momento difícil, recuperando saberes tradicionais passados de geração a geração para a produção de alimentos saudáveis, sem a dependência de sementes geneticamente modificadas e de produtos agrícolas, como venenos e insumos químicos, com a utilização de tração animal, defensores naturais contra pragas, adubos de esterco animal e sementes crioulas, que possibilitaram a garantia de sobrevivência e soberania alimentar dessa população.

A Revolução possibilitou a Reforma Agrária, com mudanças estruturais que acabaram com grandes latifúndios e promoveram a distribuição de terras aos camponeses, possibilitando que eles adquirissem um espaço e recursos necessários para produzir alimentos.

A Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP)¹², organização composta por camponeses de Cuba, foi a principal responsável pela implementação da metodologia Camponês a Camponês, enxergando a agricultura agroecológica enquanto estratégia na defesa da Revolução Cubana, com o objetivo de lutar para conservar o que foi conquistado e lutar por mais melhorias, por uma agricultura sustentável que garanta a segurança alimentar do povo e promova a soberania dos indivíduos, principalmente por meio da alimentação.

De acordo com Orlando Lugo Fonte, presidente da ANAP, a Revolução de 1959 representou um momento importante para a população camponesa, já que:

(...) a Revolução, que nos deu e garantiu a propriedade da terra, que nos desenvolveu escolar, técnica e socialmente; que nos inculcou os valores do coletivismo, a cooperação e a solidariedade. Mas, que, principalmente, dignificou o homem e a mulher do campo e os fez donos e responsáveis de muito mais do que de seu lote. Tornou-os mulheres e homens conscientes de sua responsabilidade: a alimentação do povo e a proteção do meio ambiente, para que as futuras gerações de cubanos também possam comer e ter um campo limpo e saudável para viver. (Sosa, et. al, 2013, p. 11)

¹²Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP).

De acordo com Sosa, et. al (2013), o colapso do bloco socialista na Europa fez com que ocorresse o desaparecimento das relações comerciais internacionais com Cuba, que acabou evidenciando a alta dependência do país a insumos vindos do exterior.

Os crescentes ataques internacionais acarretaram em altas taxas de importação e na necessidade de produzir alimentos para a subsistência do povo cubano. O país antes recebia grandes incentivos para a compra de pacotes tecnológicos de insumos químicos tóxicos para a produção em larga escala de commodities. Esses produtos ficaram indisponíveis por conta do bloqueio econômico, intensificado em 1990 com o fim das relações com os países do Leste Europeu, conhecido como Período Especial. Surge aí, a agroecologia como alternativa viável para a agricultura familiar cubana:

O Período Especial estabeleceu as bases para uma visão mais sustentável da agricultura. Também permitiu elaborar a estratégia de resistência local e nacional, com alternativas reais que por sua vez propiciaram posições mais objetivas. Tudo isso com vistas a reforçar a segurança e a soberania alimentar. [...] (Sosa et al, 2013, p. 24-25)

O Período Especial representou um momento para a agricultura cubana, de resgate às práticas tradicionais, sem ocorrer o processo de transição agroecológica. A população se movimentou e muitos retornaram ao campo e iniciaram a produção de alimentos por meio de técnicas tradicionais, como: a tração animal e controle de pragas através de produtos naturais.

Ao final desse período, ficou claro que era necessário expandir e tornar a produção mais agroecológica e diversificada, mas que faltava uma metodologia social que pudesse possibilitar a disseminação das práticas agroecológicas conhecidas e fazer com que as famílias camponesas adotassem essas técnicas (Sosa, et. al, 2013).

A Metodologia CaC surge em Cuba a partir da América Central, enquanto alternativa de resistência do povo cubano, que tinha como principal objetivo e prioridade recuperar os sistemas agrícolas degradados por agrotóxicos e começar a produzir o suficiente para alimentar a população, encontrando na agroecologia uma alternativa viável para possibilitar mudanças, a partir de conceitos que visam a preservação do meio ambiente e práticas sustentáveis, que utilizam meios naturais para a produção.

O método auxiliou na organização das atividades produtivas, estabelecendo conceitos integradores e modeladores, que se mostram imprescindíveis para acelerar o processo de transição agroecológica sustentável no país, por meio do compartilhamento e transmissão de saberes entre os próprios camponeses, que se mostraram receptivos aos procedimentos e técnicas, promovendo maior compromisso social da população na garantia de sua soberania alimentar (Sosa, et. al, 2013).

O CAC é uma metodologia dinamizadora, que situa o camponês e sua família como protagonistas de seu próprio destino; em contraste com o extensionismo clássico - estático e desmobilizador da base camponesa -, baseado no técnico como transmissor do conhecimento. O novo método vindo da América Central desencadeou a criatividade das pessoas do campo para solucionar os seus próprios problemas, que são também os problemas de toda sociedade cubana. (Sosa, et. al, 2013, p. 18).

Esse método surge para possibilitar o compartilhamento de saberes que coloca o camponês no centro de tudo, enquanto protagonista, já que, “Quando o camponês vê, ele acredita”, ou seja, estabelece uma transmissão horizontal de troca e da construção coletiva de conhecimentos, práticas e métodos agroecológicos, entre os próprios camponeses e os técnicos, que não possuem um papel de detentor de todo o saber, mas que enxerga a importância de dar voz aos trabalhadores rurais e seus conhecimentos tradicionais, passadas de geração em geração, ficando responsáveis por adotar o seu próprio ritmo a partir do método.

Pode-se assim ensaiar um trabalho emancipado, ainda que submetido às condições de uma sociedade capitalista. E, ao negá-la, o trabalho camponês agroecológico e cooperado poderá ser afirmado como germe de novas relações sociais de produção, vinculando-se à luta política para a efetivação de um projeto de mudanças estruturais da sociedade brasileira. (Martins, 2025, p. 177).

Essa metodologia não surge em Cuba, mas é lá que ganha maior destaque e aderência como modelo sustentável ajustado às possibilidades e necessidades da região, da cultura e das condições do meio ambiente, a partir de métodos participativos, com uma preocupação com as dimensões social, econômica, ecológica e cultural da população camponesa.

O camponês aparece com uma solução que é comum a todos, transforma-se em promotor dessa prática nova ou recuperada e a partir daí, realiza intercâmbios em sua roça ou em outras, para aprender e ensinar (Sosa et al., 2013).

O objetivo em Cuba era desenvolver um movimento nacional de agricultores agroecológicos, que trouxe novos desafios, como o alcance nacional e a mobilização das massas camponesas, que foram transpassados através das articulações estabelecidas com programas implantados no país, que facilitaram o processo, além da articulação com instituições interessadas na promoção da agroecologia, possibilitando que mais de 100 mil famílias participassem, que milhares de hectares fossem protegidos, além de disseminar e tornar uma prática comum técnicas agroecológicas, como o adubo orgânico (Sosa et al., 2013).

É necessário destacar como a agroecologia possui potencialidades de resistir às alterações climáticas, que são constantes em Cuba, possuindo maior resistência aos fenômenos naturais e possui a capacidade de restaurar a fertilidade dos solos degradados. Os

camponeses cubanos são os mais organizados para todo esse processo que foi desenvolvido de transição agroecológica, pois possuem maior preparação ideológica e científica, para ajudar camponeses do mundo inteiro no enfrentamento às consequências e desafios impostos pelo modo de produção capitalista (Sosa, et al., 2013).

Conforme Sosa et. al (2013), Cuba introduziu inovações metodológicas ao Método CaC para que pudessem atender as particularidades do país, como, por exemplo, o método Banes, que auxilia na identificação dos conhecimentos e práticas agroecológicas que são utilizadas para auxiliar na escolha de possíveis promotores e facilitadores.

É necessário estudar alternativas que possibilitem um modelo agrícola menos dependente, já que com o aumento dos alimentos no mercado internacional e dos insumos químicos para produzi-los fica ainda mais caro manter o modelo agropecuário. Segundo Sosa et. al (2013, p. 23): “(...) Não se trata aqui apenas de argumentações acadêmicas em favor de um ou outro modelo de agricultura. É uma questão de sustentabilidade e de soberania. A agroecologia não depende de importações. É soberana e sustentável.”

Sosa et. al (2013) discute como a agroecologia se apresenta, em relação ao modelo convencional de agricultura do capital, sendo mais sustentável e promovendo a garantia de soberania e segurança alimentar, pois assegura uma maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas, com uma recuperação dos solos degradados pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, uma maior produtividade e sendo mais econômico.

Conforme Sosa et al. (2013), são cinco os princípios da metodologia empregada: começar devagar e em pequena escala (facilita a avaliação e diminui os riscos); limitar a introdução de tecnologias; obter êxito rápido e identificável; experimentar em pequena escala; e desenvolver um efeito multiplicador, entre os próprios camponeses, com o objetivo de massificar esses sistema de produção para impactar positivamente o meio ambiente.

Além disso, é importante evidenciar como o processo possui um sistema de etapas que organiza o processo formativo de coordenadores, facilitadores e promotores, em que cada um exerce um papel importante para o funcionamento desse sistema, e são escolhidos após a identificação de determinadas características no grupo.

O Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC) é: “(...) um movimento de massas promovido pela ANAP entre suas bases camponesas para transformar seus sistemas de produção por meio da agroecologia.” (Sosa et. al, 2013, p. 17).

Localizado em Cuba, encontra enquanto dificuldade conseguir envolver todas as famílias camponesas, bem como as cooperativas, além da necessidade de desenvolvimento

técnico e científico, com o objetivo de possibilitar uma maior prática da agricultura sustentável, e, também, aumentar as produções agropecuárias, para enfim alcançar de fato a segurança alimentar de toda a população cubana, reafirmando sua soberania alimentar e o seu modo de produzir alimentos respeitando o meio ambiente. Esse movimento tem cada vez mais participado da produção de alimentos cubana, resistindo melhor aos efeitos das mudanças climáticas e ao bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos contra o país (Sosa et al, 2013).

O modo capitalista de produção no campo vem causando diversas consequências para o mundo, acaba por aumentar os efeitos das mudanças climáticas, afetando milhares de indivíduos de todos os continentes do planeta, ou seja, não afeta apenas aqueles que vivem no campo, mas também os que vivem nas cidades.

A transformação de recursos naturais em mercadoria é preocupante, a privatização das terras, e, sobretudo da água, demonstra como o capital se preocupa apenas pela obtenção de lucro, desprezando a vida de milhões de indivíduos que passam fome diariamente. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), obtidos através do relatório “ O estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)”¹³ de 2025, cerca de 673 milhões de pessoas no planeta ainda passam fome, cerca de 8,2% da população mundial, uma queda se comparado aos 8,5% de 2023 e aos 8,7% em 2022, anos que foram afetados principalmente pela pandemia do Coronavírus - Covid 19 (ONU, 2025).

A mercantilização e privatização dos bens da natureza escancara a gravidade da situação atual e a necessidade de lutar contra a depredação de recursos naturais, são visíveis as consequências deste modelo de produção e de consumo, que amparado pelo neoliberalismo, possibilitou a globalização do modo capitalista de exploração na agricultura.

De acordo com Sosa et. al (2013), dois modelos de produção agropecuária estão em disputa: o modelo do agronegócio (agrobusiness), que preza pelo lucro máximo com o domínio do capital sobre os bens da natureza, a produção em larga escala de monocultura, com a utilização de maquinários e agrotóxicos, não produz alimentos, produz commodities, ou seja, mercadorias; o segundo modelo seria a agricultura familiar, em que ocorre a diversificação de culturas, com a utilização de práticas agrícolas que não agridem o meio ambiente, sendo o único modelo que pode viabilizar a soberania alimentar, com a produção de alimentos saudáveis.

¹³ Fonte:

<https://brasil.un.org/pt-br/298770-onu-fome-diminui-mas-ainda-atinge-673-milh%C3%B5es-de-pessoas-em-todo-o-mundo>

Dentre os desafios para a sobrevivência da agricultura camponesa frente à hegemonia do capital, cabe destacar a dificuldade em produzir alimentos saudáveis para toda a população, sem a utilização de agrotóxicos, encontrando alternativas sustentáveis, além de aumentarem a produtividade das áreas cultivadas, observando as particularidades de cada região.

3.4 O desenvolvimento do CAC em Minas Gerais

O projeto de extensão em interface com pesquisa intitulado “Metodologia Camponês a Camponês: Agroecologia como forma de promoção da saúde e fortalecimento da transição agroecológica sustentável em assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais”, surge em 2023, da parceria entre o MST com 11 universidades brasileiras¹⁴ e a faculdade El Colegio de La Frontera Sur (ECOSUR)¹⁵, localizada no México.

Essa iniciativa tem como objetivo construir coletivamente um processo de transição agroecológica de forma democrática e horizontal em assentamentos e acampamentos do MST em Minas Gerais, além de possibilitar a promoção da saúde, se fundamentando na Metodologia Social Camponês a Camponês, em 6 regionais do estado: Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte, Sul e Zona da Mata do MST-MG.

As regionais visitadas correspondem aos municípios que possuem assentamentos e acampamentos do MST e que possuem interesse em desenvolver a Metodologia CaC, no processo de transição agroecológica nos espaços. Na Regional Vale do Rio Doce, os municípios Governador Valadares, Tumiritinga, Periquito e Jampruca; na Regional Sul, é o Campo do Meio e Guapé; na Zona da Mata, são as cidades de Visconde do Rio Branco e Goianá; no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, são Novo Cruzeiro, Teófilo Otoni, Almenara e Felisburgo; e no Norte são Montes Claros, Capitão Enéas e Pedras de Maria da Cruz.

A Metodologia foi empregada através de ações de extensão do projeto, para disseminar e territorializar, de forma horizontal e popular, a agroecologia, promovendo também duas Tecnologias Sociais: o desidratador solar de alimentos e as biofábricas.

A iniciativa busca compreender quais são os padrões de distribuição de saberes populares com técnicas agroecológicas dentro desses espaços, por meio da troca entre os

¹⁴A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); o Instituto Federal Sul de Minas Gerais-Campus Machado (IFSULDEMINAS); a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade de Brasília (UnB).

¹⁵ O Colégio da Fronteira Sul (ECOSUR)

próprios camponeses que possuem em seus lotes, diferentes características sociodemográficas. Os resultados buscam fornecer uma construção de uma transição agroecológica de forma genuína e coletiva, envolvendo acampamentos e assentamentos do estado de Minas Gerais, bem como instituições de Ensino Superior, com o intuito de possibilitar a formulação de ações e políticas públicas que possam promover a diversificação econômica onde o trabalho está sendo desenvolvido.

O projeto conta com passos de implementação da Metodologia CaC nas seis regionais do estado de Minas Gerais, com: dois Seminários Inter-regionais sobre o método e a territorialização da agroecologia; seis Encontros Regionais para auxiliar na implementação inicial da CaC; dois Encontros Inter-regionais de avaliação geral dos passos iniciais e de formação de Promotoras/es e Facilitadoras/es agroecológicos; um Encontro Estadual de apresentação do processo, com resultados e as perspectivas de implementação do CaC; além de Encontros permanentes para auxiliar com a transmissão de informações e sanar dúvidas dos camponeses participantes do projeto.

Ocorre a necessidade do autorreconhecimento dos recursos agroecológicos locais e a valorização dos conhecimentos e técnicas camponesas de produção, por meio da coleta de dados, além de desenvolver, junto às famílias camponesas acampadas e assentadas pela Reforma Agrária, uma metodologia participativa, que possa subsidiar um processo de desenvolvimento econômico e social sustentável, formando e fortalecendo a assistência técnica e rural da Cooperativa dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Camponesa (Coopertrac).

A escolha pelo estado de Minas Gerais se dá por conta da presença de acampamentos, assentamentos e cooperativas que estão vinculadas ao MST, reconhecendo o território e sua forte organização política e os diferentes biomas do estado. Visando o fortalecimento do método na ZM, se criou o projeto de extensão e a entrada da bolsista no núcleo da pesquisa. Pesquisadores, através do diálogo prévio com a coordenação Estadual do MST, localizaram os principais territórios que possuíam as principais demandas para a realização de uma transição agroecológica, as 6 regionais listadas anteriormente e que tem proximidade com núcleos de pesquisa e extensão.

Algumas técnicas para coleta, análise e organização de dados são utilizadas. Primeiramente, é necessário realizar o autorreconhecimento dos recursos agroecológicos presentes na região analisada, bem como dos conhecimentos e práticas dos camponeses que são utilizados na produção, sendo que essa identificação representa uma etapa formativa de todo o processo, que conta com a participação aberta ao diálogo, com o objetivo de promover

o fortalecimento da Coopertrac - MST, que possibilita a assistência técnica às famílias camponesas em sua implementação da agroecologia, através de oficinas de troca de saberes e capacitação (Capuchinho, et al., 2025).

Além disso, é realizado o Questionário de Bannes¹⁶ com os camponeses, bem como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que conta com a visita aos lotes e a identificação dos cultivos e do agroecossistema presente, através de uma entrevista livre com alguns questionamentos, como a realização ou não de práticas agroecológicas e ações coletivas no lote, se existe a criação de animais, se possui um Sistema Agroflorestal (SAF), os desafios enfrentados, a participação da família nas atividades produtivas e a principal fonte de renda (Capuchinho, et al., 2025).

Oficinas para socializar experiências e construir novos conhecimentos agroecológicos também são realizadas, bem como visitas aos lotes para conhecer alguma prática agroecológica em particular e seu desenvolvimento, além de intercâmbios em diversas regiões com camponeses, promotores e cooperativas para conhecer práticas e implementar melhorias.

Após a realização dos questionários e entrevistas, é feito o processo de tabulação, que corresponde a organização dos dados coletados com o objetivo de encontrar Promotores, Facilitadores e Coordenadores entre os próprios camponeses.

Promotor. É o ator básico. Trata-se de um camponês da própria cooperativa com bons resultados produtivos a partir de práticas agroecológicas. [...] É identificado pelos demais participantes, quando se destaca por seu interesse e compromisso, por sua vocação de serviço à comunidade, à natureza e ao meio ambiente. Sua formação completa-se ao ser dotado de elementos metodológicos, sobretudo a educação popular para desenvolver a promoção agroecológica.

Facilitador. É uma pessoa da própria cooperativa e/ou contratada por ela, designada em função de requisitos como vocação, capacidade de comunicação, e tempo disponível para trabalhar.

Coordenador. É um quadro da própria organização camponesa. Conta com qualificações técnicas e está capacitado para auxiliar as direções [...] na composição dos grupos de trabalho do MACaC [...] (Sosa et al, 2013, p. 84-86).

¹⁶ O questionário de Bannes conta com uma série de questionamentos a respeito de práticas agroecológicas conhecidas pelos camponeses que participam da metodologia e auxilia na identificação de possíveis promotores e facilitadores (Sosa et al, 2013).

Figura 1 - Camponês preenchendo o Questionário de Bannes, em Mucuri-MG - (30/09/2025)



Fonte: Projeto de extensão CaC.

Figura 2 - Visita aos lotes em Montes Claros-MG, na região Norte (10/11/2025)



Fonte: Autoria própria.

Figura 3 - DRP (Diagnóstico Rural Participativo), na região Sul -MG



Fonte: Projeto de Extensão CaC.

Figura 4: Explicações da Metodologia no Vale do Rio Doce-MG.



Fonte: Projeto de Extensão Cac.

Figura 5 - Bolsistas realizam o processo de tabulação na região de Mucuri (30/09/2025).



Fonte: Projeto de Extensão CAC.

Figura 6 - Camponeses reunidos com a equipe do projeto em Felisburgo-MG, no Vale do Jequitinhonha (02/09/2025)



Fonte: Projeto de Extensão CAC.

Essa metodologia possui princípios que buscam a construção conjunta dos camponeses, em parceria com pesquisadores e demais técnicos, por meio de uma atuação horizontal, ou seja, que preza pela troca de saberes entre os envolvidos visando o desenvolvimento da transição agroecológica, além de impulsionar a auto-organização das comunidades e sua autonomia, visando a superação dos desafios impostos pelo agronegócio, visando a promoção da soberania alimentar no campo e na cidade (Sosa et al, 2013 apud Capuchinho et al, 2025).

3.5 A Metodologia Camponês a Camponês na particularidade da Zona da Mata de MG: processos de transição em curso e desafios

A presente pesquisa busca relatar o desenvolvimento do projeto no estado, evidenciando a região da zona da mata, que, atualmente, passa por um processo de organização dos dados que foram coletados.

A Zona da Mata está localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, sua história conta com vários processos de depredação dos recursos naturais, como minério, matérias-primas, bens alimentícios, utilização de grandes extensões de terras para a pecuária e a produção de monocultura.

Ao longo dos anos, a região foi utilizada para diversos fins. O “ciclo de ouro” iniciado no final do século XVII, culminou na ocupação definitiva do terreno e na reorganização do espaço, já no início do século XIX, a economia se firmava na produção de café, e na República Velha ocorreu um surto de industrialização na região, com indústrias pequenas voltadas para a produção de alimentos e têxtil, com o cultivo de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e a produção de leite e gado de corte (Bruziguessi et al, 2021).

Conforme Hackbardt et al (2021), é importante investigar a ZM como um território que possui particularidades históricas, já que desde o período colonial, a região possuía diferentes atividades econômicas e uma estrutura fundiária diversa, em que as desigualdades regionais podem ser explicadas por meio do desenvolvimento econômico, possuindo três características que reforçam essa desigualdade:

Em Minas Gerais, três características reforçam esta desigualdade: 1) não houve, até 1930, uma força “unificadora” que integrasse o território mineiro num conjunto unificado. O que existia eram várias regiões que não se relacionavam diretamente e mantinham relações com unidades federais ao redor; 2) as regiões mineiras tem um acentuado diálogo com os estados próximos das regiões (São Paulo com o Sul de Minas, Zona da Mata com o Rio de Janeiro e o Noroeste ligado à Brasília); e 3) a concentração da base mineral, que contribui para o agrupamento dos empreendimentos industriais se tornou base para os investimentos direcionados à produção de matérias-primas para os centros econômicos do país [...] (Pereira e Furtado, 2011 apud Hackbardt et al., 2021, p. 154).

De acordo com Teixeira (2012, apud Bruziguessi et al, 2021), trabalhando com dados do Censo Agropecuário de 2006, o maior número de estabelecimentos rurais da região correspondem a minifúndios¹⁷, ocupando 12,16% do espaço, já as médias e grandes¹⁸ fazendas ocupam 49,27% da área total, evidenciando o nível da concentração fundiária da ZM e o nível da desigualdade social e a falta de acesso à terra, em que quase metade da área é ocupada apenas por 5,14% de propriedades.

Segundo Bruziguessi et al (2021), a região da ZM possui baixa exploração agrícola, de acordo com dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável realizado em 2001, mas ocorre uma tendência a uma sub-urbanização econômica, onde municípios menores não possuem infraestrutura para promover a expansão urbana, fazendo com que suas populações do campo busquem oportunidades nas cidades, em que “Os agentes urbanos vêm assumindo rapidamente o comando sobre as atividades econômicas, sobre o estilo de vida e sobre a mobilidade populacional, inerentes ao campo do entorno da cidade.” (Bruziguessi et al, 2021, p. 143).

Esse processo tem se expandido até as áreas rurais, com a promoção de uma “urbanização do campo”, encontrando a resistência de movimentos sociais vinculados à agricultura familiar, por meio do associativismo e da economia solidária (Bruziguessi et al, 2021).

Na contramão desse processo de urbanização total, os movimentos sociais, a exemplo do MST, se tornam uma importante alternativa para a transformação do campo, tanto econômica quanto socialmente, (re)afirmando-os como trabalhadores rurais através de estratégias concretas que permitam o enfrentamento ao domínio dos agentes urbanos. Nesse sentido, as atividades ligadas à agroecologia ganham destaque. Devemos pensar em uma linha de ação que tenha como ponto de partida a valorização do conhecimento tradicional dos trabalhadores rurais e que integre uma série de atividades desenvolvidas na localidade, perpassando diversos setores da vida local. (Bruziguessi et al, 2021, p. 143).

O MST, em sua luta pela terra na Zona da Mata Mineira, tem buscado desenvolver práticas agroecológicas que recuperem o solo das técnicas predatórias desenvolvidas pelo agronegócio que provocaram uma grande degradação ambiental. Essa regional é composta por dois assentamentos, o Dênis Gonçalves e o Olga Benário, e dois acampamentos, Marielle Franco e Roza Cabinda.

Com parcerias com universidades, o MST tem desenvolvido o projeto da Metodologia CAC, com o intuito de desenvolver atividades que possibilitem uma transição agroecológica das famílias assentadas e acampadas, por meio do autorreconhecimento dos recursos locais e

¹⁷ Área menor que 26 hectares.

¹⁸ Áreas de 100 a mais de 2500 hectares.

a valorização de conhecimentos tradicionais dos próprios camponeses, sendo adaptada a partir da experiência de Cuba.

A luta do MST desde sua criação em 1984, no processo de redemocratização, representa o enfrentamento ao latifúndio, a violência, à criminalização, e, sobretudo, a busca pelo reconhecimento e apoio de toda a sociedade, sobretudo da classe trabalhadora como um todo, já que a reforma agrária popular deve ser pensada por toda a população.

Desde 2018, a Zona da Mata é uma referência em agroecologia, reconhecida como Polo Agroecológico pelo Projeto de Lei (PL) 4.029/17, autoria do então deputado estadual Rogério Correia (PT). A lei reconhece a história de construção da Agroecologia na região e é importante para articular projetos e parcerias voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO (21.146/2014). (Hackbardt et al, 2021, p. 159)

De acordo com Hackbardt et al (2021), a criação desse Polo, possibilitou a elaboração de um Plano Regional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2019 para a região, ampliando então a articulação do MST com instituições, como a UFJF e a UFV, escolas e outros movimentos sociais ligados à Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, da Agricultura Familiar, da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Conforme Capuchinho et. al (2025), o Encontro Regional da Zona da Mata do MST, realizado em 2024, aponta a preocupação do movimento na aplicação de práticas agroecológicas nos territórios em que estão presentes, a partir da fundação da Frente de Massificação de Agroecologia, evidenciando como o Método Cac pode contribuir nesse processo de transição agroecológica e valorização e fomento de novas experiências sustentáveis.

A Regional da Zona da Mata corresponde aos municípios que possuem acampamentos e assentamentos do MST, que são Visconde do Rio Branco, onde fica o assentamento Olga Benário, que possui 100 hectares (ha) e 30 famílias; e a cidade de Goianá, com o Dênis Gonçalves, com 4.865 ha e 100 famílias. Esses assentamentos possuem Áreas de Preservação Permanente (APP) e reservas legais, o que contribui para a recuperação e manutenção do bioma da Mata Atlântica.

Conforme Teixeira (2012, apud Bruziguessi et al, 2021), o assentamento Olga Benário está localizado na antiga Fazenda Santa Helena, sendo desapropriado em 2004 e se tornando “o primeiro Projeto de Assentamento de reforma agrária da Zona da Mata mineira, criado pela Superintendência Regional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do Estado de Minas Gerais através da Portaria nº 110 de 11 de outubro de 2005 [...]” (Bruziguessi et al, 2021, p. 143). As famílias que foram responsáveis por realizar a ocupação

eram da região metropolitana de Belo Horizonte e do Sul de Minas Gerais (Bruziguessi et al, 2021).

A história do MST na Zona da Mata começou com a ocupação da antiga fazenda Santa Helena, no município de Visconde do Rio Branco, uma antiga usina de cana de açúcar que possui 759,9 hectares, a fazenda foi desapropriada em 19 de maio de 2004, de acordo com relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2002. Em 14 de junho de 2005, famílias oriundas de áreas de acampamento da região metropolitana de Minas Gerais ocuparam a área de forma pacífica, o ato de criação oficial do assentamento data de 11 de outubro de 2005. O assentamento foi batizado de Olga Benário, em homenagem a uma mulher, comunista, que, de forma internacional, lutou contra o capitalismo e atuou na construção do socialismo. (Hackbardt et al, 2021, p. 155).

Já o assentamento Dênis Gonçalves possui um grande potencial no desenvolvimento da agroecologia e da sustentabilidade no campo.

Morais (2011, apud Bruziguessi et al, 2021) disserta como antes de ser desapropriado pela Reforma Agrária, no espaço se encontrava a Fazenda Fortaleza de San't Anna, fundada em 1811 através das cartas de sesmarias, possuindo um histórico de utilização do trabalho escravo, e, posteriormente, com a abolição em 1888, a produção cafeeira era realizada por imigrantes europeus, com uma forte degradação da Mata Atlântica por conta da produção da monocultura.

Além disso, representa também um importante patrimônio histórico, ambiental e arqueológico, com o predomínio da Mata Atlântica no local, em que a presença do agronegócio na área acarretava em problemas ambientais, como a destruição do bioma, e culturais, com ameaças a destruição do patrimônio cultural presente no espaço.

Bruziguessi et al (2021) evidencia como a fazenda era considerada uma grande propriedade rural improdutiva e com a possibilidade de ser expropriada pela Reforma Agrária, já que isso havia sido comprovado a partir do Laudo Agrônômico realizado pelo INCRA em 2010, fazendo com que o MST ocupasse o espaço para dar visibilidade a concentração da terra e a sua improdutividade, mas a liminar favorável aos proprietários da Fazenda possibilitou a reintegração de posse, através de decisão judicial, ainda em 2010, fazendo com que as famílias acampadas fossem retiradas e ficassem às margens da rodovia estadual MG-353 durante quase um ano.

O cenário muda apenas com a assinatura de Dilma Rousseff num decreto publicado em 26 de dezembro de 2011, que autorizava o INCRA a desapropriar o espaço, fazendo com que as famílias se mobilizassem para voltar a Fazenda de San't Anna e transformá-la no Assentamento Dênis Gonçalves, uma das maiores áreas de reforma agrária do estado, destinada a produção agrícola e a preservação da biodiversidade local e de seu patrimônio

histórico, por meio de práticas agroecológicas na produção agrícola (Teixeira, 2012 apud Bruziguessi et al, 2021).

Portanto, a grande potencialidade da luta pela reforma agrária na Zona da Mata mineira perpassa o desenvolvimento da produção, educação, saúde e cultura nas áreas de reforma agrária da região, o que aponta a necessidade de busca de parcerias tanto no campo como nas cidades. Isto significa desenvolver uma atuação não só nas áreas conquistadas, mas também nos arredores, sejam cidades, sejam comunidades rurais, com grandes centros urbanos e com uma grande capacidade de influência. (Hackbardt et al, 2021, p. 158).

O projeto de extensão CaC se apresenta como um método para fortalecer as ações de preservação ambiental, por meio da agroecologia, destes espaços desenvolvidas pelo MST, que buscam proteger as reservas legais em áreas de Reforma Agrária, por meio do combate a caça e ao desmatamento no território, atuando junto com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) na região da ZM.

Segundo Capuchinho, et al (2025), por meio da observação destes dois assentamentos, se destacou a importância de trabalhar a metodologia CaC na recuperação das pastagens, já que a atividade leiteira se destaca como a principal prática das famílias assentadas e ainda não utiliza práticas agroecológica. Além disso, algumas atividades estão sendo desenvolvidas, como destaca Capuchinho et al (2025, p.02):

[...] Também vem sendo consolidado com o grupo de produtores de leite na regional, um ciclo de intercâmbios voltados à agroecologia na criação animal. Com o coletivo dos “bananeiros”, produtores de banana, e produtores de hortifruti em geral, estão sendo construídas atividades específicas, abertas a todos e todas, que contempla um mutirão mensal e trocas de experiências em cada lote. O assentamento Denis Gonçalves conta com o Nucampo, um coletivo da juventude organizado na escola da área, que produz compostagem e biofertilizantes. Esse coletivo está sempre presente nos espaços formativos, fomentando a discussão da transição agroecológica e garantindo a participação da juventude rural.

É a partir dessa atividade que se iniciam os procedimentos da Metodologia Cac na zona da mata, com a apresentação do Método e a coleta de dados a respeito das práticas agroecológicas realizadas pelos camponeses do assentamento Olga Benário, localizado na cidade de Visconde do Rio Branco. Nesse encontro foram realizadas atividades que tinham como objetivo estabelecer o conhecimento agroecológico da região, as particularidades vivenciadas, bem como os desafios enfrentados no processo produtivo.

Entre os resultados obtidos através da realização da metodologia pela aplicação do Questionário de Bannes, as práticas agroecológicas mais conhecidas no assentamento Olga Benário são: a adubação com esterco, o controle de erosão e a cobertura seca no solo. Já as mais desenvolvidas no assentamento Dênis Gonçalves são: a compostagem, a adubação com esterco e a rotação de cultivo. Por meio do que foi coletado, é possível encontrar agricultores

que podem ofertar oficinas sobre determinada prática, ou as dificuldades encontradas pelos camponês e a necessidade de apoio de algum técnico. (Capuchinho et al, 2025).

Em relação aos DRPs é possível delimitar as linhas produtivas que são desenvolvidas na região, bem como os avanços e as dificuldades no processo de transição agroecológica. De acordo com Capuchinho et al., (2025, p. 04):

A visita aos lotes para se realizar um DRP possibilita reconhecer também agricultores/as e promotores/as capazes de receber, por exemplo, intercâmbios agroecológicos que impulsionam a troca de saberes em alguma técnica ou prática específica. Foram identificados na Zona da Mata 4 promotores até o momento; já o papel de facilitadores/as é assumido pelos/as militantes da Frente de Massificação da Agroecologia. (Capuchinho et al., 2025, p. 04).

Com o objetivo de ilustrar o que foi realizado na região da zona da mata, algumas fotografias foram disponibilizadas.

Figura 7: Encontro de apresentação da Metodologia- Assent. Olga Benário- 2023



Fonte: Projeto de Extensão CaC.

Figura 8: Roda de conversa sobre práticas agroecológicas realizadas nos lotes.



Fonte: Projeto de Extensão CaC.

Figura 9: Apresentação dos resultados da coleta de dados



Fonte: Projeto de Extensão Cac.

Figura 10: Equipe e camponeses reunidos ao final das atividades.



Fonte: Projeto de extensão Cac.

Figura 11: Realização do DRP no Dênis Gonçalves em 21/09/25.



Fonte: Autoria própria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida neste trabalho, é possível compreender que a questão agrária brasileira não foi resolvida por conta da manutenção dos interesses da classe burguesa, que vê na concentração de terras e na superexploração de trabalhadores, a forma de garantir a acumulação de capital, em detrimento da vida humana e do meio ambiente.

A subordinação do campo à lógica do Capital fez com que a produção agrícola estivesse ancorada na modernização conservadora e na Revolução Verde, promovendo então a mercantilização de recursos naturais, além de aprofundar as desigualdades sociais e ambientais, por meio do êxodo rural e da degradação ambiental. A ideia de que esse pacote tecnológico aumentaria a produtividade e resolveria a fome no mundo se mostrou errada, já que a partir das análises, foi constatado que esse modelo produtivo é responsável por promover fome e desigualdade social, evidenciando sua contradição estrutural.

O Brasil é um dos maiores produtores de commodities do mundo, mas sua população ainda passa fome. Isso pode ser explicado pela falta de políticas públicas e a atuação do Estado de acordo com os interesses do agronegócio e das multinacionais, que controlam não só a alimentação, mas também, a saúde da população global e os rumos do planeta. Investigar os rumos da agricultura capitalista é essencial para construir alternativas contrárias a esse modelo de produção.

A pesquisa se preocupou em analisar a história da luta pela terra no Brasil, demonstrando como movimentos sociais do campo, como o MST, surgiram e se desenvolveram, bem como a construção do amadurecimento da concepção de Reforma Agrária Popular e da utilização da agroecologia enquanto resistência ao modelo hegemônico atual, por meio da transição agroecologia. Além disso, é apresentado a Metodologia Camponês a Camponês, sua origem e importância enquanto método de promoção da saúde, da soberania e segurança alimentar.

Compreender como esse processo está se desenvolvendo na Zona da Mata Mineira é essencial para estudar a possibilidade de uma ampliação maior por todo o país. Grande parte da alimentação que chega à mesa do povo brasileiro vem da agricultura familiar, que “[...] corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.” (Neves, 2012, p.35).

Ao socializar a Metodologia CAC, é possível que mais famílias possam ser detentoras de saberes e práticas tradicionais agroecológicas e que não dependam de agrotóxicos e fertilizantes tóxicos na produção de seus alimentos, contribuindo para que toda a população brasileira consuma produtos orgânicos e saudáveis, no caminho da garantia de segurança alimentar.

O trabalho possui enquanto contribuição a experiência dessa metodologia na ZM de MG, relatando seu desenvolvimento e a coleta de dados, com o objetivo de contribuir para o debate a respeito de novas formas de produção que enxergam a terra como um bem comum e necessário, com a promoção de técnicas produtivas sustentáveis, que preservam e restauram o solo degradado por práticas predatórias. Cabe destacar, por fim, a necessidade da luta a favor da Reforma Agrária Popular, tema importante e que influencia em diversos aspectos na sociedade, pois através da reforma será possível democratizar o uso da terra, promovendo a melhora na qualidade de vida de grande parte dos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ALENTEJANO, P. **Modernização da agricultura**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S., et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2025.

ALMEIDA, J. A.; BEZERRA, C. S. **Questão agrária e questão social no capitalismo brasileiro: uma falsa dicotomia**. In: **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais : conflitos sociais e alternativas populares / Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores)**. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, p. 34-48, 2021. Disponível em: Disponível em: [QuestaoagrariaepoliticaspUBLICASemMinasGeraisconflitosociais.pdf](#). Acesso em: 22 de jan. 2026.

ALVES, M. J., GAIA, M. C. M.; **Transição agroecológica**. In: Dicionário de Agroecologia e Educação. DIAS, A. et al.; 1.ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 771-776, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2026.

BALESTRO, V. M. SAUER, S. **A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate**. In: **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1º ed, São Paulo: Expressão Popular, p. 07-16, 2009.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 5. Todos são iguais perante a lei**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 184. Dispõe sobre a desapropriação por interesse social**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657347/artigo-184-da-constituicao-federal-de-1988?msocid=0eeb55d6386666b120af4646392f6788>. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 186. Dispõe sobre os critérios para que a propriedade rural cumpra sua função social**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656942/artigo-186-da-constituicao-federal-de-1988?msocid=0eeb55d6386666b120af4646392f6788>. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRUZIGUESSI, B. BEZERRA, C. S, DE JESUS, N. M. **Questão Agrária e políticas públicas na Zona da Mata de Minas Gerais: Uma análise dos assentamentos Olga Benário e Dênis Gonçalves do MST**. In: **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais : conflitos sociais e alternativas populares / Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores)**. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, p. 149-151, 2021. Disponível em:

Disponível em: [QuestaoagrariaepoliticaspublishasemMinasGeraisconflitosociaise.pdf](#). Acesso em: 19 de jan. 2026.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou ação**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO_Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 15 de set. 2025.

CAPUCHINHO, M. N.; GROSSI, M. A.; GOMES, J. O.; MATTOS, G. D. S.; REIS, M. C. B. **Metodologia Camponês a Camponês de transição agroecológica nos Assentamentos da Reforma Agrária na Zona da Mata - MG**. In: 13º CBA. 2025.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil**. [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso] – [Goiânia]: CPT Nacional, Editora Gráfica Terra Ltda., abril, 2004. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-2003.pdf>. Acesso em: 06 de jan. 2026.

DOBB, M. **Do feudalismo para o capitalismo**. In: Marxism Today, setembro, 1962;

FERNANDES, F. **Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil**. In: FERNANDES, Florestan., Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3. Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. Caderno CrH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018. Disponível em: scielo.br/j/ccrh/a/prNZGxT4CTRnq5B7yQxpb7P/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 25 jun.2025.

FRANCO, F. S. **Agrofloresta - Sistemas agroflorestais**. In: Dicionário de Agroecologia e Educação. DIAS, A. et al.; 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 84-89, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2026.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. 8º edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Disponível em: https://msebrasil.org/mse/wp-content/uploads/2020/05/9-Extens%C3%A3o_ou_comunica%C3%A7%C3%A3o_.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2026.

GROSSI, M. A. **Agroecologia, soberania alimentar, lutas sociais e a formação política no Brasil e na Espanha**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 34, n. 3, p. 01-12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/17780/9087>. Acesso em: 10 de jan. 2026.

GROSSI, M. A. **Questão ambiental, Agroecologia e Soberania Alimentar: lutas sociais na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e de outro metabolismo social.** In: XVII ENPESS. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00891.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2026.

GROSSI, M. A. **Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v.17, n.2, p, 17-28, ago. a dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18525/9681>. Acesso em: 19 de jan. 2026.

GROSSI, M. A. **Questão ambiental no espaço agrário: fissura metabólica e a agroecologia no MST.** Simpósio Internacional de Geografia Agrária. SINGA João Pessoa, 2013.

GROSSI, M. A. **Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GROSSI, M. A. **Questão Ambiental e desafios produtivos e políticos ao MST: A Reforma Agrária Popular e a Agroecologia.** In: Estado, “Questão ambiental” e conflitos socioambientais. São Cristóvão (SE), Editora UFS, p. 171-188, 2020. Disponível em: <https://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Estado-QuestaoAmbientaleConflitosSocioambientais.pdf>. Acesso em: 18 de jan. 2026.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/uma_estrategia_de_sustentabilidade_a_partir_da_agroecologia.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2026.

HACKBARDT, G.; BANDEIRA, L.; FARIAS, P. CAPUCHINHO, M. N. **Caracterização da Zona da Mata e a constituição dos territórios do MST.** In: Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais : conflitos sociais e alternativas populares / Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores) . – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021. Disponível em: [QuestaoagrariaepoliticaspUBLICASemMinasGeraisconflitossociais.pdf](https://www.ufjf.br/questaoagrariaepoliticaspUBLICASemMinasGeraisconflitossociais/pdf). Acesso em: 19 de jan. 2026.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MACHADO. L. C. P.; MACHADO FILHO. L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo: 2014.

MARTINS, A. F. G. **A questão agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARTINS, A. F. G. **O desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a exploração do trabalho camponês**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Volume I, Tomo II- capítulo XXIV. Editor: Victor Civita, 1984.

MEDEIROS, L. S. **Latifúndio**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S., et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 447-453, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2025.

MENEGAT, E. M. **Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais**. In: POGGIESE, Hector e EGLER, Tamara Tania Cohen. Otro desarrollo urbano : ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009, Págs 93-104. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20130717030829/10mene.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2025.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Editora Boitempo, 2011.

MINAYO, M.C. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MOLINA, M. G. **Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política**. In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Formação n.º 23 – **Programa de Reforma Agrária Popular**. [S.l.]: MST, 2024.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Brasil: a trajetória dos congressos do MST**. Letraviva - MST Informa - nº 134 - 05/06/2007 Ano V - nº 134 - terça-feira, 05 de junho de 2007. Disponível em: [Brasil: a trajetória dos congressos do MST | Biodiversidad en América Latina](#) Acesso em: 20 de dez. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Textos para estudo e debate: V Congresso Nacional do MST**. São Paulo, junho de 2007.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Metodologia “De Camponesa a Camponês à Camponesa a Camponês” e a territorialização da agroecologia**. 17 fevereiro, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-camponesa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/>. Acesso em: 03 de fev 2026.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quem somos. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

NETTO, J.P. **Crise do capital e consequências societárias.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S., et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-39, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2025.

ONU. **Fome diminui, mas ainda atinge 673 milhões de pessoas em todo o mundo.** 28 jul. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/298770-onu-fome-diminui-mas-ainda-atinge-673-milh%C3%B5es-de-pessoas-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 05 de jan. 2026.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

SANTOS, S. F. **A Questão Agrária no Brasil: da Revolução Verde ao Agronegócio.** In: Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. vol. 1, 3. ed, p. 39-48, 2019.

SOSA et al. **Revolução Agroecológica: O movimento de Camponês a Camponês na ANAP em Cuba.** São Paulo; Outras Expressões, 2013.

STÉDILE, J. P. **A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, J. P. **Questão Agrária.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S., et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 639-644, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2025.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil.** 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

STÉDILE, M. E. **Brasil: Reforma Agrária como solução.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2025.

STÉDILE, M. E. **Levantados do Chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra.** In: Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. vol. 1. 3 ed. p. 59-71, 2019. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/_u200esem_titulo.pdf-2.pdf#page=39. Acesso em 20 de dez. 2025.

TORRES, K. R. I. **Jornadas da Agroecologia: construindo as bases de uma reforma agrária popular e ecológica.** In: Agroecologia e Reforma Agrária Popular Um projeto ecológico das jornadas de agroecologia. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VALADÃO, A. C.; MOREIRA, S. S. **Movimento Agroecológico**. In: In: Dicionário de Agroecologia e Educação. DIAS, A. et al.; 1.ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 508-511, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 15 de jan. 2026.

WEISHEIMER, N.; ARAÚJO, M. S. R.; LEHER, R. **Questão agrária, formação social brasileira e dependência**. Revista Princípios, nº 163, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/177/89>. Acesso em: 11 de jan. 2026.